

Programa de Governo

FRENTE DE ESQUERDA SOCIALISTA

PSOL/PCB

Governador: Ailton Lopes (PSOL)

Vice-Governadora: Raquel Lima (PCB)

PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE
PSOL-CE
2018

APRESENTAÇÃO

Como forma de apresentar nossa leitura da realidade, nossos princípios e nossas propostas, e em cumprimento ao que determina o Art.11, IX, da Lei 9504 (Lei de Eleições), a coligação Frente de Esquerda Socialista (PSOL/PCB) traz a síntese dos debates sobre programa que foram realizados nos últimos meses em atividades com seus militantes, de movimentos sociais e abertas a todo o povo do Ceará.

Realizamos encontros com o chamado “Do Chão das Lutas – Construindo Um Novo Ceará” pelo interior do nosso estado, rodas de conversa na capital e grupos de trabalho temáticos e setoriais. Além disso, o acúmulo histórico da esquerda social cearense, expresso em grande medida nas lutas históricas e nos programas de governo anteriormente apresentados nas campanhas eleitorais dos partidos da Frente de Esquerda, serve como base e como princípio norteador para todas as reflexões e propostas aqui apresentadas.

Como não se rebelar nesses nossos tempos? Tempos de golpes acelerados quando uma presidente eleita democraticamente é deposta por meio de um golpe institucional jurídico-parlamentar-midiático numa artimanha montada por antigos aliados do velho processo de conciliação de classes petista?

A aliança petista com a velha direita corrupta, representada nos agrupamentos partidários fisiologistas que agenciam os interesses das grandes corporações que parasitam o Estado brasileiro para irrigar ainda mais os seus cofres e aumentar suas margens de lucro às custas do sangue e suor do nosso povo, mostrou os seus limites.

A crise global capitalista atingiu o Brasil como membro periférico deste sistema e aspirante a emergente e liderança mundial a partir de novos alinhamentos como o caso dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e cobrou o seu preço. Não mais seria possível sustentar a repartição do orçamento público para atendimento a algumas políticas sociais de inclusão, mesmo em cooperação com o capital.

O próprio governo de Dilma (PT), antes de mesmo de tomar posse de seu segundo mandato, aumentou as taxas de juros, as tarifas públicas e editou medidas para redução de direitos, tudo o que ela prometera não fazer durante a eleição. Mesmo chantageada pelo Congresso corrupto liderado por Cunha e Temer (PMDB), prometeu fidelidade ao mercado ao defender contingenciamento e cortes dos recursos para custeio e investimento em políticas sociais, reformulação nas leis trabalhistas que atingiriam em cheio direitos da classe trabalhadora, além da própria reforma da previdência, aumentando a idade para se aposentar.

Apesar da promessa de fé do governo do PT que chegou a nomear também Joaquim Levy para Ministro da Fazenda, a burguesia queria mais sangue e estava disposta a derrubar a presidente, mas precisava encontrar uma solução negociada entre seus representantes no parlamento. A direita oposicionista liderada pelo PSDB que antes defendia a anulação da chapa recém-eleita chega a um acordo com a direita governista (ex-) aliada do PT pela solução do impeachment que garantiria a assunção de Michel Temer à presidência. Sem base jurídica e mesmo sem qualquer prova de corrupção contra a presidente eleita, a direita parlamentar representante das diversas frações da burguesia conseguiu garantir a unidade suficiente para compor a maioria dos dois terços necessários na Câmara e no Senado para lograr o golpe institucional que contou com apoio da mesma mídia que apoiou a ditadura civil-militar instalada a partir de 1964 em nosso país.

Antes o governo do PT e aliados privilegiavam o agronegócio à agricultura familiar, não foi capaz de fazer uma única reforma estrutural em favor dos trabalhadores e trabalhadoras, a ponto de levar o título de “reformismo sem reformas”. Nada de Reforma Agrária ou Urbana, nada de Demarcação das Terras dos Povos Indígenas, Reforma Política ou Reforma dos Meios de Comunicação.

Prevaleciam os interesses do grande capital seja do agronegócio, das empreiteiras, dos Planos de Saúde Privados, das faculdades privadas, etc. Crianças, idosos e gestantes foram despejados de suas casas para dar lugar às obras da Copa do Mundo para o favorecimento de empreiteiras e do mercado imobiliário. A vida e o futuro são espremidos pela sede de lucro e a cobiça contamina mares, rios e ar. Diante disso, como não se rebelar?

E o povo foi às ruas, se rebelou nas mobilizações de junho de 2013. Mas poucos meses o movimento recuou, arrefeceu. O povo, contudo, voltaria novamente às ruas, mas dessa vez, a indignação do povo contra a corrupção generalizada, representada pelo assalto dos cofres públicos por grandes corporações e seus representantes políticos na estrutura de Estado, foi manipulada pelos mesmos agentes da corrupção e representantes das elites econômicas que historicamente dominaram a política brasileira. O PT é então utilizado como bode expiatório numa cruzada ideológica contra qualquer pensamento de esquerda, embora o partido dos trabalhadores já houvesse se transmutado em gerente dos interesses do capital junto à própria classe trabalhadora. Era preciso ser rápido para utilizar o momento da crise como justificativa para liquidar o máximo possível dos direitos de nossa classe e um partido com base operária e popular, contudo, sem base parlamentar suficiente dada à crise política, e sem condições de garantir o ritmo e o peso que tais medidas pediam, era um empecilho aos interesses vis da burguesia.

Passado o golpe, sua farsa fica cada vez mais evidente, mesmo para setores que antes o apoiaram e hoje estão arrependidos. O golpe, no entanto, é um processo e tem seus desdobramentos. Além da reforma trabalhista, terceirização e a emenda de congelamento dos investimentos sociais, entre tantos outros ataques e o crescimento mesmo da direita política, o PT já nas eleições municipais em 2016 fez as mais diversas alianças com partidos golpistas. Mesmo agora após a prisão do ex-presidente Lula, é com os artífices de todos estes golpes que o PT faz aliança em vários estados, prescindido até mesmo de candidatos de suas próprias fileiras.

É uma exigência a superação do projeto de conciliação para que possamos ter um projeto popular e socialista em nosso país, pois tem o projeto de colaboração entre classes não se propõe a fazer o enfrentamento, nem mesmo após golpes seguidos. Isso porque, entre outros motivos, suas estruturas estão todas comprometidas com o modelo de Estado corrupto e corruptor das elites burguesas.

A indignação e a racionalidade dizem em unísono que estes são tempos de recusas, rebeldias e insurgências, em todas as suas cores, formas e ações: do movimento popular e sindical pela dignidade e trabalho às lutas ecológicas contra a dilapidação da vida e da natureza pelo capital; da resistência e luta feminista, anti-racista e anti-homofóbica contra as opressões e explorações, em todas as suas variantes, ao grito contra a militarização da sociedade, o extermínio da juventude pobre e a crescente lógica de criminalização e encarceramento sob o signo hipócrita de uma suposta —guerra às drogas; da luta no campo, por terra e água, pela reforma agrária e pela demarcação dos territórios dos povos indígenas e quilombolas às lutas na cidade, por mobilidade, moradia e qualidade de vida.

É preciso recuperar o melhor de 2013 quando o arranjo dos dominantes foi sacudido pelos milhões que saíram às ruas. Era uma primavera em junho, de flores brotando e rompendo o asfalto. Em meio a tantos golpes, por mais que queiram que não mais sintamos o cheiro daquela primavera, por mais que queiram deter nossa indignação à base da mais escancarada repressão de Estado, a inspiração nos chegará como o aroma da caatinga molhada e florida. Ela vem das greves e protestos de operários do Pecém, da luta do povo pela água contra as indústrias poluentes, de servidores públicos e da comunidade universitária nas instituições estaduais de ensino; das ocupações do Cocó e da Assembleia Legislativa; da resistência dos pescadores das comunidades do Cumbe, de Tatajuba e de outras tantas que lutam na zona costeira; das comunidades Lauro Vieira Chaves, Aldaci Barbosa e outras; dos Pitaguary, dos Anacé, Tremembé, Tapeba, Kariri, Jenipapo-Kanindé e demais povos indígenas e quilombolas cearenses; dos trabalhadores, trabalhadoras e jovens do campo, espremidos pelo latifúndio e a migração para a periferia das cidades, das juventudes das periferias que lutam para existir em meio a uma guerra que não é sua, que não é nossa. Em 2018, mais do que nunca, a urna deve servir às ruas e aos sonhos que nela não cabem. Nós, da Frente de Esquerda Socialista, não disputamos eleições para nos tornarmos os/as novo(a)s gerentes desse regime apodrecido. Nossas candidaturas deverão falar de luta, de liberdade, de rebelião contra o capital e seus representantes. Deverão enfrentar os discursos que pregam a violência e o ódio, fazendo frente a ofensiva conservadora e fundamentalista contra os direitos dos oprimidos e oprimidas.

É por isso que, neste momento de debate político que as eleições despertam em toda sociedade, apresentamos a candidatura de Ailton Lopes para o governo do Estado do Ceará, ao lado de nossa companheira Raquel Lima.

Ailton Lopes, nascido em Pau dos Ferros (RN) em 1978, vive em Fortaleza desde 1985. Iniciou sua militância como lutador social na Pastoral da Juventude. Em 1998, começou a participar ativamente do movimento estudantil da Universidade Estadual do Ceará (UECE), fez parte do Centro Acadêmico 9 de

Setembro, da Executiva Nacional dos Estudantes de Veterinária e do Diretório Central dos Estudantes. Foi militante do PT, partido com o qual rompeu ao perceber a sua completa integração à ordem, dedicando-se, desde 2005, a construir uma alternativa de esquerda socialista que pudesse ser uma ferramenta de transformação social necessária para o povo brasileiro: o PSOL. No PSOL, Ailton foi candidato a vereador em 2016, tendo alcançado a quinta maior votação em Fortaleza, num total de 12.483 votos. É a segunda vez que disputa o governo do estado, tendo alcançado em 2014 102.394 votos, numa belíssima campanha. Foi ainda candidato a deputado estadual em 2006 e a vereador de Fortaleza em 2008. Hoje, atua profissionalmente como bancário, professor de português e espanhol e linguista crítico e dedica a sua militância às causas sindicais, à oposição bancária e ao movimento pela diversidade sexual.

Raquel Lima tem 39 anos e é filiada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Nascida na região do Grande Mucuripe, Raquel é ex-moradora e liderança da Comunidade do Alto da Paz, no bairro Vicente Pizon, em que 340 famílias foram removidas pela ação truculenta da Polícia Militar a pedido da gestão de Roberto Cláudio em 20 de fevereiro de 2014. Depois do despejo, passou a organizar a comunidade em defesa do direito à moradia digna e integrar a Unidade Classista, corrente sindical brasileira fundada em 2012.

Nossos porta-vozes devem ser uma representação da síntese da luta contra a exploração e a opressão. O Ceará o 4º estado do Nordeste em produção de esgoto a céu aberto. De acordo com a Agência Nacional de Águas o estado não recolhe 91,4 toneladas de esgoto diariamente. Além de 74 municípios em nosso estado não contarem com tratamento de esgoto, outros 81 não possuem coleta de lixo. Atualmente dezenas de municípios cearenses sofrem com problema de abastecimento de água enquanto as indústrias pesadas e o agronegócio são privilegiados pela oligarquia elitista, numa lógica de falso desenvolvimento que só visa o lucro e a concentração de renda à custa da sede e da miséria. Também no Ceará, milhares de jovens morrem todos os anos nas periferias. O governo Camilo Santana segue o mesmo modelo dos governos anteriores. É um governo dos ricos contra os pobres. Para os ricos, o governo oferece tudo: água, terra, energia, segurança e isenção de impostos. É R\$ 1 bilhão em isenção de impostos para as grandes empresas sem que precise comprovar nenhum retorno econômico que compense esse prêmio. O povo luta para trabalhar, sua para pagar as contas e é quem mais paga imposto no estado. Mas quando precisa acessar o serviço público, encontra filas para exames, falta de medicamentos e condições precárias. Só em Fortaleza, mais de 1 milhão de pessoas vivem em habitações precárias. São quase 300 mil famílias sem moradia digna, sem infraestrutura domiciliar adequada, sem oferta adequada de equipamentos e serviços públicos de qualidade, sem acesso a oportunidade de emprego e renda.

Diante da necessidade de reverberar estas lutas e de superar o machismo, o patriarcado e a intolerância, Ailton Lopes e Raquel Lima são nossos porta-vozes porque nem a mais feroz opressão pode silenciar a beleza de nossos sonhos – o encontro e a igualdade na diversidade. Somos camponeses e camponesas, trabalhadores e trabalhadoras, artesãs e artesãos, negras e negros, crianças e idosos, índios e quilombolas, lutadores e lutadoras do campo e da cidade. Somos lésbicas, gays, transexuais e travestis em

busca de sua liberdade. Somos ecossocialistas e feministas. Somos o povo anônimo que almeja justiça e igualdade e necessita romper o tédio das conformidades. Nossos sonhos não cabem nas urnas e nossa luta não se esgota no processo eleitoral. Mas sabemos, igualmente, que toda vitória contra os que nos exploram e os que nos reprimem é necessária e urgente. É preciso que todas as cores da rebeldia ajudem a furar o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio.

INTRODUÇÃO

O leitor ao abrir esse programa de governo deve admirar-se com seu tamanho. Bem que poderia ser apenas um conjunto de diretrizes, com uma dezena de metas e propostas limitada à letra da lei. Contudo, preferimos enfrentar a realidade com o respeito e a atenção merecida. Mas por quê? Porque a sociedade tem assistido ao loteamento daquilo que chamamos de política do descaso. O descaso com a economia adoecida, com as gerações descartadas nas filas dos hospitais ou na estranha guerra às drogas. Descaso que tem se revelado em um terreno fértil para o oportunismo da política fácil e do “toma lá dá cá”, que em última instância gera desesperança.

De um modo geral o cenário é assustador. Não raro crescem movimentos e partidos de extrema direita, ocupados por fascistas que se apresentam como opções políticas viáveis. Escondidos atrás de uma moral vitoriana se apressam em dar continuidade ao programa ultraliberal de grupos golpistas financiados por setores dominantes que a um só tempo tomaram de assalto o planalto e o congresso, deixando claras as intenções das disputas no andar de cima.

Com a projeção das diversas crises sociais, ambientais, e políticas, jogamos na lata do lixo o presente que havíamos destinado aos pequenos. Diluímos a zero os mais importantes avanços. Nenhum, de ordem estrutural, é verdade, mas nem por isso menos importante, pois jogava luz nos mais pobres, enxergava o miserável, devolvendo-o um pouco de dignidade furtada pela história. Contudo, ainda prevalece em boa parte do campo popular ilusões quanto ao caráter reacionário e entreguista da classe dominante brasileira e seus projetos conciliares. O acordo da Casa Grande inclui PT e MDB que zombam com a história recente, escarneiam a população e optam por andar juntos, golpistas e golpeados numa profunda negociata cuja moeda de troca não é outra senão o nosso presente.

Nesse contexto, está o Ceará, estado pobre na região mais pobre do país, onde reside mais de nove milhões de habitantes e que mesmo a despeito de um período longo de desenvolvimento econômico, ainda assiste a 730 mil pessoas convivendo com a miséria diariamente. Na terra das obras faraônicas, a dinâmica da pobreza atinge os mais frágeis entre os frágeis, referimo-nos à população de 0 a 14 anos que hoje soma 20% das pessoas em situação de pobreza extrema. É exatamente na terra do sol, como costuma ser vendida aos turistas ávidos por suas belezas naturais, que as contradições beiram ao cinismo, sobretudo quando o Fundo de Combate à Pobreza – FECOP não atinge 50% do valor destinado à isenção de impostos às grandes indústrias que hipoteticamente gerariam emprego. Se essa política fosse eficiente, será que teríamos mais de 11% da população desempregada?

Por isso nos é tão caro uma frente de esquerda que compreenda seu papel e construa uma matriz de ação não apenas política, mas principalmente politizada. Uma esquerda urgente e necessária não apenas capaz de denunciar uma conjuntura instável, incerta e complexa, mas que seja propositiva ao tecido social. Um projeto político à altura da crise sistêmica do capitalismo, capaz de organizar politicamente o povo trabalhador no acirramento da luta de classes intensificada pelos ataques aos direitos sociais, políticos e econômicos.

Nesse texto, reunimos centenas de propostas das mais diversas áreas de atuação, coletados a partir de debates, discussões, reflexões e proposições. Olhamos para diferentes eixos e estabelecemos um programa fiável e, principalmente viável. Expusemos nas próximas páginas, não apenas nossas angústias, mas sobretudo nossa forma de ver o mundo. Optamos pelos mais frágeis entre os frágeis sem esquecer a contribuição que os mais fortalecidos possam apresentar. Numa mistura de humildade e ousadia apontamos para proposições na economia, na gestão pública, no Meio-Ambiente e no Ecosocialismo. Queremos influenciar na Justiça Ambiental, na Educação, na Saúde, valorizar nossa Juventude, fortalecer a cultura, ampliar a comunicação. Queremos viver a autêntica e inegociável Justiça Social. Tudo isso, sem é claro, perder de vista os princípios que nos une e fortalece. Por isso reafirmamos nossos entendimentos quanto à distribuição da riqueza, a democratização do poder, a construção do saber e o respeito irrestrito à natureza da que somos parte e que, para nós, representa muito mais que uma simples retórica.

É legítimo que o leitor se pergunte quando e para quê esse programa foi construído. Primeiro, é importante afirmar que ele não nasce no gabinete de uma mente iluminada, tampouco num escritório gélido às 6 da tarde de uma terça-feira. Pelo contrário, é construído a muitas mãos propondo a dar-se como ponto de encontro coletivo. Começou a ser escrito quando Dragão do Mar recusou-se a transportar pessoas escravizadas, quando intelectuais, juristas e acadêmicos fundaram movimentos abolicionistas. Quando escritores, escritoras e cientistas pensaram na ousadia de um mundo novo. Começou a ser escrito lá atrás com a sabedoria de Dom Aloísio Lorscheider na construção da dignidade humana e direitos humanos inalienáveis e foi forjado na ousadia de suas mulheres como Rachel de Queiroz. É a própria síntese da vida de Zé Maria do Tomé e sua luta contra o agrotóxico. Também é expressão dos sem rostos, dos sem voz, dos moradores e moradoras de rua, das mulheres trans assassinadas pelo preconceito. Foi escrito pelo trabalhador vítima de violência policial como Tico, Igor e Ingrid. Um programa escrito não para julgar, mas para caminhar ao lado das prostitutas e das crianças abandonadas nas praças. Escrito para dialogar com os operadores da segurança pública que precisam de maior dignidade, pois morrem e matam sem ao menos perceber.

Queremos apresentar outro Ceará que não mais precise contabilizar cinco mil vítimas da violência urbana como em 2017, nem tampouco contar as vítimas de doenças puramente evitáveis. Queremos reunir aqui o Ceará da enxada do lavrador, da vela do pescador e da flecha do índio. O Ceará da juventude, dos negros, negras e dos quilombolas. O Ceará dos professores e professoras que ousam na grande aposta da educação. O Ceará dos oprimidos e oprimidas!

Para esse público o presente texto não representa nenhum exagero. Mas apenas uma síntese que agora somos capazes de reunir com aquilo que temos de melhor. É a própria expressão do esforço coletivo realizado a muitas mãos, aqui do intelectual, ali do operário e da operária. Resultado direto dos movimentos sociais e indivíduos, das diaristas e do lavrador, passando pelo catador e com a participação de um mandato resistente que diariamente serve de abrigo e tribuna às nossas lutas e sonhos. Estamos diante de um texto ao mesmo tempo doloroso, mas cheio de beleza, firme e crítico tanto nas denúncias quanto nas propostas. Um texto ao mesmo tempo técnico e poético, direto e audacioso, ponto de chegada da mais profunda expressão da ecologia de saberes capaz de ampliar o presente onde a vida material acontece.

Finalmente caso você tenha se assustado com as quase 200 páginas, 378 propostas, as dezenas de eixos, metas e projetos, respondemos que ele ainda é pequeno e encontra-se aberto a adições, supressões ou alterações. Embora nossos sonhos não caibam nestas páginas, este é o começo necessário para convenceremos, “vencermos no coletivo”. É com esta expressão que gostaríamos de convidar cada um e cada uma para se apressarem e levar às ruas essas ideias. Somos todas e todos porta-vozes e tribunos da esperança.

Vamos Juntos e Juntas!

AS DIMENSÕES DOS NOSSOS PRINCÍPIOS

Quais princípios devem guiar nossa ação? Não pode haver ação política sem princípios que reflitam nossa visão de mundo. Nas eleições, sobretudo, nossos princípios devem estar postos à mesa e colocados sob o crivo da prática. Nossa força deve vir da coerência entre os princípios que assumimos e nossa ação concreta. Para nós, são princípios que devem nortear nossa campanha e nossa ação política permanentemente:

- **Reconhecer a opressão e a exploração** é um passo, mas apenas o primeiro – Lutamos contra situações de opressões e de explorações, num mundo em que as injustiças e as desigualdades são a norma. Nós reconhecemos esta realidade e a recusamos. O reconhecimento e a recusa fazem parte de um processo de construção da luta que nos alimenta de esperança. Recusamos o Estado e a política tal qual se apresentam a nós, nos sentimos obrigados à sua transformação. Quando recusamos o Estado e a política tal qual se apresentam a nós, nos sentimos obrigados à sua transformação.

- **A política como queremos** - A Política precisa ser reinventada sempre. A política não é o Estado, muito menos se resume à disputa das eleições. A Política é a vida social em si. O Ser Social se faz na ação sobre o mundo e a política representa o campo de disputa sobre esta ação. Entendemos que há um limite nas atuais formas democráticas, sobretudo, na democracia representativa.

Assim, é um princípio buscar criar formas e processos de democracia direta e participativa. Além disso, as atuais formas de democracia representativa estão baseadas em: - falta de transparência; - falta de controle da sociedade sobre o Estado; e - enorme poder do Capital, por meio de setores empresariais, sobre o poder público. Nossa independência se revela no compromisso de não recebermos recursos de empresas, seus proprietários e/ou representantes e praticarmos transparência em nossas campanhas. É o exemplo da política como entendemos que deve ser. A melhor pedagogia política é a pedagogia do exemplo.

Nas lutas populares, a riqueza e o poder são de todas e todos - A ação política para nós é ato de solidariedade e de construção coletivas. Ao afirmarmos que a política não é negócio, afirmamos que nosso imperativo não é a acumulação de poder nem de riqueza. Não estamos orientados à manutenção de indivíduos ou grupos no aparato de poder do Estado. Afirmamos nosso imperativo ético de liberdade e justiça e devemos ser cobrados por isso. A busca desta dignidade humana deve nos orientar.

Somos Natureza

O ser social é ser natural. A crise atual é uma crise de civilização, de sociabilidade. É uma crise de dimensões planetárias que atingirá especialmente as cidades, mas também o campo. O padrão civilizatório atual apartou as sociedades humanas da natureza. Nossa ação deve buscar engajar esforços para novas formas da vida material que aliem produção sustentável, solidária e igualitária. O campo e as formas de produção comunitária e familiar são fundamentais neste processo, mas a cidade deve ser também lócus de

experimentação destas formas de produção sustentável e solidária. Do alimento à moradia. Do transporte à energia. Meio ambiente para nós não é uma política setorial. É a defesa de um outro modo de vida

A Vida Acima do Lucro

Posicionamo-nos como anticapitalistas. Somos ecossocialistas, feministas, antiracistas, antihomofóbicos, antiproibicionistas. Defendemos uma sociedade livre de qualquer forma de opressão e exploração. Somos libertários e libertárias. Esta é uma opção que nos orienta na história e na prática concreta. Nos colocamos o desafio de fazer parte da renovação da esquerda no século XXI. Entendemos que as teias da cultura política tradicional – fisiologista e patrimonialista – capturaram muitos. Afirmar que a vida está acima do lucro nos orienta a pensar a nossa ação na política e na cidade para deliberar sempre pelas formas que desorganizem os fluxos de exploração e opressão, buscando estimular e organizar processos de auto-organização solidários, colaborativos e participativos.

Modos de vida. Render-se à prisão do corpo, à prisão do hiperconsumo com sua obsolescência programada tem levado homens e mulheres a uma dependência estético-financeira que afeta, inclusive, a subjetividade humana. A nossa relação com o outro e com o meio ambiente implica uma responsabilidade com a escolha dos modos de vida. As formas de organização familiar da sociedade burguesa, estruturadas no patriarcado, não atendem às possibilidades de vida que vislumbramos. Uma sociedade onde homens e mulheres tenham iguais direitos nos espaços públicos e privados, uma sociedade onde as relações afetivas realizem-se de forma libertária.

As cidades e comunidades como territórios de resistências criativas

As cidades e suas comunidades são a menor unidade pública em que estamos. Ao mesmo tempo em que nos pensamos brasileiros e cearenses, nos pensamos cidadãos da Fortaleza, de Crato, de Canindé, de Crateús, Iguatu etc. Não opomos o global e o local. Não defendemos que as mudanças estruturais serão fruto de um processo global apartado do local. Cada cidade do Ceará com suas idiossincrasias é uma conjuntura que precisa ser pensada, portanto, nesta teia de relações entre local e global. As resistências que fazemos aqui têm conexões globais. E há muitas resistências. Nossa ação deve sempre estar inspirada e inspirar as cidades como encontro de comunidades de resistência. Os movimentos sociais, as organizações de base, os coletivos autônomos.... É da rede de resistências que surge um processo revolucionário que propomos para uma nova organização do Estado.

1.1 Natureza

Devemos buscar uma relação harmônica com os fluxos vitais da Natureza, cuja manutenção é essencial para a própria sobrevivência das civilizações (a atmosfera, os cursos de água, os mares, os ecossistemas e

sua flora e fauna). A água, a terra, o genoma humano, as culturas, a biodiversidade, a justiça, a ética, os direitos dos povos e a própria vida devem, para o capitalismo, transformar-se em mercadorias. Nossa vida é hoje dominada pela lógica da sociedade de consumo de massa, baseada na publicidade, no crédito, na obsolescência planejada e na descartabilidade. As cidades projetadas pelo sistema capitalista (inclusive as do interior), estão reféns da especulação imobiliária e da artificialização do entorno urbano, que destroem a naturalidade do território e o transformam em um deserto de asfalto, concreto e vidro. Assim também é criada segregação social, em que as elites no poder tentam se isolar dos pobres. Nas grandes cidades são construídos condomínios fechados e shoppings. No campo, o agronegócio e a pecuária se apropriam de grandes espaços de terra, criando condições de opressão e de exploração que repudiamos. Se as cidades deixam de ser um espaço dos cidadãos e cidadãs, o estado do Ceará também não nos parece ser. Estamos nos alienando de forma rápida e profunda do contato direto com a natureza e passando a lidar com ela apenas através de toda uma maquinaria: a praia se transforma em uma espécie de shopping center; as crianças veem animais (com exceção de cães e gatos) na televisão, pensando que frango vem em saco plástico; etc. Precisamos reaprender o que significa alimentar-se bem, saber se comunicar, partilhar, trabalhar, cuidar de si, mas também dançar, dormir e até mesmo respirar. E este é um aprendizado que teremos que fazer juntos, de forma a caminharmos para longe da crise de civilização que ameaça engolfar e destruir tudo que somos e que alcançamos. Nosso horizonte deve ser o de estabelecer uma relação sadia da sociedade com a natureza, uma relação de respeito e reconhecimento da necessidade de cuidar dos seus limites; que permita voltar a nos identificar com nossa condição de seres naturais, capazes de empatia com aquilo que vive e de compaixão pelo sofrimento dos seres vivos. Isso exige o estabelecimento de uma nova civilização, baseada não no controle da natureza, mas no autocontrole dos seres humanos do poder que exercem sobre ela. A estratégia para alcançarmos tais objetivos é a mudança crescente dos padrões de produção e consumo vigentes no capitalismo, em direção da sustentabilidade ambiental e social, uma intimamente dependente da outra. É preciso criar cidades integradas no território natural e lugar de encontro, troca e crescimento dos seres humanos como sujeitos políticos, como cidadãos respeitados e reconhecidos como tal, detentores de direitos e conscientes do seu papel e da sua força, é nosso horizonte.

1.2 Saber

O conhecimento repousa sobre a experiência e a atividade prática de cada ser humano – que só se desenvolve em sociedade. A educação é a atividade essencial de formação da subjetividade humana. A educação formal e informal são, assim, direitos humanos fundamentais capazes de abrir caminho para a democratização da sociedade através da formação de cidadanias críticas. Compartilhar o saber e o conhecimento é, desta forma, uma atividade emancipadora no sentido de propiciar empoderamento, a habilidade de compreender o mundo e fazer política para mudar sua situação e a situação dos demais. Necessitamos de uma educação construída por e para mulheres, jovens, crianças, idosos, negros e negras, indígenas, pessoas com deficiência, trabalhadoras e trabalhadores. Mas o capitalismo amesquinha o saber, transformando-o em adestramento para o mundo do trabalho, formação de mão de obra barata para as empresas. A educação perde seu caráter humanista e se transforma em atividade técnica, de domesticação,

internalização de obediência e controle dos futuros cidadãos. Todo conhecimento tradicional é desqualificado e marginalizado por fábricas de títulos – que prometem ascensão social, mas oferecem trabalhadores disciplinados. Com as tecnologias digitais, as condições de difusão do conhecimento foram potencializadas, caso seja vencida a exclusão digital. Mas mesmo o uso adequado da informação, cada vez mais abundante, pressupõe uma formação plena, hoje restrita a minorias capazes de comprá-la. Nosso horizonte é uma sociedade em que o conhecimento esteja acessível para todos e seja com todos partilhado (das cidades, do campo, comunidades indígenas, quilombolas, praieras, ribeirinhas – todos/as os/as que foram historicamente excluídos do acesso à educação). Assim, queremos valorizar formas de educação formal e não formal como forma de dar novos significados à vida em sociedade. Também queremos aproximar a cultura como modo de pensar a vida e seus sentidos. A política de educação e de cultura deve estar voltada para esta formação de significado e da cidade como comunidade.

1.3 Riqueza

A riqueza, tal qual se apresenta hoje, surge com a desigualdade e, conseqüentemente, a pobreza. Ela repousa na apropriação desigual da natureza e do que ela pode oferecer, de um lado, e dos frutos do trabalho capazes de gerar mais e mais bens e serviços. Mas a riqueza em uma acepção ampla deveria compreender as condições de uma vida plena, com relações sociais ricas e uma fruição gratificante do ambiente natural e da sexualidade, uma vida de liberdade, criação estética e troca humana. O capitalismo é intrinsecamente gerador de desigualdades, ampliando-as em uma escala jamais vista na história. Ele empobreceu a vida humana ao estabelecer o dinheiro como parâmetro da riqueza, o lucro transformado em capital como base da dinâmica econômica e o consumo como ideal de felicidade – dividindo os seres humanos entre os que têm e os que não têm dinheiro, conhecimentos, acesso ao espaço público. Preconizam a inclusão, desde que seja na mesma lógica de consumo e mercado. E o que se configura como diferente é posto em categorias não sociais ou apartadas delas, o que leva ao sentimento de inadequação, angústia e muitas outras formas capturadas sob a égide dos jargões saúde mental, segurança pública, violência urbana, dentre outros.

Nosso horizonte é de socialização da riqueza material e criação das condições sociais para o desabrochar de personalidades plenas, capazes de viverem vidas ricas. Nosso horizonte é, assim, o da superação do capitalismo. Isso significa que o combate à desigualdade é a base de qualquer política que pretenda mudar a sociedade. A redistribuição das riquezas, com a taxaço dos ricos e a inversão de prioridades sociais é um primeiro passo nesta direção. Mas a gestão dos bens comuns permitindo seu usufruto por todos e a expansão dos espaços públicos são outras dimensões estratégicas de nossa proposta.

1.4 Poder

O poder, como a riqueza, repousa sobre a desigualdade e está intimamente ligado a ela. Tem poder quem tem capital, quem tem dinheiro, quem pode comprar conhecimento e reconhecimento. Nosso objetivo é socializar entre toda a população não apenas a riqueza, mas principalmente a capacidade de intervir no espaço público e participar das decisões políticas – sem o que se formam novas elites, baseadas em privilégios de poder e saber. As políticas de governo devem ser, neste sentido, transformações e negações da separação entre governantes e governados, entre políticos e cidadãos. Os políticos devem ser eliminados porque o que eles fazem deveria ser feito por todos e todas e a população tem, potencialmente, todas as condições de se autogovernar, isto é, tomar as decisões que afetam sua vida.

1.5 Direitos Humanos e Lutas Sociais.

A luta contra as violações de direitos humanos se fortalece no nosso combate no momento em que o Estado desrespeita/desqualifica as conquistas de lutas históricas em que os movimentos alcançaram nas últimas décadas e há uma escalada fascista autoritária.

Nesse sentido, faz-se necessário que as organizações que se mantêm do lado contra-hegemônico do mundo, continuem formulando e tensionando o Estado, de modo organizado, para que os Direitos Humanos não sejam tratados como algo de segunda espécie, mas como prioridade para a própria consolidação da democracia em nosso país. Nosso horizonte aponta para os Direitos Humanos numa concepção que enfatize a coragem necessária para enfrentar os problemas estruturais de uma sociedade desigual como um desafio que se contrapõe à perspectiva do medo e do aumento do policiamento nas ruas das cidades cearenses. É preciso garantir que os Direitos Humanos se consolidem como políticas públicas prioritárias no Estado do Ceará. Só se combate, por exemplo, a violência cearense se outras questões aprofundadas com as desigualdades do Capitalismo forem discutidas com seriedade. Por isso que o PSOL não propõe para a segurança pública um programa que seja descolado das lutas em defesa dos direitos da infância e adolescência, das mulheres, dos povos indígenas, dos afrodescendentes, das pessoas com deficiência, dos encarcerados, dos idosos, das populações manicomiais, da moradia, das populações de áreas de risco e dos moradores de rua, das questões da terra e da água, dos homossexuais e de tantas outras lutas que compõe o núcleo opressor do sistema do Capital.

EIXOS PROGRAMÁTICOS

ECONOMIA

A palavra economia possui o mesmo radical que ecologia e assenta-se na tradução do cuidar da casa. Ocorre que nos últimos anos a sociedade em geral, e a sociedade cearense em particular, optou por um modelo de não observar o cuidado pautando suas necessidades na irresponsabilidade e no apelo à ganância por meio da concentração das riquezas. Essa escolha social é adoecedora da economia (do cuidado) cujo resultado se materializa no ataque à natureza, vendo-a como recurso infinito. O reflexo desse processo se dá nas relações sociais, pois permite distinguir as pessoas pela lógica do acesso; sequestra a política envenenando-a para fazer valer as insanidades do crescimento ilimitado.

Nas últimas três décadas o Ceará optou pela insegurança do crescimento ilimitado fazendo emergir toda sorte de contradição. Associou-se à famigerada tese de Lee em que se defende que “uma onda grande levanta todos os barcos”. O staff do governo mais se assemelha a executivos bem treinados ávidos pelo próximo negócio e assim fazer aumentar lucros e dividendos. É exatamente essa lógica que adocece a economia. A confecção de infra-estruturas desnecessárias e/ou descabidas serve para um único movimento: dialogar com o capital concentrador de riqueza, abandonando a principal tarefa da economia que é cuidar da casa.

Alguns números nos permitem reflexões mais serenas: ainda temos 730.794 pessoas em situação de extrema pobreza – o que equivale a pouco mais de 8% da população; é verdade que houve um módico avanço pois em 2016 esse número era 755 mil pessoas, mas esse cenário revela que a vitória sobre a pobreza (unidimensional) não é prioridade no estado que condena 20,7% de suas crianças a conviverem com as incertezas da miséria. Se considerarmos a linha de pobreza adotada pela ONU então estamos falando de mais de 1,5 milhão de pessoas. Em 2017, mais de cinco mil pessoas tiveram suas vidas abreviadas em decorrência da violência. A crise hídrica agrava a vida de 95% da população que foram obrigadas a responder a aumentos substanciais em suas contas de água, mesmo vendo o percentual de isenção à grande indústria atingir números elevadíssimos. Em outras palavras, o governo do estado do Ceará reproduz o modelo de gestão que beneficia o maior e prejudica o menor. O acesso ao saneamento ainda não é realidade para 43% da população e a taxa de desemprego fechou o ano de 2017, no patamar dos dois dígitos chegando a 12,6% da população.

Segundo o IPECE1, 2017 fechou com o déficit de mais de 300 mil postos de trabalho formal, e o primeiro semestre de 2018 acompanhou a tendência dos números negativos nesse setor. Os municípios (Sobral, Juazeiro e São Gonçalo) modelados para atender ao desenvolvimentismo foram os que mais contribuíram para esse cenário caótico. Os números não refletem a projeção do crescimento econômico que esse ano está projetado em 3,5%.

¹ VER Enfoque Econômico 196 de Junho de 2018, disponível em http://www.ipece.ce.gov.br/enfoque/EnfoqueEconomicoN196_26_07_2018.pdf

Em 2003, foi criado o Fundo de Combate a Pobreza – FECOP, com intuito de diminuir as distorções econômicas e sociais. Mas o que se percebe hoje é que o fundo não atende inteiramente seus objetivos, primeiro pelo valor irrisório de pouco mais de 500 milhões de reais diante do volume de isenção (incentivo) fiscal destinado ao setor produtivo que chegará 1,2 bilhões de reais de 2019.

O gestor público cearense precisa compreender que o antônimo de pobreza não é riqueza material. Essa dimensão é sem dúvida importante, mas insuficiente para garantir vida digna. Apenas algumas contradições apresentadas acima são suficientes para fazer essa sustentação. Para nós da frente de esquerda – PSOL e PCB – o antônimo de pobreza é Justiça Social, por isso precisamos construir com urgência um ambiente econômico que garanta para as maiorias sociais vida digna. Para combater a Pobreza em todas suas dimensões propomos:

1. Fortalecimento das Empresas Públicas.
2. Redução significativa e progressiva das Terceirizações de empresas privadas e substituições por empresas autogestionárias e cooperativas.
3. Cancelamentos dos contratos de Parceria Público-Privado (PPPs) existentes, sem indenizações.
4. Defesa e garantia do direito constitucional de greve a todas/os as/os trabalhadoras/es.
5. Criar uma Política Estadual de Re(Q)ualificação Profissional, junto às cooperativas e empresas públicas como forma de gerar novas aptidões e capacidades produtivas e intelectuais ao processo de trabalho, ressignificando e reconhecendo saberes populares.
6. Regulação da oferta de trabalho de forma a garantir estabilidade laboral, integrado à políticas de acesso ao trabalho.
7. Criação e implementação de um Plano de Regulação e Controle de todos agentes empresariais desde o grande empreendedor, as cooperativas, as empresas públicas e pequenas empresas na garantia de direitos trabalhistas, igualdade de gênero, respeito às opções de afetividade e de sexualidade, respeito às diferenças culturais e étnicas, expressões afro-brasileiras e de povos originários com ações afirmativas, garantia de trabalho digno e jornada de trabalho compatível com a satisfação do tempo livre para autorrealização pessoal.
8. Lutar pelo Fortalecimento e Reconhecimento dos espaços de auto-organização da classe trabalhadora, sindicatos, movimentos sociais e greves de trabalhadores com ou sem autorização da direção sindical.
9. Promover um Marco Regulatório que garanta a extensão dos direitos de organização de base e representação sindical em todas as empresas do Ceará.
10. Trabalhar incessantemente pela extinção das metas de produtividade.

11. Defender com muita força, determinação e capacidade articuladora nas instâncias trabalhistas a Participação nos Lucros e Resultado (PLR) de 8% sobre o Lucro Líquido (LL), com incorporação ao salário base de todas as categorias laborais.

Juventude e Trabalho e Renda:

12. Garantir a participação das juventudes na elaboração das políticas públicas na área de geração de trabalho e renda;
13. Instituir regulamentação especial para o trabalho das juventudes, que respeite suas necessidades e demandas específicas, dentre estas, a garantia de horários para a educação, atividades artísticas, culturais, desportivas e de lazer;
14. Definir política de qualificação profissional;
15. Garantir formação específica para fortalecer a cidadania e as potencialidades pessoais, culturais e artísticas e estímulo ao protagonismo juvenil;
16. Promover iniciativas e cursos profissionalizantes que considerem o potencial criativo da juventude e suas habilidades específicas.
17. Incluir, nos programas de formação profissional, jovens que cumpram medidas sócio-educativas.
18. Articular políticas de formação profissional voltadas ao primeiro emprego e à renda, incentivado e promovendo vagas para deficientes, afrodescendentes, indígenas e mulheres;
19. Disponibilizar vagas de trabalho em órgãos públicos para que os/as jovens tenham suas primeiras experiências profissionais;
20. Promover as redes de economia solidária focadas na juventude.
21. Incentivar, nas ações de implantação de empreendimentos solidários a participação das famílias dos/as jovens, para a promoção de uma convivência familiar mais saudável e cooperativa;
22. Disponibilizar cursos de formação profissional para os/as jovens com deficiência;
23. Financiar programas de microcrédito para jovens, desburocratizando a concessão dos recursos;
24. Criar campanhas de conscientização e combate a todas as formas de discriminação e de trabalho escravo, trabalho insalubre e inseguro de jovens;
25. Promover o passe livre nos transportes para a juventude, estimulando, assim o direito à cidade.

LGBTI e Geração de Emprego e Renda

26. Campanha em nível estadual de combate à lgbtfobia no trabalho;

27. Capacitação dos/as atendentes do disque-denúncia para lidar com as demandas da população LGBT no trabalho;
28. Garantir o uso do nome social de travestis e transexuais no serviço público estadual, tanto na administração direta quanto nas autarquias, fundações e empresas públicas;
29. Criar legislação para garantir o uso do nome social de travestis e transexuais nas empresas privadas;
30. Ofertar estágios remunerados de pelo menos um ano para a população de jovens LGBT;
31. Criação de Grupo de Trabalho para elaboração e aplicação de uma pesquisa/diagnóstico junto à população LGBT sobre o mercado de trabalho formal e informal.

PESSOAS COM DEFICIENCIA E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

32. Determinar que em todos os Editais de contratações e convênios seja exigido que as empresas habilitadas/contratadas devem estar em conformidade com Lei 8.213/91, referentes às cotas para contratação de pessoas com deficiência.
33. Garantir que todos os concursos públicos estaduais contemplem a reserva de vagas (cotas) e a garantia da efetivação no cargo de pessoas com deficiência.
34. Promover ações continuadas de capacitação voltadas para pessoas com deficiência em toda sua diversidade com vistas à inclusão no mundo do trabalho.
35. Garantir que as pessoas com deficiência que trabalham na administração pública estadual exerçam de fato e de direito sua prática profissional, através de adaptações, a fim de potencializar seu trabalho, mostrando sua capacidade no exercício da função que desempenha.
36. Incentivar programas de inclusão socioeconômica de pessoas com deficiência, por meio do desenvolvimento de empreendimentos econômicos baseados nos princípios da economia solidária.

GESTÃO PÚBLICA, ORÇAMENTO E TRANSPARÊNCIA

Maior transparência das contas e contratos governamentais

Uma ínfima parcela da população tem acesso às informações orçamentárias. É necessário que a comunicação oficial permita a transparência das contas governamentais, se utilizando dos meios de comunicação de massa para convocar a população ao Orçamento Participativo, ao Planejamento Participativo e informar sobre a execução orçamentária. Temos o compromisso com a publicação em formato popular e acessível ao grande público das contas públicas e das informações sobre os contratos governamentais e processos licitatórios.

Planejamento e Orçamento Participativo

Qual Ceará queremos construir nos próximos 20 anos? Nosso compromisso é, a partir do PPA participativo a ser elaborado, convocar a população para o debate sobre as alternativas de desenvolvimento de longo prazo, utilizando metodologias que permitam verdadeiramente a valorização das vozes da sociedade e não simplesmente sua legitimação em fóruns que não informam nem permitem debates reais. Da mesma forma, instituiremos o Orçamento Participativo para todo o ciclo orçamentário: da elaboração ao acompanhamento da execução orçamentária, resguardada a participação das diferentes regiões do Estado e dos segmentos populacionais específicos: mulheres, jovens, crianças, lgbs, negros e negras, deficientes, idosos e idosas. Por fim, afirmamos nosso respeito institucional aos conselhos de políticas públicas como espaços de elaboração e acompanhamento das políticas públicas sob encargo do Governo estadual, estimulando a participação livre e independente da população nestes espaços.

Redução dos cargos comissionados e da terceirização de serviços essenciais

A nomeação de cargos comissionados e a contratação de pessoal têm sido moedas antigas do jogo político brasileiro. Em geral, as maiorias parlamentares dos chefes de Executivo são montadas a partir da distribuição de cargos comissionados, numa relação nada pública e muito menos institucional entre parlamento, partidos, lideranças políticas e gestores públicos. Entendemos que para a democracia e o interesse público, é fundamental reduzir os cargos ocupáveis por pessoas externas às carreiras de estado, transformando-os em cargos de preenchimento exclusivo por servidores públicos. Em 2010, o Ceará tinha 2430 cargos (DNS-1 a DAS-1) que podiam ser ocupados por pessoas externas à estrutura estatal, afora os secretários de estado e demais cargos do primeiro escalão. Na campanha daquele ano, propomos uma redução desse contingente para 300 cargos. Seguimos, portanto, propondo uma redução considerável deste contingente. Da mesma forma, a contratação de empresas terceirizadas, prática comum no estado brasileiro e no Ceará, vem sendo utilizada para burlar a vedação constitucional de contratação sem a realização de concursos públicos, pois a relação entre estes e a empresa terceirizada é uma relação trabalhista privada.

Nosso compromisso é com a redução da contratação de empresas terceirizadas, pois esta prática, além de mais onerosa ao estado e ao patrimônio público, tem abrigado condutas absolutamente clientelistas.

Qualificação funcional, salarial e revisão dos PCC's

Para haver gestão pública voltada verdadeiramente ao interesse público é fundamental valorizar o trabalhador/trabalhadora do serviço público. A LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal tem sido um dos argumentos mais comuns pelos governos atuais para impedir a progressão salarial e reposição de perdas do funcionalismo público. Entendemos que a LRF, mesmo trazendo mecanismos de transparência da gestão fiscal, é voltada quase que exclusivamente para os interesses do capital financeiro, pois especifica limites para as despesas de pessoal, no entanto, permite que as despesas financeiras (leia-se pagamento da dívida pública) sejam realizadas indistintamente.

Nosso governo procurará somar forças a todos os movimentos da sociedade, para a alteração da LRF no Congresso Nacional, a fim de que esta incorpore as reais demandas de efetivação de direitos dos servidores públicos e da população em geral. Porém, mesmo reconhecendo quão draconiana é a LRF, os sucessivos governos do Ceará têm sido mais draconianos que a própria lei, nunca atingindo sequer os limites prudenciais da LRF. Nosso compromisso com a valorização do serviço público é manter canal de diálogo e negociação permanente com as diferentes categorias de servidores, por meio de câmara própria formada por sindicatos, Governador e secretários vinculados àquela categoria. Buscaremos a revisão dos PCC's para a reposição dos salários defasados e a adoção de permanente agenda de qualificação profissional a bem do serviço público.

Ouvidorias para todos os serviços essenciais

A população dificilmente é ouvida sobre a qualidade do serviço público. É notório que boa parte da população tem reclamações sobre a qualidade dos serviços prestados. O estado brasileiro estabeleceu políticas e serviços públicos pobres para os pobres. Para alterar este modelo, precisamos dialogar diretamente com os usuários, a fim de incorporar suas demandas e sugestões. Para tanto, nosso compromisso é com a ampliação de estruturas de ouvidorias independentes e autônomas com mandatos próprios, a fim de acatar denúncias, críticas e sugestões sobre a prestação do serviço público.

Gestão da Dívida Pública

A discussão que o governo federal realizou com os estados, entre 1997 e 1998, no sentido de renegociar as dívidas estaduais, teve a seguinte diretriz: desde que a União consiga rolar os compromissos assumidos a um custo menor ao que seria possível aos estados, a situação do setor público melhoraria. Apesar de ter seu lado positivo, a renegociação das dívidas estaduais apresentou pelo menos três características distorcidas: a) dado que a renegociação foi feita de maneira individual, quanto mais

endividado era o estado, maior foi seu benefício em termos de subsídio. Indiretamente penalizaram-se os estados que no passado foram mais prudentes quanto ao seu orçamento; b) forneceu aos estados uma espécie de garantia de solvência, estimulando-os a aumentar gastos (ou reduzir receitas) sem a devida precaução contra a sustentabilidade dos déficits orçamentários, pois esperaram contar nova renegociação das dívidas no futuro; e c) altera a alocação de recursos por parte dos estados. Dado que o governo federal passou a rolar as dívidas estaduais a um custo menor para os estados, estes se sentiram compelidos a gastar suas receitas (como as de privatizações, por exemplo) em investimento e custeio em detrimento do abatimento de dívidas. Com subsídio dado pelo governo federal tornou-se vantajoso mudar a alocação original das receitas estaduais, pois o custo de rolagem da dívida para os estados tornou-se inferior ao retorno proporcionado por outras aplicações. Se os estados usassem tais recursos para abater dívidas, os subsídios dados pela União poderiam ter sido menores. Em 2010, 12 anos após a renegociação das dívidas estaduais verificou-se que apesar dos estados já terem renegociado suas dívidas com a União, houve crescimento da dívida total. Tal fato pode estar sinalizando para a ocorrência de três eventos: Estados puderam estar aproveitando sua melhor situação para realizarem novas dívidas (como foi o caso do Ceará); ou Estados puderam estar aumentando seus gastos, apostando em futuras renegociações da dívida (também tem acontecido isso, mas não são gastos voltados para as áreas sociais); ou ainda, que existia uma forte rigidez na estrutura de gastos não financeiros dos estados, que poderia impedir a contenção da dívida. A identificação da ocorrência de um destes três eventos possibilitava, à época, sinalização da precariedade da política de renegociação de dívidas estaduais. Em 2014, constatamos descontroles de toda ordem, indicadores de irresponsabilidade nas gestões financeiras de municípios, Estados, Distrito Federal e da própria União, passaram a fazer parte de notícias diárias, envolvendo situações cada vez mais comuns. Temos ainda nesse contexto histórico o processo legal que determinou o refinanciamento das dívidas dos estados pela União por meio da Lei 9.749/97 e que veio associado a um conjunto de programas que conjugaram tal refinanciamento a rigoroso ajuste fiscal e à privatização do patrimônio público dos estados, além de oneroso processo de saneamento de instituições financeiras, assim denominados:

a) Programa de Apoio à Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados – PAF;

b) Programa Estadual de Desestatização – PED;

c) Programa de Incentivo à Redução da Presença do Setor Público estadual na Atividade Financeira Bancária - PROES

Adicionalmente, os estados foram proibidos de acessar outros tipos de crédito junto a instituições financeiras federais, não lhes restando outra opção fora o pacote de programas estabelecidos pela Lei 9.496/97. O denominado Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados (PAF) realizado em cumprimento a acordos prévios do Brasil com o FMI, como mencionado anteriormente foi criado pela Lei 9.496/97. O Programa contou com a adesão de 25 estados e do Distrito Federal, somente Tocantins não aderiu. A lei n 9.496, de 11 de setembro de 1997 estabeleceu critérios para a consolidação, a

assunção e o refinanciamento pela União da dívida Pública mobiliária e outras de responsabilidades dos Estados e do Distrito Federal.

As condições estabelecidas na Lei n.9.496/97 para o refinanciamento das dívidas dos estados especificadas naquele ato em até 360 prestações mensais (trinta anos) previam a cobrança de remuneração nominal pela União composta de atualização mensal pela variação positiva do IGP-DI, acrescida de juros que variavam entre 6% e 7,5% ao ano, dependendo do estado. A combinação da atualização monetária mensal calculada pelo IGP-DI com os juros reais de 6 a 7,5% perfaz uma taxa de juros nominais das maiores do mundo, esse fato criou sérias dificuldades para o Estado do Ceará que paga anualmente ao governo Federal perto de 20% ao ano de juros.

Tabela 1 – Demonstrativo do Estoque da Dívida Pública

| Demonstrativo do Estoque da Dívida Pública R\$ 1.000 | | | | | | |
|--|----------------------|----------------------|--------------------------|-------------|--------------------|-------------------------------------|
| Ano | Dívida Interna Total | Dívida Externa Total | Dívida Consolidada Total | PIB | Relação Dívida/PIB | Aumento da Dívida em relação a 2006 |
| 2006 | 2.440.739 | 1.465.191 | 3.905.930 | 46.309.884 | 8,43% | |
| 2007 | 2.321.964 | 1.198.368 | 3.520.332 | 50.331.000 | 6,99% | -9,87% |
| 2008 | 2.346.464 | 1.463.148 | 3.809.612 | 60.099.000 | 6,34% | 8,22% |
| 2009 | 2.293.788 | 1.153.029 | 3.446.817 | 65.704.000 | 5,25% | -9,52% |
| 2010 | 2.927.363 | 1.332.596 | 4.259.959 | 76.705.000 | 5,55% | 23,59% |
| 2011 | 3.446.662 | 1.857.798 | 5.304.461 | 85.604.000 | 6,20% | 24,52% |
| 2012 | 3.627.729 | 2.117.353 | 5.745.082 | 94.600.000 | 6,07% | 47,09% |
| 2013 | 3.618.936 | 2.747.942 | 6.366.878 | 109.037.000 | 5,84% | 63,01% |
| 2014 | 4.536.374 | 3.317.220 | 7.853.594 | 126.054.000 | 6,23% | 123,09% |
| 2015 | 4.985.668 | 5.526.974 | 10.512.642 | 133.433.000 | 7,88% | 175,95% |
| 2016 | 4.732.615 | 5.169.933 | 9.902.548 | 133.979.000 | 7,39% | 187,30% |
| 2017 | 4.553.840 | 5.671.805 | 10.225.646 | 141.172.600 | 7,24% | 140,04% |

Fonte: SEFAZ, 2018.

Verifica-se pela tabela acima o aumento da Dívida Pública do Estado em 140,04% se comparada com o total dos estoques da Dívida no ano de 2006, esse dado deve ter sido superior em 2013, já que o empréstimo advindo de grandes obras como o Aquário e o Centro de Eventos ainda não tinha sido contabilizados no balanço de 2012 por seus totais. Outro ponto a ser destacado é que a Dívida Pública no final de 2012 correspondia 6,07% do PIB do Estado do Ceará. Na tabela 2 são apresentados alguns dados da Dívida Pública Externa e Interna através da prestação de contas do Estado do Ceará ao final do ano de 2017, no qual irá retratar alguns pontos. A tabela 2 apresenta a composição da dívida estadual.

Tabela 2: Composição da Dívida Estadual Fundada

| Especificação | Saldo do Exercício Anterior | Liberação | Variação Monetária | Amortização | Juros | Outros Encargos | Saldo para o exercício seguinte |
|-------------------------------------|-----------------------------|------------------|--------------------|----------------|-----------------|-----------------|---------------------------------|
| Dívida Funda Interna - Contratos | 4.639.405.121,56 | 1.220.442.981,59 | 89.361.735,04 | 544.068.898,78 | 284.844.301,09 | 22.754.009,02 | 5.405.120.939,41 |
| Dívida Funda Interna - Parcelamento | 88.669.976,66 | 3.989.955,81 | 2.336.185,56 | 6.227.464,78 | 0,00 | 0,00 | 88.768.653,25 |
| Dívida Funda Interna Precatórios. | 615.986.445,86 | 18.721.723,15 | 4.738.639,86 | 114.781.118,95 | 0,00 | 0,00 | 524.665.689,92 |
| Dívida Externa- Contratos | 5.169.933.237,44 | 830.655.879,40 | 108.501.369,26 | 309.439.200,14 | 109.0004.694,59 | 8.144.045,70 | 5.799.654.285,96 |

Fonte: SEFAZ, 2018.

Cabe ressaltar também o crescimento do Estado do Ceará em relação à dívida advinda da privatização do BEC, no qual ano a ano só vem crescendo. A população não tem papel protagonista na definição das políticas de desenvolvimento de longo prazo e nem ao menos participa e fiscaliza a elaboração/execução do ciclo orçamentário (PPA, LDO, LOA). Nosso compromisso é com o fortalecimento da cultura política democrática, exercida por mecanismos de controle social, participação e transparência da gestão pública.

Propostas:

1. Ampliar a Participação Popular no Controle
2. Implementar órgãos de controle social sobre o orçamento
3. Implementar instrumentos de transparência no planejamento e execução de políticas públicas

MEIO AMBIENTE E O ECOSSOCIALISMO

Sistemas de vida na Terra em Xequê

O sistema Terra tem sofrido uma pressão crescente desde a década de 50 do século passado atingindo níveis alarmantes neste início de século e que segue crescendo de maneira contínua em quase todas as áreas. Esta pressão crescente pode ser observada em todas as regiões do planeta com a iminência de uma mudança qualitativa que pode ser brusca e rápida (dentro de algumas décadas) e em grande parte irreversível. A mudança para um novo regime de vida na Terra que passaria a possuir condições geofísicas muito diferentes e o previsível declínio de sua riqueza biológica colocaria a vida de centenas de milhões de pessoas pobres em risco, especialmente mulheres, crianças e idosos. Nem mesmo o colapso de nossa espécie está fora do leque de possibilidades futuras. Contraditoriamente encontramos hoje em uma era de “sussurros de sustentabilidade” na relação sociedade - natureza, enquanto que esse mesmo tempo é marcado por exigências de sustentabilidade que se proliferam de modo frenético.

O paradigma do perigo aumenta, mas a catástrofe pode ser evitada, ou pelo menos limitada e contida. Vale destacar que não é a existência humana em geral o constituinte fundamental dessa ameaça aos

sistemas de vidas planetários, e sim o modo de produção e reprodução social dessa existência, que também inclui seu modo de distribuição, consumo e valores culturais. O que nos hegemonizou por cerca de dois séculos, o capitalismo, é insustentável porque a busca desenfreada pelo lucro, sua força motriz, tem como consequência uma tendência cega a um crescimento quantitativo ilimitado.

Socialismo real e o progressismo na América Latina e seus limites à destruição produtivista do meio ambiente

No século XX os países do “socialismo realmente existente” demonstraram sua incapacidade de oferecer uma alternativa à destruição produtivista do meio ambiente, com a qual também contribuíram de forma significativa. O século XX é marcado pela necessidade premente de controlar o seu desenvolvimento em todos os campos, a fim de torná-lo compatível com os limites planetários. Nenhum projeto político pode deixar de tomar em conta a conclusão dos estudos científicos sobre as “mudanças globais”.

Os governos progressistas da América Latina emergiram de mobilizações democráticas tais como a Revolução Bolivariana de Chávez que surgiu das sublevações populares na esteira do Caracazo (1989); a Revolução Cidadã do Equador a partir das revoltas urbanas de 1997, 2000 e 2001, até a rebelión de los forajidos em 2005; a Revolução Democrática e Cultural da Bolívia, resultado do ciclo insurgente de 2000-2005, com destaque às guerras da água (2000) e do gás (2003). Nos casos de Brasil e Argentina, a crise asiática de 1997 precipitou o desmoronamento da relativa estabilidade de preços construída pelos governos neoliberais, culminando na ingovernabilidade argentina de 2001-2002, – quando explodiu o tumulto dos piqueteros e cacerolazos, ao que se seguiu o kirchnerismo, – e na ascensão eleitoral de Lula, que havia sido derrotado nos três pleitos anteriores (1989, 1994 e 1998).

Todas essas insurgências e revoltas convergiram em um progressismo cuja dinâmica política e econômica não foi capaz de alavancar mecanismos sustentados de sofisticação da matriz produtiva que perduram ao longo dos anos noventa, 2000 e 2010, reproduzindo a lógica do extrativismo. Quando nos referimos a extrativismo estamos falando da extração desenfreada de recursos naturais, sem preocupação com a sustentabilidade. Trata-se da remoção de grandes volumes de recursos naturais destinados à exportação, não se limitando aos produtos minerais ou ao petróleo. O extrativismo põe relevo à reprimarização da economia, que, para se viabilizar, quase sempre requer um sistema político pouco democrático. Sem diálogo com as necessidades locais do território, necessita de um Estado repressor para impor sua racionalidade diante de qualquer insubmissão e, dessa maneira, manter uma divisão desigual de seus rendimentos.

Dessa maneira se viu o impulso a algumas atividades agrícolas, os monocultivos (soja no Brasil, Argentina e Bolívia) que cobrem vastas áreas, orientados à exportação, com remoção de enormes quantidades de recursos, sem ou com quase nenhum processamento. Atuam com a mesma lógica produtiva e de comercialização internacional praticadas pelos setores extrativos como a mineração ou hidrocarbonetos (petróleo, gás natural, carvão). São economias de enclave, com poucos encadeamentos

locais, muito dependentes de investimentos de capital internacional o que explica a presença das companhias transnacionais no extrativismo.

As mobilizações democráticas foram em muito responsáveis pelo impulso criativo especialmente no campo das políticas sociais na região. No entanto, nos períodos de crise financeira, as respostas que emergem desconsideram o vetor radicalmente democrático para impor soluções sempre restritas ao campo econômico. De alguma maneira, ainda se crê que o “social”, o “democrático”, o “ambiental” são meros acessórios do principal, que é a economia e o imperativo do acúmulo de capitais para a industrialização, quando na verdade e há muito, o capitalismo já se apropriou dessas dimensões, alterando substancialmente a própria noção de trabalho.

Em meio a uma crise internacional consolidada seria inimaginável conceber que haveria novo fôlego de investimento e do consumo com base na ampliação dos mercados externos. Dessa maneira a redução dos preços das commodities², a desaceleração da economia chinesa e o estancamento do comércio global provocaram dificuldades econômicas para a região, em especial para o progressismo que abraçou a alternativa do extrativismo.

Impossível pois pensar em um projeto para o Brasil e a América Latina sem pensar em articular indissociavelmente justiça social e ambiental. O progressismo fez essa dissociação e até subordinou os aspectos sociais a agenda extrativista, no Brasil e na América Latina.

Vale destacar que o Brasil nos anos 80 e 90, no pico da industrialização, esse setor representou 35% da produção nacional. Na atualidade não representa nem 12% e encontra-se em declínio. O Brasil está experimentando uma das maiores desindustrializações da história, em um curto espaço de tempo. Muitos economistas latino-americanos já levantavam o problema da dependência de commodities primárias na década de 1950 e 1960. Quando existe a dependência de commodities primárias há uma tendência de que o preço dos produtos caia no longo prazo em comparação com os produtos manufaturados. Além disso, os países dependentes de commodities não conseguem controlar seu destino.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, em matéria de exportação o Brasil ocupou com a soja, em 2016, o 1º lugar respondendo por 10,44% das exportações sendo os destinos a China (1º), Espanha (2º) e Tailândia (3º); em 2º lugar ficou o minério de ferro e seus concentrados com 7,17% do total da exportações brasileiras sendo a China (1º), Japão (2º) e Países Baixos, Holanda (3º); em 3º lugar os óleos brutos de petróleo, 4º lugar o açúcar de cana em bruto, 5º lugar carne de frango congelada, 6º lugar celulose, 7º lugar o farelo e resíduos da extração da soja, 8º lugar o café cru em grão, em 9º lugar automóveis de passageiros, e em 10º lugar carne bovina congelada. Dessa maneira se pode perceber que dos 10 primeiros produtos com maior relevância nas exportações brasileiras, sete produtos (soja, açúcar, carne de frango, farelo de soja, carne bovina, celulose e café em grão) são produtos agropecuários.

² Termo utilizado em transações comerciais que significa mercadoria e é usado em transações mercadológicas de produtos primários, ou seja, que estejam na forma de matérias primas ou com pouco ou quase inexistente processo de transformação. Possuem cotação e podem ser negociados planetariamente, através das bolsas de mercadorias.

Atualmente nos encontramos diante de uma encruzilhada histórica capaz de orientar nosso destino, na qual se vê uma bifurcação entre democracia e o capital constituindo a nova ameaça civilizacional.

Do Mundo ao Ceará, passando pela Assembleia Legislativa e Brasil, é preciso uma transição ao ecossocialismo rompendo com a perspectiva do desenvolvimentismo

A cada dia se evidencia mais fortemente que a humanidade está sendo confrontada com a obrigação ética e civilizacional sem precedentes na história de impor limites ao seu desenvolvimento em todos os campos, de modo a equalizá-lo com os limites e a integridade dos ambientes em todo o planeta. Nenhum projeto político, sobretudo os de esquerda pode ignorar a conclusão dos estudos científicos sobre as “mudanças climáticas”. As mudanças climáticas são apenas a manifestação mais recente – embora, de longe, a mais complexa – de uma rota de colisão com os limites do planeta. O estresse ecológico é evidente de muitas formas, desde a destruição de espécies, a poluição atmosférica e hídrica e o desmatamento, até o desaparecimento de recifes de coral, o esgotamento de áreas de pesca e a destruição de áreas úmidas e a crise hídrica. A capacidade do planeta para absorção de resíduos e poluentes está cada vez mais sobrecarregada.

Assim, os projetos políticos devem ser avaliados tomando em conta o risco, e as respostas sistêmicas que apresentam aos problemas globais, cujas proposições devem estar em conformidade com os fundamentos da dignidade humana e sua articulação com seu programa nas demais áreas, particularmente na esfera social e econômica.

Da América Latina ao Brasil e ao estado Ceará é possível perceber que alguns dilemas parecem ser comuns e permanentes. A questão de como garantir o desenvolvimento econômico constante e ascendente é um deles, especialmente para os blocos de poder que se sucedem à frente do Estado brasileiro e também localmente.

Embora o crescimento econômico tenha sido responsável por padrões de vida mais elevados e emprego para muita gente, além de arrecadação para os governos, isso se deu à custa da destruição de solos e aquíferos; da degradação de terras e florestas; da contaminação de rios, mares e oceanos; das perturbações nos ciclos de carbono, nitrogênio e fósforo; e muitos outros impactos. Em síntese, o crescimento econômico não é um bem sem qualificações, e esses custos ambientais, somados aos custos sociais do crescimento desigual, demonstram ser significativos.

Todavia, parcela expressiva da esquerda e dos governos considerados progressistas também comungam de uma visão tradicionalista da economia, fundada na exploração intensiva da natureza, tal como no Brasil de Lula e Dilma e no Ceará dos Ferreira Gomes e de Camilo Santana.

A ideia de que a inteligência humana é capaz de maneira criativa, de ressignificar o que fazem os seres humanos de sua vida material é um dos mais importantes traços humanistas que marcam a formação do pensamento de Marx desde seus primeiros escritos.

Dessa maneira é uma necessidade premente que a humanidade estabeleça uma outra relação com o meio ambiente. Esta nova relação deve estar pautada pelo cuidado, tanto para com os seres humanos como para com o meio ambiente, não será, portanto, simplesmente o resultado de mudanças individuais no comportamento. Será advinda de uma mudança estrutural nas relações entre os seres humanos com a natureza, onde haja a erradicação total e global do capitalismo como modo de produção da existência social. Essa mudança qualitativa é condição essencial para uma gestão radical, econômica e prudente nas trocas de matéria entre sociedade e natureza. As ciências e tecnologias podem facilitar esta gestão, mas apenas com a condição de que seu desenvolvimento não esteja sujeito aos ditames do lucro capitalista.

Os pressupostos a essa perspectiva exigem que se produza uma socialização do setor de energia libertando de uma economia de energia fóssil, nuclear, reduzindo radicalmente a produção/consumo de energia ao tempo em que se busca a transição para um sistema de energia renovável, descentralizado e eficiente, adaptados às urgências ecológicas e sociais; Socialização do setor de crédito, considerado essencial, dada a interrelação dos setores de energia e financeiro em investimentos de grande porte e a longo prazo e para ter os recursos financeiros necessários para os investimentos na transição; Supressão da propriedade privada sobre os bens naturais (terra, água, florestas, energia eólica, energia geotérmica, recursos marinhos, etc.) e sobre o conhecimento intelectual; Destruição de todos os estoques de armas, a supressão de produtos inúteis (munições etc.) ou perigosos (produtos petroquímicos, energia nuclear) e a produção de valores de uso decidida democraticamente em substituição a valores de troca; Gestão comum e democrática dos bens naturais a serviço das necessidades humanas reais, com respeito ao bom funcionamento e à capacidade de renovação dos ecossistemas; Supressão de todas as formas de desigualdade e discriminação baseadas em gênero, raça, etnia, religião ou orientação sexual; a emancipação de todos os oprimidos, em particular a emancipação das mulheres e das pessoas não-brancas; Supressão das horas de trabalho impostas para a produção de mercadorias como uma categoria alienante que destrói o tempo de lazer e desencoraja atividades humanas não mercantilizadas; Política socioeconômica a longo prazo visando reequilibrar as populações urbanas e rurais e superar a oposição entre a cidade e o campo.

Para alcançarmos essa perspectiva acima descrita temos que reconhecer que há um abismo entre essa alternativa imprescindível e a correlação social e a compreensão dessa necessidade por amplos contingentes de pessoas. Essa distância deverá ser aproximada pelo desenvolvimento de lutas concretas dos explorados e oprimidos na defesa de suas condições de vida e do meio ambiente, pela educação política e ambiental permanente e pelas ações de um possível governo do PSOL pautado pelo ecossocialismo que buscará um elo entre os problemas ambientais imediatos e as necessidades estratégicas de sustentabilidade da relação sociedade e natureza, impulsionando uma maior radicalização das lutas que deverão ser realizadas ao tempo em que se formulam e executam políticas a luz de uma transição incompatível com a lógica capitalista.

O Setor Energético no Ceará: Energia para que e para quem?

O modelo de desenvolvimento brasileiro centrado na exportação de commodities agropecuárias e minerais possui um elevado custo social e ambiental. Ao longo dos últimos doze anos houve um aumento

significativo da produção e consumo de energia elétrica no Brasil. Esse aumento do consumo tem sido impulsionado principalmente pela expansão da produção industrial que, num contexto de reprimarização da pauta exportadora, concentra-se nos setores de cimento, aço, alumínio, ferro-liga, petroquímico, de papel e celulose (Bermann, 2011).

Se tomarmos as estimativas do SEEG (2017), o setor de energia apresentou a segunda maior taxa média de crescimento anual das emissões brutas de gases de efeito estufa (GEE), no período entre 1990 e 2015, atrás apenas do valor observado para o setor de resíduos. As emissões do setor de energia partiram de um patamar de 189,6 milhões de toneladas de dióxido de carbono equivalente (CO₂) em 1990 para 454,2 milhões de toneladas em 2015, superando, desde 2012, as emissões da agropecuária e se consolidando como o segundo setor mais emissor, atrás apenas de mudança de uso da terra. O setor de energia, que representava apenas 7,9% das emissões em 2004, passou para 23,6% em 2015.

Nesse contexto, a política energética dos governos de Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016) apresenta a perspectiva estratégica, conforme o Plano Nacional de Energia 2030 (Brasil, 2007), de ampliar a produção e a oferta de energia elétrica de modo a garantir eletricidade a baixo custo para a produção de commodities com preços competitivos no mercado internacional. Foi dessa forma que grandes projetos hidroelétricos foram postos em construção, especialmente na região amazônica, e proliferou-se a instalação de usinas termoelétricas, de usinas nucleares, de parques eólicos, promovidos com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento.

O que não fica evidente nas propagandas governamentais que promovem este modelo de desenvolvimento sob a insígnia de sustentável é que essas commodities embutem nos seus baixos preços uma lógica de exploração humana e da natureza (Freitas & Porto, 2006). Essa avalanche de empreendimentos energéticos que se espalham pelo Brasil tem deixado um nefasto rastro de significativos impactos ambientais, afetando inúmeras comunidades através de remoções forçadas de seus territórios tradicionais ou da inviabilização da reprodução do seu modo de vida devido à degradação ambiental que promovem.

Estes empreendimentos buscam atender simultaneamente a duas exigências: a da produção e reprodução das condições gerais da acumulação de capital e a do ordenamento territorial. São empreendimentos que consolidam o processo de apropriação de recursos naturais e humanos em determinados territórios, sob a lógica estritamente econômica, respondendo a decisões e definições configuradas em espaços relacionais exógenos aos das populações/regiões das proximidades dos empreendimentos.

O Estado do Ceará tem se inserido nesse contexto através de sérios conflitos ambientais provocados pela instalação de parques eólicos em toda sua zona costeira e na região da Chapada da Ibiapaba; pela instalação de usinas termelétricas no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP); pelo Projeto Santa Quitéria de Mineração de Urânio e Fosfato (que deverá atender à demanda de combustível para a ampliação do número de usinas nucleares, bem como de fertilizantes e ração animal para o agronegócio).

Esses empreendimentos vêm afetando sobremaneira povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e camponesas, em seus territórios.

A crise climática é o maior desafio posto para a humanidade no século XXI

O sistema climático terrestre tem sido impactado fortemente pela ação antrópica. Desde o advento do período industrial, a composição química da atmosfera se modificou significativamente. A concentração de alguns dos principais gases de efeito estufa (dióxido de carbono, metano, óxido nitroso e halocarbonetos – inexistentes na atmosfera natural) se alterou, provocando impactos relevantes sobre o balanço energético do planeta.

Particularmente, o incremento de mais de 40% na concentração de CO₂ desde o período pré-industrial até hoje tem levado a alterações substanciais no sistema Terra. Em um século, a temperatura média global aumentou 0,89 graus, sendo que o ritmo de aquecimento foi especialmente acelerado nas últimas décadas. A cobertura de gelo marinho no Ártico tem declinado vertiginosamente, com uma redução de quase 80% no verão de 1979 até os dias de hoje.

A ocorrência de eventos extremos como enchentes, secas e ciclones tropicais (furacões e tufões) tem crescido em frequência e/ou intensidade, conectando as serras do Rio de Janeiro (com deslizamentos mortíferos) às Filipinas, de Porto Rico (com furacão Irma, em 2017) ao Nordeste Brasileiro (que sofre uma seca recorrente de vários anos). A acidificação dos oceanos, resultante da dissolução do CO₂, levou a um incremento de mais de 30% na concentração de íons H⁺, já levando ao comprometimento de várias espécies que dependem da fixação de carbonato para sua existência.

Essa é uma realidade que ameaça profundamente a própria existência da espécie humana e de inúmeras outras espécies que conosco compartilham este planeta. Diante disso, é evidente que é preciso incidir forte e prioritariamente sobre a emissão de GEE's. Além disso, é preciso preparar e proteger as camadas mais vulneráveis da população ante as alterações climáticas que já sejam irreversíveis. As camadas espoliadas da população (as pessoas mais pobres, os países menores e mais pobres, os trabalhadores e as trabalhadoras, as mulheres, etc.), que menos contribuem com o desbalanço do ciclo do carbono e que, com a crise climática, são precisamente as mais expostas aos seus efeitos!

Globalmente, a principal fonte de emissões de CO₂ é a queima de combustíveis fósseis. Nos trópicos, e no Brasil em particular, o desmatamento e queimadas são os principais contribuintes para as emissões (ou próximo disso) e se somam à queima de petróleo, carvão e gás natural. Tais processos precisam ser atacados na raiz, em qualquer programa que se pretenda genuinamente de esquerda no século XXI, posto que é uma ameaça decisiva às condições materiais de existência de nossa própria espécie.

Segundo o Relatório de Avaliação do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas, o Brasil efetivamente reduziu suas emissões nos últimos anos. Mas isto se deveu essencialmente às restrições de créditos a desmatadores. Embora o Brasil tenha retornado suas emissões aos níveis do início dos anos 1990, a composição das emissões mudou significativamente. O uso da terra (desmatamento/queimadas) deixou de

ser a componente claramente dominante das emissões para dividir esse posto com a produção de energia (incluindo eletricidade e transporte).

Ora, isso se deveu a escolhas nítidas em relação ao modelo de desenvolvimento brasileiro nos últimos anos. A resposta ao aumento da demanda energética deu-se via uma combinação do resgate de projetos de grandes barragens hidroelétricas (como Belo Monte) com o uso maciço de energia termelétrica (continuidade de um programa de incentivo do governo de FHC), através de unidades a carvão, óleo e gás. Além disso, a frota automobilística cresceu exponencialmente, com preços pouco competitivos para o etanol, levando a um consumo extremamente elevado de derivados de petróleo (gasolina e óleo diesel). Ademais, deve-se frisar a realização de uma série de leilões de petróleo, gás e carvão, repassando para corporações privadas a possibilidade de exploração dessas reservas fósseis em território brasileiro (da Amazônia às águas territoriais em quase todo o litoral – incluindo a camada do pré-sal).

O semiárido é uma das regiões potencialmente sob maior risco, face às mudanças do clima

Uma atmosfera mais quente é capaz de armazenar mais vapor d'água, o que implica tanto em uma maior dificuldade em saturá-la (ou seja, atingir o ponto em que o vapor passa a se condensar, produzindo nuvens), especialmente em regiões naturalmente secas (áridas ou semiáridas) quanto em uma maior quantidade de matéria-prima para sistemas precipitantes (nuvens, tempestades, etc.) uma vez que eles se formem (especialmente em ambientes naturalmente úmidos). Isso faz com que extremos climáticos tanto como chuvas quanto como enchentes sejam ambos exacerbados com o aquecimento do sistema climático global.

Os cenários futuros de mudanças climáticas não deixam nítido, pelo menos até o momento, se há uma tendência a um aumento ou diminuição da precipitação média sobre o Nordeste Brasileiro e o Ceará em particular. No entanto, é notória a tendência significativa de elevação da temperatura (com destaque para as porções mais internas do continente) e, portanto, da taxa de evaporação, especialmente em cenários de maiores emissões de GEE's. Ou seja, ainda que haja um aumento modesto no total de chuvas, é muito provável que a perda de umidade do solo e a redução do nível dos reservatórios seja um fator dominante no futuro, com impactos extremamente sérios sobre a agricultura e a segurança hídrica.

É necessária uma maior amostragem a fim de se aferir uma tendência e detectar um efeito que possa ser atribuído às mudanças climáticas globais, mas é certo que o norte do Nordeste brasileiro (e o Ceará, em particular) vem sofrendo com estiagens recorrentes. Os anos recentes de chuvas abaixo ou muito abaixo da média histórica ocorreram, por sinal, sem a incidência do fenômeno El Niño (tradicionalmente um inibidor muito importante das chuvas na região), contribuindo para uma baixa considerável no nível dos reservatórios cearenses (que, nos maiores reservatórios, não houve aporte significativo em 2018, para garantir estabilidade no abastecimento hídrico). Tais condições atípicas podem servir de amostra de um futuro com secas cada vez mais e mais severas. Vale ressaltar, porém, que, por conta do mesmo processo físico que exacerba as secas, as chuvas tendem a se concentrar mais em poucos eventos extremos, que

podem contribuir para degradar o solo (especialmente em áreas que tiveram retirada da cobertura vegetal natural) e enchentes urbanas (já amplificadas pela impermeabilização dos solos e canalização dos rios).

É preciso preparar-se para os danos já inevitáveis e irreversíveis do aquecimento global

Ainda que as emissões antrópicas de GEE's sejam efetivamente contidas, algumas alterações no sistema climático já são inevitáveis e possivelmente irreversíveis. A presença continuada de concentrações de dióxido de carbono em valores até superiores a 400 ppm já seria suficiente para promover um aquecimento extra de cerca de um grau, para além do já ocorrido desde o período pré-industrial, com todas as suas consequências (em termos de degelo das calotas, elevação do nível do mar, mudança nos padrões de secas e enchentes, etc.). Com isso, é fundamental proteger os segmentos mais vulneráveis a essas alterações que são precisamente as pessoas mais pobres nas cidades, os trabalhadores e trabalhadoras rurais, as comunidades tradicionais, os povos indígenas.

O entrelaçamento do conhecimento acadêmico e tradicional é fundamental, para disseminar técnicas e compartilhar variantes de cultivares e formas de convívio mais aptas às condições de plantio num clima alterado. Colocam-se como medidas inadiáveis, no campo: a recuperação de áreas degradadas; a recomposição das matas ciliares para proteção dos rios; o reflorestamento com espécies vegetais nativas. O uso da água precisa ser redimensionado, a fim de que não haja colapso de abastecimento urbano e de que a mesma esteja acessível ao conjunto da população rural. É evidente que o uso da água, na forma atual, é incompatível com o risco climático imposto ao semiárido, especialmente num cenário de aquecimento global.

Por fim, as cidades também precisam se preparar para os eventos extremos, revertendo-se parte da impermeabilização da superfície; protegendo, ampliando e recuperando as áreas verdes urbanas, promovendo arborização (com espécies vegetais nativas); recuperando os rios urbanos, redimensionando o sistema de drenagem urbana; fortalecendo os sistemas de aviso meteorológico e defesa civil, etc.

Contudo, há de se frisar que existem limites para a adaptação. Nesse sentido, é crucial reduzir as emissões e garantir uma radical democracia energética. Há limites muito estritos para estratégias de adaptação. Se há chances de adaptar (não sem custos e dificuldades) nossa pequena agricultura e nosso sistema hídrico às condições de aquecimento global de 2 graus, por exemplo (bem mais difícil, custoso) é eventualmente inviável a adaptação a um planeta 3, 4, 6 graus mais quente. No limite, o aquecimento global esperado pela queima de todas as reservas fósseis no planeta pode tornar a maior parte das áreas continentais do planeta inabitável para nossa espécie.

Um programa socialista no século XXI precisa ser, obrigatoriamente, um programa de preservação das condições materiais mínimas para subsistência da espécie humana e do restante da biota terrestre. Assim sendo, ele precisa incluir, em seu centro, a minimização das alterações climáticas antrópicas e de seus efeitos.

De início, isso implica em uma reformulação profunda da matriz energética. Além de uma redução significativa dessa demanda (orientada tanto para uma maior eficiência energética quanto para a própria redução dessa demanda, inibindo a produção de bens supérfluos e combatendo a obsolescência programada), fontes fósseis precisam ser urgentemente substituídas por outras, com um mínimo de emissões de CO₂, renováveis e ambientalmente justas (o que exclui a energia nuclear).

O Ceará, tradicionalmente, constituía-se num estado importador/consumidor de energia, mas, no período recente, esse quadro tem se modificado, com o advento de unidades geradoras de energia, incluindo termelétricas a carvão e gás, eólicas e unidades solares fotovoltaicas. As unidades térmicas, com destaque para a UTE-Pecém, foram instaladas na lógica de alimentar a instalação de outros empreendimentos, com destaque para outras empresas no CIPP (Complexo Industrial e Portuário do Pecém), como a siderúrgica e a refinaria. Somente essa unidade, movida à queima de carvão (o mais ineficiente dos combustíveis fósseis, isto é, o que mais produz CO₂ por unidade de energia elétrica gerada), em plena geração, é responsável pelo lançamento anual, na atmosfera, de carbono equivalente à queima de pelo menos três Parques do Cocó (demarcado e regulamentado somente em 2017).

Além disso, para que suas turbinas se movimentem e suas caldeiras se resfriem são necessários, em média, 800 litros de água por segundo (com outorga concedida de até 993 litros por segundo). Isso é água suficiente para abastecer uma população de 600 mil habitantes. Para além da produção de CO₂, é preocupante a emissão de outros poluentes (como material particulado e outros gases) e a ocupação de terrenos de povos originais, como o povo indígena Anacé.

No caso das eólicas, ainda que se trate de uma energia considerada limpa em função da não-emissão de dióxido de carbono e outros gases de efeito estufa, a lógica do modelo de desenvolvimento voltada para o lucro a tem colocado em contradição com as comunidades tradicionais da zona costeira de nosso estado. Além da aprovação recente (aprovada pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente, contrariando a disposição dos movimentos ambientalistas) de flexibilização ainda maior para o licenciamento ambiental exigido para esses empreendimentos.

Nesse contexto, um conjunto de medidas precisa ser adotado, ao mesmo tempo assegurando uma redução significativa das emissões em nosso estado e garantindo uma radical democracia energética. Em primeiro lugar, o objetivo maior deve ser zerar a geração de eletricidade a partir de fontes fósseis. De imediato, todo e qualquer subsídio (incluindo desconto no uso da água) será retirado e um cronograma será estabelecido para desativação total das termelétricas no estado. Na compreensão de que a energia nuclear não é alternativa aceitável para mitigação das mudanças climáticas, também deverão ser canceladas as iniciativas de extração de urânio e qualquer hipótese de instalação de usina nuclear.

Um programa de energias renováveis democraticamente construído e socialmente justo deverá ser implementado, paralelamente a essas medidas. Deve ser dada prioridade ao zoneamento costeiro, a fim de identificar localidades com mínimo impacto socioambiental para aproveitamento energético nas formas eólica e maremotriz. Em particular, no caso da energia eólica (caso em que o capital adota a energia certa

da maneira errada, instrumentalizando-a para atacar as comunidades litorâneas), alternativas locais serão estudadas.

Mas o centro da política estará na descentralização da produção energética. Energia solar e eólica de pequeno porte poderá levar eletrificação ao conjunto das comunidades isoladas que assim o desejarem. Nas cidades, o aproveitamento fotovoltaico nos telhados das próprias casas representará, já de início, uma redução muito expressiva do consumo líquido de energia no estado, ao mesmo tempo em que o abatimento na conta de energia atuará como mecanismo de distribuição de renda. O governo estadual, nesse sentido, adotará uma política de subsídio à instalação de painéis fotovoltaicos (gratuitamente para famílias pobres e com linha de crédito facilitada para as demais).

É necessário realizar um inventário das emissões de carbono em nosso estado, a fim de neutralizá-las. Esse papel pode ser pensado e incentivado pelo Fórum Estadual de Mudanças Climáticas e Biodiversidade e Combate à Desertificação, a ser um colegiado, de fato, que pense as políticas públicas em diálogo com os conhecimentos acumulados pela população, movimentos ambientalistas e as universidades. Tal inventário servirá de subsídio para as políticas de mitigação a constarem do Plano Estadual de Mudanças Climáticas.

Água Bem Comum E Direito Humano

“A dependência permanente de uma demanda por água que cresce indefinidamente (térmicas, siderúrgica, refinaria, mineração de urânio, agronegócio, carcinicultura...) cujo motor é um modelo de desenvolvimento insustentável, se contrapõe irremediavelmente com a realidade de uma água cada vez mais escassa e degradada. A pergunta é quando, vamos encarar essa realidade?”

“Água é vida, é saúde, é alimento, é território, é direito humano, é um bem comum sagrado” (Declaração final do Fórum Mundial Alternativo da Água (FAMA), Brasília, 22/03/2018. Em defesa da “soberania popular sobre os bens comuns mediante a participação dos cidadãos e cidadãs” (Dardot e Laval).

A política de águas do Governo Camilo Santana guarda continuidade com as políticas dos Ferreira Gomes e de Tasso Jereissati. No entanto ela se apresenta com adornos e acenos do “novo”, de uma “nova gestão das águas” baseada em novos conceitos e no entanto reproduz fórmulas ultrapassadas que a cada dia de maneira mais nítida revelam seus limites.

A cultura conservadora da água se baseia na concepção de natureza como elemento a ser dominado tecnicamente e submetido aos ditames da racionalidade humana. Essa dominação é elemento fundamental para o “desenvolvimento e progresso” do Ceará. Dessa maneira a água é tomada fundamentalmente em sua utilidade produtiva, estando nas entrelinhas ou subjacente a essa abordagem a ideia de que a natureza é fonte inesgotável de recursos.

É assim, a partir desse viés, mesmo que não assumidamente, o governo se propõe a atender a demandas irrefreáveis por água, lógico que sob um discurso do bem comum, do desenvolvimento, da criação de postos de trabalho. Ao buscar atender privilegiadamente a grupos econômicos que demandam água de maneira intensiva, o governo joga por terra os comitês de bacias. Estes deveriam se ocupar de uma alocação democrática da água com suporte da COGERH e orientado tecnicamente por critérios e prioridades que constam de nossa política das águas.

A técnica dessa maneira é tomada como farol, motor do “progresso”, “imparcial”, é supostamente “neutra socialmente”, no entanto o que vemos é que esta técnica tem emprenhado a gestão pública da água de um caráter eminentemente privatista onde esta é cada vez mais pertencente a grandes grupos econômicos hidroatensivos em seu consumo e utilização.

É a partir dessa perspectiva que no governo permanece a lógica de ofertar recursos hídricos através de grandes obras hídricas, antes açudes, hoje pela relativa abundância destes, obras de transferências de águas. É assim dessa maneira que se abandona a possibilidade de desenvolvimento de uma política que esboce um contraponto necessário e urgente, qual seja, uma política de gestão de demanda de água, que conjugue eficiência no uso, economia e ambiente, em um modelo de desenvolvimento adaptado às condições de um Ceará marcado pelo contexto do semiárido.

Sem sombra de dúvidas que esse modelo tocado pelo governo Camilo Santana teve sua origem e razão de ser no passado, mas que levado a frente agora acaba por demonstrar toda sua caducidade diante de demandas por água insustentáveis, sempre caracterizadas como da maior relevância, “vitais”, de projetos que mostraram sua inadequação social, ambiental, como o caso das térmicas e infraestrutura associada (esteiras). É evidente que outras alternativas para geração de energia são plenamente possíveis a um menor custo social, ambiental, econômico e com menor uso de água e sem emissão de CO₂.

É impossível seguir como estamos atualmente no que toca à gestão das águas, com níveis deploráveis de eficiência no uso da água e de gestão de nossos recursos através dos usos urbanos, industriais, agrícolas. Soma-se a esse aspecto a ausência ou tremenda incapacidade de evitar a contaminação de rios, aquíferos, lagoas, açudes, mares, sob a chantagem do desenvolvimento econômico, dos postos de trabalhos e do “progresso”.

O Ceará é um dos estados mais suscetíveis aos impactos do aquecimento global, com projeções de secas mais severas, que podem trazer colapso hídrico, quebra de safras e elevação do nível do mar. A incorporação dos efeitos das mudanças climáticas de maneira permanente deve ser internalizada nos paradigmas de gestão hídrica no Ceará e de uma efetiva política de águas por parte dos tomadores de decisão e formuladores de políticas públicas em nosso estado.

O governo Camilo Santana inicialmente representou certa esperança, que viesse a romper e inovasse na política de gestão de águas, no entanto já em mensagem à Assembleia de 2015 anunciava o quanto sua política hídrica e de desenvolvimento apresentava continuidade com a política de seu antecessor Cid Gomes. Assinalou nesse momento como preponderante a consecução do trecho V do Eixão das Águas, com 57,60km de extensão, também denominado de Sistema Adutor Gavião/Pecém, que consistiu na

integração do Sistema de Reservatórios da Região Metropolitana de Fortaleza com o Complexo Industrial e Portuário do Pecém-CIPP no valor de R\$ 315,29 milhões com vazão de 9m³/s, das quais 3,5m³/s destinadas ao CIPP.

Não podemos analisar a política hídrica dissociada da política de desenvolvimento, e essa integração efusivamente ressaltada no início de seu governo era um indicador de quanto a água passa a ser privilegiadamente destinada aos setores industriais do CIPP em detrimento de outros usos prioritários. Outras iniciativas foram corroborando essa perspectiva, tais como a instalação da CSP no CIPP entre o 4º e 5º ano de seca com uma outorga de 1500l/s, com consumo inicial de 600l/s. Essa foi uma medida bastante temerária se considerado a insuficiência dos projetos de reuso praticados no CIPP e mesmo a ausência de uma política de reuso no estado votada tão somente no final do primeiro semestre desse ano na Assembleia Legislativa do Ceará que terá que trilhar árduos caminhos para se tornar realidade, dentre eles os investimentos necessários para viabilizá-la.

Adiciona-se a instalação da CSP a implantação de termelétricas que consomem 762l/s considerando que a Termoceará consome 12l/s, a Central Geradora Termelétrica Fortaleza (ENEL) consome 100l/s e a Pecém I e Pecém II consomem 650l/s de um volume outorgado de 1.100l/s. Vale ressaltar que o consumo conjunto das termelétricas seria suficiente para abastecer 244 mil pessoas. Não obstante todas as iniciativas supracitadas, em novembro de 2016 o governador Camilo Santana assinou um protocolo para a vinda de uma refinaria capaz de consumir no mínimo outros 48 milhões de litros. Além destes, outros contrassensos como o projeto de mineração de Urânio em Santa Quitéria com consumo de 917m³/hora, equivalente a 115 carros pipa por hora, o que representa uma ameaça à segurança hídrica na região afetando 45 comunidades.

No Ceará, a propósito do que significam as emissões de gases de efeito estufa pelas termelétricas para geração de energia, as emissões cresceram 26,5% em apenas dois anos, segundo dados do Sistema de Estimativas de Gases de Efeito Estufa (SEEG) e o setor preponderante nas emissões desses gases desde 2010 é o de geração de eletricidade, que respondeu por 7,25 milhões de toneladas de CO₂ (48,7% das emissões de energia/indústria do estado ou 27,8% do total) em 2014. Isto equivale a dizer que as termelétricas no Ceará, nesse ano, emitiram 4 vezes a mais do que os automóveis particulares (responsáveis por 1,8 milhões toneladas de CO₂), ou o equivalente ao incêndio de uma área equivalente a área de 10 Parques do Cocó anualmente! Em virtude disso, o Ceará, com enorme potencial de geração de energia solar e eólica, tornou-se o segundo estado que mais emite CO₂ para geração de eletricidade, atrás somente do Rio de Janeiro, também conforme dados do SEEG.

Vale destacar que a esse conjunto de iniciativas e ainda no ano de 2016, somam-se outras iniciativas como a do governo Camilo Santana que aprovou mensagem 7953/2016, com objetivo de reduzir o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) das termelétricas a gás natural em até 58,8% na Assembleia Legislativa do estado do Ceará. Tudo isso em épocas de profundas incertezas, seja com relação a crise ecológica que vem mostrando suas diversas facetas como o aquecimento global e a diminuição dos recursos hídricos, seja com relação a pequena agricultura que tem sofrido duros golpes. Incertezas ainda quanto ao marco político, econômico e social de nosso país que atravessa toda sorte de dificuldade e riscos

frente a crise econômica intensa atualmente vivenciada no Brasil. São novos desajustes estruturais que poderão contar ainda a médio e longo prazo com as consequências do modelo de desenvolvimento impulsionado pelo Governo Camilo Santana que não vem apresentando qualquer tendência de confrontar-se a crise ecológica e econômica que vivemos na atualidade e que muito pelo contrário, tende a contribuir para a sua agudização.

Sabemos que a demanda de água é uma variável vinculada a múltiplos fatores como o preço a ela atribuído, os incentivos fiscais, financeiros ou normativos. Em síntese, a demanda, vai depender do modelo de gestão. Assim o desconto de 50% fornecido à UTE-Pecém por intermédio da lei 14.920/2011, e outros incentivos como relatamos acima, a indústrias hidroativas, agudizam a injustiça hídrica em curso. O que se observa é que as empresas, as mesmas que já têm acesso a grandes quantidades de água (inclusive com subsídios) são privilegiadas através de medidas de subvenção, enquanto ao mesmo tempo comunidades no estado e no entorno dessas empresas têm sofrido com as consequências do desabastecimento e do baixo nível dos reservatórios.

Recursos públicos vem sendo destinados a fontes sujas de energia em nosso estado, como os R\$ 1,4 bilhões aportados pelo BNDES na Termelétrica do Pecém, volume de recursos suficientes para a instalação de um programa de microgeração solar residencial para milhares de cearenses. É preciso alterar essa lógica sendo contrários a qualquer subsídio e incentivo a fontes fósseis para geração de eletricidade em nosso estado (caso não apenas da referida Lei 14.920/2011, que concede desconto na água fornecida à UTE Pecém, como à da Lei 14.862/2011, que concede redução de ICMS ao carvão por ela utilizado).

O poder econômico tem demonstrado sua supremacia e tem batido forte à mesa das escrivatinhas dos gabinetes governamentais, de maneira que medidas que buscavam impor restrições ao consumo de água de suas empresas, são tímidas e fracas em detrimento de drásticas subidas da fatura de água nas residências frutos das tarifas de contingenciamento. As térmicas exigiram por exemplo que via lei de concessões que o novo encargo hídrico emergencial, taxa criada pelo Ceará com vigência entre 1º de outubro de 2016 e 31 de agosto de 2017, mas com efeito retroativo a setembro, criada em um momento em que o estado enfrenta a pior seca desde 1910, criado pelo governo estadual fosse repassado as tarifas. Vejam que as termelétricas reagem frente a uma medida tímida, pois o momento exige na verdade, o imediato fechamento das térmicas.

Somente a aplicação de energias renováveis, como a solar residencial e eólica, o reuso das águas residuais, a dessalinização, aportam uma perspectiva de futuro de perspectiva tecnológica que é preciso que se entendam não poderão ser as novas redentoras da situação, devendo ser conjugadas com um modelo desenvolvimento que reflita a necessidade de criação de empregos, divisas, e impulse atividades na contracorrente do uso intensivo de recursos naturais, principalmente da água, e da emissão de gases de efeito estufa aliada a uma gestão das águas baseada no controle da demanda, na eficiência e no reuso integradas a uma política de saneamento ambiental visando a despoluição das bacias por uma adequada política de resíduos sólidos e de saneamento.

Em 2017 aprofundando a transferência de água das populações rurais para o CIPP lança mão da iniciativa de instalação de 46 poços (38 poços de 25 m de profundidade no entorno do Reservatório Apoiado do Pecém – R. A. P. - São Gonçalo do Amarante, de vazão de 18,50 m³/h (5,14 l/s), 06 poços de 30m de profundidade com 13 m³/h (3,61 l/s) de vazão no Cumbuco (Caucaia), além do poço direcional (horizontal) com extensão de 1.000 m com vazão de 430 m³/h (119.4 l/s) próximo a localidade Águas Cristalinas (Cumbuco em Caucaia).

São múltiplos os impactos advindos da extração de água prevista através da perfuração de poços e aproveitamento do aquífero Dunas/Cumbuco e a partir deles se instaurou um dos conflitos mais gritantes por água no Ceará, a guerra da água como ficou conhecido o conflito pelo uso da água entre as comunidades locais e a iniciativa de extração do aquífero Dunas/Cumbuco e aproveitamento de água do lagamar do Cauípe pela COGERH envolvendo diversos aspectos tais como os decorrentes da ameaça à segurança hídrica das comunidades locais, ameaça à geração de trabalho e renda pela diminuição prevista do espelho d'água e comprometimento de atividades turísticas, ameaça à segurança alimentar pelo impacto ao desenvolvimento da agricultura e à produção de alimentos, além do impacto à biodiversidade. As obras de extração de água do lagamar do Cauípe foram paralisadas pelo Ministério Público Federal e a de escavação de poços em São Gonçalo apresenta paralisações e continuidades com a determinação da população local acampada na localidade da Parada de não permitir a continuidade das mesmas.

A campanha do PSOL (que possui como porta voz o companheiro Ailton Lopes) assume todos os termos e propostas da declaração final do Fórum Alternativo Mundial da Água - FAMA 2018, que, de forma peremptória, rejeitou a visão da água como mercadoria, um recurso hídrico sujeito às regras do mercado e voltado para o lucro do grande capital, seja como exportação de água virtual como commodity, seja como gestão público-privada tanto da água bruta (para o favorecimento das grandes empresas), seja como da água tratada e saneamento (através do projeto criminoso de privatização das companhias de água e esgoto), seja como mercadoria no lucrativo negócio das águas minerais.

A formulação acima – água é vida, é saúde, é alimento, é território, é direito humano, é um bem comum sagrado – sintetiza toda a importância da água para o conjunto dos seres vivos e para a humanidade, sua compreensão como bem comum de todos, portanto, não apropriável, sua visão de um direito não só humano, mas, de todos os seres vivos, como base para a fruição de outros direitos, como o fundamentalíssimo direito à vida, o direito à saúde, o direito à alimentação, o direito à moradia etc.

Neste sentido, nossa campanha deve compreender a água a partir de uma visão sistêmica, ecológica e socioambiental, para isso propomos:

1. Encaminhar apoio ao Congresso Nacional, das PECs 39/2007 e 213/2012.
2. Criar lei estadual do Direito Ecológico da Água.
3. Criar piso gratuito de consumo doméstico da água para alimentação e higienização.

4. Estabelecer escalonamento proporcional dos preços das tarifas a partir do piso mínimo para garantir justiça distributiva em função do consumo da água até chegar à proibição do uso perdulário e ostensivo do precioso líquido.
5. Auditar outorgas de direito de uso de água concedidas às indústrias e ao agronegócio.
6. Rejeitar projeto de privatização da água ou das águas.
7. Modificar a Lei da Política Estadual de Recursos Hídricos para retirar a visão neoliberal de que a água tem valor econômico.
8. Rejeitar o pacote do veneno agrícola que leve à flexibilização do controle dos agrotóxicos e transgênicos.
9. Revogar decretos que concedem benefícios tarifários e tributários às indústrias hidro-intensivas e poluentes do Complexo do Pecém.
10. Realizar audiências públicas para criar planos emergenciais com relação às secas e estiagens.
11. Criar plano estadual de reuso da água.

Resíduos sólidos

O Ceará possui apenas cinco aterros sanitários que atende dois municípios cada. Segundo a SEMA (Secretaria Estadual do Meio ambiente), estes se localizam em Caucaia, Maracanaú, Eusébio, Sobral e Mauriti. Dessa maneira 174 cidades no Ceará não destinam adequadamente seus resíduos. Isso tem como consequência grave riscos ao meio ambiente e impactos diretos na saúde da população, além de contribuir para a contaminação da água, já escassa que passa a se tornar indisponível pela sua má qualidade.

Resíduos sólidos tem sido uma das políticas do governo Camilo Santana com menor execução diante da destinação orçamentária, esse fato é muito grave quando a realidade do estado que é de geração diária de 9.711 toneladas de resíduos sólidos em áreas urbanas. Destes somente 7.588 toneladas são recolhidas pelos serviços de limpeza dos municípios, ou seja, 21,86% não recolhidos, o que significa que quase dois milhões de pessoas no Ceará não possui coleta regular de lixo no estado do Ceará. Dados publicados em 2015 pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais – ABRELPE.

Outro dado relevante revelado pela ABRELPE é que mais da metade (55,1%) de todo resíduos produzido na zona urbana no Ceará tem um destino inadequado e somente 21 municípios têm experiência com coleta seletiva. Resíduos Sólidos possui grande relevância do ponto de vista ambiental e social, no entanto o estado do Ceará apresenta desempenho tímido no atendimento às determinações da PNRS, aprovada em 2010.

No ano de 2016, a Assembleia Legislativa aprovou a Política Estadual de Resíduos Sólidos, na qual o mandato estadual do PSOL na ALCE propôs diversas emendas para aperfeiçoamento, garantia de direitos e efetividade da política. Tal programa continha, para o ano de 2016, uma previsão orçamentária de R\$ 28.248.479,00. De forma alarmante, deste valor apenas 0,50% foram de fato executados! Para o ano de

2017, há a previsão de R\$ 68.005.623,00, um considerável aumento que, entretanto, demanda fiscalização social para seu cumprimento. Alguns projetos fundamentais à efetiva implementação de uma gestão de resíduos sólidos não tiveram nenhuma execução orçamentária do início do governo até o presente momento, são elas: apoio a implementação da coleta seletiva nos municípios, promoção de ações voltadas à recuperação de áreas degradadas por lixões a céu aberto, inclusão social dos catadores, ecoponto e coleta de resíduos – cadeia de reciclagem, manejo, encerramento, monitoramento e recuperação de área degradada, entre outros.

1. Elaboração de TRÊS PLANOS DE GESTÃO REGIONALIZADA DE COLETA SELETIVA, beneficiando 81 municípios inseridos nas bacias Metropolitana, Salgado e Acaraú.
2. Elaboração de 14 planos de Manejo para unidades de Conservação estadual.
Elaboração dos planos Regionais de gestão Integrada de resíduos Sólidos para 159 municípios.
3. Elaboração de 49 planos de recuperação de áreas Degradadas por lixões (prad).
4. Construção da central de tratamento de resíduos na regional norte.
5. Distribuição de 110.000 mudas de espécies nativas para 125 municípios.
6. Implementação do Projeto viva O parque, por meio Da realização de 171 Edições, no Parque Do cocó e no Parque botânico.

Agronegócio X Agricultura Familiar

O pensamento de Galeano que afirma que a “autodeterminação começa pela boca” é o convite a rejeitarmos coletivamente o lugar que foi dado ao nosso país no contexto da economia mundializada onde também como afirma Galeano “nos especializamos em perder”.

Nessa perspectiva supracitada defendemos um projeto de soberania alimentar em um Ceará livre de agrotóxicos e transgênicos em defesa da reforma agrária popular agroecológica e da agricultura familiar e sertaneja. O Brasil se destaca como exportador de açúcar, etanol, soja, milho e essas produções são crescentes e decorrentes a expansão de áreas de cultivo e não por ganhos de produtividade. Observa-se, pois, no país e no Ceará uma expansão de cultivos voltados para mercado, estilo commodities, e uma diminuição das áreas de cultivos destinadas à alimentação da população considerando arroz, feijão, farinha de mandioca, e macarrão (trigo). Em um sentido inverso aos da soja e da cana.

Nosso país em 2015, segundo o MAPA com exceção da mandioca importou itens básicos da alimentação nacional e segundo projeções essa é uma tendência que tende a ter seguimento. No Ceará e no Brasil se percebe que a agricultura em sua perspectiva “modernizadora” tem sido marcada pela expansão do cultivo cujo propósito é serem convertidos em commodities ou agrocombustíveis que se baseiam em intensa utilização de agrotóxicos.

Há relação entre a expansão de commodities ou culturas destinadas à produção de agroenergia e diminuição na produção de alimentos como foi evidenciado por autores como Porto-Gonçalves e Alentejano (2010).

Dessa maneira vemos crescer a contaminação das águas, dos solos e o comprometimento da saúde de agricultores (as) e consumidores (as), que são algumas das consequências da utilização de venenos na agricultura. Desde 2008, o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, que tem causado diversos impactos aos ecossistemas e à saúde humana, pois estão ligados a diferentes tipos de cânceres e doenças associadas.

Tudo isso retrata a lógica dessa agricultura moderna que suprime direitos trabalhistas, busca a expulsão de camponeses e das populações tradicionais e originárias do campo e promove a contaminação ambiental e o envenenamento de trabalhadores rurais e camponeses pelo uso intensivo de agroquímicos, além de subtrair áreas cuja destinação seria a produção de alimentos.

A utilização de organismos geneticamente modificados também é uma ameaça pois inviabiliza a existência e reprodução de espécies nativas da flora, compromete a soberania alimentar e autonomia dos/as agricultores/as e também gera insegurança à saúde de consumidores/as e agricultores/as, uma vez que não há segurança nenhuma de que os alimentos modificados ingeridos não causarão malefícios à saúde. Já existem estudos que relacionam alguns transgênicos a diferentes casos de cânceres.

Os impactos ainda se fazem sentir sobre a disponibilidade hídrica, além do recrudescimento da concentração fundiária como podemos ver na região Jaguaribana onde se desenvolve a fruticultura irrigada. Como decorrência da estiagem que se fez sentir no Ceará, pode-se observar que de 2006 a 2017 a área destinada às lavouras temporárias diminuiu de 1,3 milhão de hectares para 646,3 mil hectares segundo dados preliminares do Censo Agropecuário. São 691,8 mil a menos, o equivalente a quase 22 vezes o tamanho de Fortaleza. Nas lavouras permanentes, a redução chegou a 43,46%. Os dados, ainda preliminares, são do Censo Agropecuário realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Ainda segundo o mesmo Censo Agropecuário supracitado é possível perceber a redução da área total de propriedades agropecuárias no Estado que caiu de 7,9 milhões de hectares para 6,8 milhões no período (2006-2017). Uma redução da ordem de 17,01%. O número de pessoas ocupadas no setor em 2017 também é 16,6% menor quando comparado a 2006 e segundo Regina Dias coordenadora estadual do censo agropecuário do IBGE também está relacionado com o envelhecimento dos trabalhadores do campo visto que a maioria dos produtores no Ceará, mais de 163,5 mil produtores têm 55 anos ou mais.

Mais de 317,9 mil estabelecimentos produzem para consumo próprio e para pessoas com laços de parentescos com o produtor o que reafirma a importância da agricultura familiar e camponesa. No entanto somente 437 estabelecimentos agropecuários no Ceará declararam praticar agricultura/pecuária orgânica e 369,2 mil entrevistados declararam não receber assistência técnica sendo a pouca existente de iniciativa do Governo.

Propomos um Programa de transição para a Agroecologia, com Reforma Agrária Popular e Agroecológica, tendo como público prioritário a Agricultura Familiar. Também é nosso compromisso declarar o Ceará Território Livre de Agrotóxicos e de Transgênicos, objetivo que deve ser alcançado à

médio prazo. Dentro dos princípios da economia solidária, deveremos incentivar redes de produção e de comercialização, beneficiamento e processamento de produtos da Agricultura Familiar Agroecológica.

Efetivar programas de criação de Pequenos Animais (Caprinos, Ovinos), de Apicultura atendendo a agricultura familiar e a vocação ambiental do estado, tecnologias sociais de convivência com o semiárido, casas de sementes crioulas, redes com a perspectiva de proteger o patrimônio genético acumulado ao longo de décadas pelos povos sertanejos, quilombolas, indígenas no Ceará, em especial proteger a soberania genética dos povos sertanejos sobre as sementes adaptadas ao clima de semiaridez e aridez.

São evidentes os efeitos danosos das ações dos conglomerados fortemente capitalizados e que praticamente dominam todo o mercado agrícola. Os tratados internacionais de liberação comercial trazem em seu bojo um histórico de violação do Pacto Internacional dos Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais. Há uma negação do direito humano à alimentação adequada.

Este programa teria a função de proteger e impulsionar a agricultura familiar. O programa valorizará a dieta regional e a proteção da biodiversidade. Os produtos adquiridos deverão suprir as necessidades nutricionais e atender as populações em situação de vulnerabilidade, como mulheres, crianças, adolescentes e idosos/as. Promover o remonte das estruturas governamentais de planejamento, assistência técnica e pesquisa agrícola e realizar a adequação das legislações sanitária, comercial e tributária à agricultura familiar.

Uma das fontes de financiamento do governo estadual tem sido empréstimos junto a Instituições Financeiras Multilaterais (IFM's). Muitas dessas instituições são organismos públicos e têm o Estado Brasileiro como um de seus maiores acionistas. Os juros, amortizações e serviços pagos anualmente por essa dívida contraída, são os responsáveis pela retirada do orçamento do Estado, dos percentuais necessários à efetivação de políticas sociais. Além do mais, acessar recursos desses organismos significa submissão a condicionalidades, definidas para atender à agenda neoliberal. O Projeto São José é um exemplo de execução de políticas determinadas pelas IFMs.

Por um Ceará sem agrotóxicos!

O Brasil consome em torno de 20% de todo agrotóxico comercializado no mundo (PELAE et al, 2015). O consumo saiu de um patamar de 170.000 ton./ano em 2000 para 500.000 ton./ano em 2014. Em pouco mais de uma década o consumo praticamente triplicou —uma liderança ligada ao modelo de produção do agronegócio, incentivado pelo Governo Federal: a monocultura latifundiária e exportadora de commodities agrícolas para gerar divisas em nossa balança comercial.

Entre 2012 e 2014 a média de utilização de agrotóxicos foi de 8,33 kg/ha de acordo com informações do Atlas de Agrotóxicos do Brasil da Profa. Larissa Bombardii. No caso do Brasil e do Ceará não é só a dimensão quantitativa que preocupa, mas a dimensão qualitativa pois 30% dos ingredientes ativos usados no Brasil são proibidos na União Europeia. Referimo-nos, pois, a quais agrotóxicos, e de que forma são utilizados, a exemplo da pulverização aérea que é praticada no Brasil e no Ceará.

Essa lógica também se reproduz no Ceará. Não há um controle rigoroso e detalhado de consumo, vendas e circulação dos agrotóxicos no estado. Os dados do censo agropecuário do IBGE de 2017 revelam que do total de estabelecimentos pesquisados 3.230.186 declararam não fazer uso de agrotóxicos, enquanto que 1.681.001 declaram utilizar os agrotóxicos e 134.360 disseram fazer uso excetuando o período em questão. O Ceará em 2017 passou para o terceiro estado em número de estabelecimentos que usam agrotóxicos, posto que no censo de 2006 ocupava a quarta posição.

Atualmente encontra-se tramitando projeto de lei federal e estadual que em muito fragiliza o poder do estado na regulação e controle de agrotóxicos. A legislação estadual que deveria ser enviada para aprovação na Assembleia traz uma série de retrocessos em relação à fiscalização, controle social e monitoramento da produção e do uso dos venenos. O fato é o Ceará está correndo o risco de ter aprovado uma lei estadual que é ainda pior do que a lei atual, com impactos ainda maiores em termos de contaminação dos solos, das águas e do ar, riscos para a saúde de trabalhadoras e trabalhadores do campo expostos aos venenos e para a população como um todo, através do consumo de alimentos contaminados. Entre outros pontos, a lei permite a pulverização aérea e a venda fracionada (o que vai contra o entendimento de técnicos da própria Secretaria de Saúde do Estado), flexibiliza a habilitação do profissional responsável pela emissão da receita de compra e retira todos os mecanismos de controle e participação da sociedade.

No âmbito federal o PL dos venenos quer mudar o nome dos agrotóxicos para "defensivos agrícolas" e "produtos fitossanitários". Visa liberar licenças temporárias, e também prevê que a análise dos produtos proíba apenas as substâncias que apresentem "risco inaceitável", além de esvaziar o poder do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Saúde na regulação e controle do uso de agrotóxicos. Um retrocesso brutal.

Além disso, desde 2010 o Ceará, seguido do Rio Grande do Norte, lidera o ranking de exportação do setor de fruticultura no país. Isso se deve ao grande investimento feito pelo governo federal e estadual na expansão do agronegócio no nordeste, através de recursos oriundos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O Plano Plurianual de 2012-2015 prevê recursos na ordem de 6,9 bilhões de reais para ampliar a área irrigada em 193.137 hectares e instalar novos perímetros em 200.000 hectares.

Os efeitos causados pela utilização descontrolada e abusiva de agrotóxicos desde o campo até o consumidor final são alarmantes. Ao serem inseridos no meio ambiente, os agrotóxicos degradam a fauna e flora, contaminam água, solo e ar. Interferem no ciclo natural e ocasionam desequilíbrio biológico. Na sua aplicação, através da pulverização, esses agentes químicos se dispersam no ar, alcançando comunidades vizinhas e, conseqüentemente, sendo carregados pelo vento e pelas chuvas para os rios, contaminando assim o solo, as águas superficiais, o lençol freático, as plantas e os animais, dentre estes, os seres humanos.

Os impactos sobre a saúde humana são gravíssimos. Através de estudos da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), restou comprovado que o uso do Equipamento de Proteção Individual (EPI) não evita a contaminação do agricultor que faz a aplicação. Pesquisa do Núcleo TRAMAS da Universidade

Federal do Ceará comprovou que há uma incidência muito acima da média de casos de câncer entre camponeses da Chapada do Apodi, onde agrotóxicos são utilizados em grande escala.

Além disso, o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), mostrou que produtos como arroz, alface, mamão, pepino, uva e pimentão, possuem níveis fortes de contaminação em 90% das amostras coletadas, o que significa que nossa população está ingerindo venenos como alimentos.

Para se ter uma ideia da gravidade do problema, dos produtos comercializados no Brasil, 14 já foram proibidos no resto do mundo! A utilização extensiva dos venenos agrícolas em nosso país recebe um injustificável e absurdo incentivo tributário. Os Secretários de Fazenda dos Estados e da União celebraram o Convênio 100/97 (CONFAZ) que concede benefício fiscal do ICMS, reduzindo a base de cálculo dos produtos agrotóxicos em 60% sobre a alíquota, ficando a critério de cada Estado conceder ou não um maior benefício que o firmado no convênio.

No Estado do Ceará, esse benefício para a indústria (e malefício para a população) é ainda maior: através do Decreto Estadual nº 24.569/97, o Governo do Estado isentou os agrotóxicos da incidência do ICMS em 100%! Como se não fosse o bastante, foi firmado o Decreto Federal 7.660, de 23 de dezembro de 2011 dando isenção total para esses produtos na cobrança do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Também foram reduzidas a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes na importação e sobre a receita bruta decorrente da venda dos agrotóxicos no mercado interno (Decreto Federal 5.630, de 22 de dezembro de 2005).

Isso tudo não aparece na fala de representantes do agronegócio, como Katia Abreu, ao dizer que alimentos produzidos com agroquímicos são mais baratos dos que os agroecológicos. Com tantos incentivos e isenções! Situação insustentável, ainda mais quando se sabe que a agroecologia e a permacultura são alternativas viáveis e amigáveis à saúde e ao meio ambiente! Assim, a Frente de Esquerda deverá propor a revogação de todos os decretos e atos normativos que hoje garantem isenção, abatimento e/ou incentivo econômico, financeiro e/ou tributário para a fabricação, comercialização e utilização de agrotóxicos em nosso estado, ao tempo em que, coerente com sua proposta de uma verdadeira Reforma Agrária Popular e Agroecológica, livre de agrotóxicos.

As terras do Ceará e do Brasil devem ser preches do trabalho de mulheres, homens e jovens camponeses, sertanejos, quilombolas, indígenas através de práticas agroecológicas no lugar de serem permanentemente violadas e aviltadas pelo capital que envenenam solo, água e ar e promovem o adoecimento dos seres e dos ambientes.

Zona costeira e povos do mar

A zona costeira é um território de extrema complexidade socioambiental, com rica biodiversidade e uma variedade de ecossistemas. Tem a função ecológica de servir como local de moradia, alimentação, sobrevivência e reprodução para diversas espécies da fauna marinha e terrestre do nosso estado. Além da importância da faixa de praia e outras unidades geomorfológicas. O Ceará possui áreas de ecossistema

manguezal correspondente a 19.518,2 que representa 1,4% das áreas de manguezais do país, com peculiar fauna e flora e que serve como berçário para a reprodução de animais.

Trata-se, portanto, de uma região extremamente sensível às ações humanas e que precisa de políticas públicas específicas para salvaguardar seu equilíbrio ecológico. Além da riqueza em biodiversidade, a zona costeira não é um território vazio ou inabitado. Ao contrário, historicamente esses territórios são reivindicados e ocupados por comunidades tradicionais de pescadores/as, agricultores/as, quilombolas e indígenas. Essas populações estabelecem relações ancestrais com seus territórios e mantêm através de suas tradições uma relação equilibrada com a natureza.

Ao longo da zona costeira cearense podem ser observados conflitos de terras que aconteceram a acontecem devido à forte especulação imobiliária, a presença de segundas residências e a perspectiva de construção de empreendimentos turísticos. Por outro lado, as comunidades veem seu direito de residir ameaçado com o uso da justificativa da construção de empreendimentos turísticos pelos grandes empresários que prometem além da geração de emprego e renda desenvolver um projeto sustentável na região.

Observamos nos últimos anos a intensificação dos conflitos nas comunidades do Cumbe – Aracati, Tabubinha – Beberibe, Prainha do Canto Verde – Fortim, Tremembé de Barra de Mundaú, Tatajuba – Camocim, ente outros.

A criação de reservas extrativistas, bem como a demarcação de terras quilombolas e indígenas em algumas comunidades significam um passo importante para a afirmação da luta em defesa do direito de existência dessas comunidades (pesqueiras, indígenas, quilombolas). Os relatos de moradores mostram que muito ainda precisa ser melhorado, desde a oferta dos serviços básicos (saúde, educação, segurança pública e saneamento ambiental) até o desenvolvimento e fortalecimento das atividades econômicas locais desenvolvidas de maneira soberana.

É a essas populações que as políticas públicas voltadas à zona costeira devem atender, garantindo autonomia, trabalho, saúde, acesso à cultura e lazer, educação. Além disso, garantir também que a pesca empresarial/industrial não inviabilize a artesanal, através de políticas de incentivo e financiamento. Porém, em função das suas características ecológicas e das belezas naturais, a zona costeira sempre foi disputada por projetos econômicos ditos de desenvolvimento, que competem entre si e com as populações já existentes, gerando diversos impactos e conflitos socioambientais. No Ceará, os mais relevantes são os projetos de pesca empresarial/industrial, carcinicultura, turismo predatório e de massas e mais recentemente a instalação de parques de energia eólica, atividades industriais e portuárias.

Com uma produção de 12,77 GW em 508 parques no país, ao final de 2017, que representa 8,1 % da matriz energética brasileira ocupando a 8ª posição no Ranking Mundial de capacidade instalada de energia eólica, esse tipo de produção de energia tem se tornado cada vez mais relevante. O ranking de produção de energia eólica localiza o Ceará como terceiro maior gerador, a primeira posição é do Rio Grande do Norte (3,7 GW); a segunda da Bahia (2,5 GW); e o Ceará (1,9 GW). O Ceará possui 74 parques eólicos em

operação, somando uma potência total de 1.935 MW espalhados em 16 municípios com 994 aero geradores de 9 diferentes fornecedores. (FEV, 2018).

Essa energia que é considerada limpa em função de não emitir à atmosfera gases de efeito estufa, tem se mostrado suja de acordo com movimentos sociais e comunidades atingidas. Isso ocorre porque a lógica com que a mesma é instalada e operada em nosso estado, mas também no nordeste como um todo e em outros países, tem provocado diversos conflitos e impactos na zona costeira. Isso acontece em função de dois aspectos principais: primeiro que a instalação e operação dos parques tem inviabilizado as práticas espaciais tradicionais das populações onde são instalados, fazendo com que as populações tenham que alterar significativamente seu modo de vida e suas tradições; e segundo que a lógica de instalação é a lógica de mercado, realizada em larga escala, com grandes parques e número elevado de torres, em função da necessidade das empresas maximizarem seus lucros e obterem retorno financeiro com o investimento realizado.

Porém, isso vai de encontro à dinâmica da zona costeira, que é uma zona frágil, composta por dunas e lagoas interdunares, além dos manguezais e de todas as populações humanas que ali vivem. A instalação de parques eólicos no Ceará vem destruindo e alterando significativamente os territórios, seja com impactos ambientais (rebaixamento do lençol freático, aterramento de lagoas e terraplanagem das dunas, etc.) ou impactos sociais (aumento de doenças, aumento da prostituição, aumento do uso abusivo de drogas, condições precárias de trabalho, etc.) que são relatados pelas comunidades atingidas, pesquisadores/as e movimentos sociais. A política de incentivo à energia eólica em nosso estado tem que ser repensada com urgência. Para que a energia eólica seja considerada realmente uma alternativa não basta ter apenas viabilidade econômica.

Para ser viável social e ambientalmente é preciso garantir equidade social e ambiental, com justiça ambiental, impedindo que novos parques que sejam instalados gerem conflitos e impactos aos ecossistemas e populações locais. Por isso, essa fonte energética tem que ser aliada à energia solar, como fonte alternativa, ou seja, em substituição gradual ao uso de combustíveis fósseis. Especial ênfase deve ser dada à microgeração solar e eólica, de forma descentralizada, garantindo autonomia na geração e preferência no uso pelas populações residentes. Desconsiderando todos os impactos supracitados o COEMA em 2018 votou uma legislação que flexibiliza ainda mais a instalação de parques eólicos e solares.

No Ceará ainda com relação a outra política fundamental para a população local na zona costeira, há que considerar que existe uma política frágil ou praticamente inexistente para o setor pesqueiro artesanal a partir da atuação de instituições públicas. O que prevalecem são ações pontuais e pouco sistemáticas por parte do estado, o que inviabiliza uma atuação mais eficaz quando se trata de pesca artesanal. A pesca artesanal é uma atividade que se realiza em âmbito familiar, pois envolve homens, mulheres e jovens, e que demanda políticas adequadas para os homens que vão para o alto mar, para as mulheres trabalhadoras da pesca, coletoras de algas e marisqueiras, cultivadoras de algas e ostras, salgadeiras de pescado e trabalhadoras no beneficiamento do pescado. Exige ainda oferta de alternativas para a juventude e a infância. Atualmente são 76 colônias de pescadores artesanais, sendo 21 de águas marítimas e 55 de águas

continentais, apresentando um contingente, segundo a Federação dos Pescadores do Ceará (FEPESCE), de 55.000 profissionais, que sobrevivem da atividade pesqueira. A receita obtida pelo setor pesqueiro do Ceará tem sido de 80 milhões de dólares anuais, a partir de uma produção média anual de 17.500 toneladas; deste total 82,7% são advindos do setor artesanal, o que situa a importância também econômica da atividade.

A partir dessa realidade, o setor artesanal afirma-se devido às condições ambientais combinadas à simplicidade tecnológica que caracteriza a atividade artesanal, bem como o aproveitamento da propulsão natural (ventos). No Ceará e ao longo de toda a zona costeira brasileira, existem conflitos e competição entre a pesca artesanal e a pesca empresarial/industrial. O declínio da produção lagosteira é provocado e o empobrecimento do setor artesanal é uma de suas trágicas consequências. Nesses casos, o Estado tem atuado face ao conflito de maneira débil, seja se omitindo de uma clara luta entre dois segmentos diferentes e antagônicos, seja colocando as prioridades econômicas acima dos conflitos entre estes setores, reforçando a dominação dos empresários sobre os pequenos produtores.

1. Através de sua política pesqueira, o Estado provocou um aumento da concentração de capitais, ao investir maciçamente nas grandes empresas. Ignorou, ainda, a riqueza e complexidade das formas organizativas locais da produção artesanal. Para lidar com situações conflitivas, regulamentações sobre zoneamentos têm sido introduzidas com o duplo objetivo de conservação ambiental e desenvolvimento sustentável. Áreas Marinhas Reservadas são Zonas pesqueiras nas quais práticas destrutivas e intensivas têm sido banidas ou deslocadas, onde se aplicam exclusões sazonais e onde as pescas artesanais usufruem direitos de uso exclusivo, são características comuns de muitas políticas pesqueiras nacionais e regionais. Tais políticas são destinadas a proteger locais de reprodução ou crescimento de espécies importantes, prover reservas de biodiversidade e refúgios de espécies e, ainda, defender as pescas artesanais.

As Áreas Marinhas Reservadas têm sido estabelecidas para: proteger o ambiente, resguardar direitos dos trabalhadores da pesca artesanal, minimizar conflitos entre usuários de artes de pesca diferenciados e minimizar custos de fiscalização. Os pescadores que reivindicam a criação de zonas exclusivas de acesso às embarcações propulsadas à vela serão os principais responsáveis pela gestão dos ecossistemas em parceria com as instituições responsáveis, explorando os recursos de maneira sustentável e tomando, se necessário, medidas apropriadas no sentido de recuperá-los. Serão eles os guardiões dos recursos marinho-costeiros e esse deve ser o seu campo de ação coletiva. Mas como é o Estado quem, em última instância, tem a responsabilidade de exercer a tutela sobre os recursos marinho-costeiros, será preciso procurar dar lugar a um sistema de cogestão.

Os direitos e os deveres dos pescadores que serão representados por uma organização própria e aqueles do Estado, deverão ser claramente definidos e reexaminados de tempos em tempos. Esse sistema descentralizado traduzir-se-á, na prática, pela criação de comitês para gestão municipais e/ou regionais e

para os direitos de acesso, que formarão uma rede coordenada dentro da qual serão tratados os problemas de partilha dos recursos entre os setores vizinhos e os diferentes que continuarão coexistindo e atuando em áreas contíguas. Se a pesca artesanal se afirmar no contexto da pesca no Brasil, isso se deve também à participação das mulheres no contexto familiar dos pescadores artesanais ou em atividades complementares à pesca e/ou ao seu papel muitas vezes como protagonistas de iniciativas produtivas.

É necessário restabelecer o equilíbrio entre os papéis masculinos e femininos nas sociedades pesqueiras, captando o potencial de desenvolvimento das mulheres. Em matéria de gestão dos recursos, elas podem tomar iniciativas, fazer pressão para defender os direitos dos pesca artesanal, organizar os créditos mútuos, por exemplo, tendo assim, na comunidade um papel valorizado do ponto de vista da dimensão pública.

A falta de informações sobre os diversos aspectos da pesca artesanal, notadamente as características socioeconômicas, produtivas e culturais das populações concernentes, constitui uma das maiores dificuldades quando se trata de tomar decisões e formular políticas públicas adequadas para a pesca artesanal. É necessário que a coleta de dados socioeconômicos sobre a pequena pesca seja um objetivo prioritário: demografia, equipamento, custos e lucros, censo dos pescadores e de embarcação, organização da mão de obra, crédito e investimentos, infraestruturas sociais, produção, produtividade, espécies capturadas.

Nosso programa reconhece a pesca artesanal como atividade geradora, socializadora de renda e trabalho e afirmadora da cultura e tradições dos povos do mar. Ela será prioridade em nosso governo representando uma ruptura com todos os governos anteriores. A pesca artesanal será responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará.

A aquicultura depende vitalmente dos ecossistemas nos quais está inserida — e estes devem ser mantidos em equilíbrio para possibilitar a manutenção da atividade. A aquicultura, tendo como objetivo o aumento do consumo de pescado no Brasil e no Ceará, é ainda o maior desafio a ser enfrentado, já que se utiliza de recursos naturais como a água, e de um modo não sustentável.

Em nosso estado e no Nordeste brasileiro uma das atividades em maior expansão é a do cultivo de camarão, com uma produção que se destina a exportação. A partir de um padrão de consumo, são geradas pressões para o desenvolvimento da atividade que tem provocado a privatização de áreas das quais, as populações costeiras e ribeirinhas tiravam seu sustento. O Relatório da Comissão de Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados constatou que os viveiros de camarão promoveram grandes impactos ambientais dentre eles: i) desmatamento do manguezal, da mata ciliar e do carnaubal; ii) soterramento de gamboas e canais de maré; iii) bloqueio do fluxo das marés; iv) contaminação da água por efluentes dos viveiros e das fazendas de larva e pós-larva; v) salinização do aquífero. Some-se a esses impactos, o uso indiscriminado de químicos na lavagem diária dos camarões, cuja água utilizada é jogada nos rios, lagoas ou na própria terra, o que tem provocado a morte de inúmeras espécies e o comprometimento da qualidade ambiental nas regiões aonde estes cultivos estão localizados.

As exportações brasileiras de camarão totalizaram **59486 t** em 2016 com pico em **2013** com **84.388 ton**. O Ceará manteve seu destaque no setor, respondendo por 48,8% da produção. Os dados contidos no Censo de 2016 revelam que no estado do Ceará foram identificadas **700** Fazendas de Camarão ativas, sendo **110** Fazendas no Litoral Norte (Oeste), localizadas nos municípios de Acaraú, Amontada, Barroquinha, Camocim, Chaval, Granja, Itapipoca, Itarema, Paraipaba, Paracuru, São Gonçalo do Amarante, Sobral e Trair e, **590** Fazendas ativas no Litoral Sul (Leste) e águas interiores, localizadas nos municípios de **Alto Santo**, Aracati, Aquiraz, Beberibe, Cascavel, Fortim, Icapui, **Itaiçaba**, **Jaguaribara**, **Jaguaribe**, **Jaguaruana**, **Limoeiro do Norte**, **Morada Nova**, Parajuru, **Russas** e Horizonte. Afora **96** fazendas inativas, sendo 81 fazendas no Litoral Leste e 15 fazendas no Litoral Oeste. São **10.407** hectares de viveiros. Atualmente o Estado do Ceará é o maior produtor nacional de camarão cultivado, tendo uma produção total no ano de 2015 de 41.414 toneladas de camarão e no ano de 2016, devido a incidência da “mancha branca”, a produção foi reduzida para **27.614** toneladas de camarão.

Combinada com os problemas ambientais, a carcinicultura vem sofrendo com a introdução de patógenos, resultando em grandes surtos de doenças e perdas economicamente significativas. No final de maio de 2016, foi detectada uma significativa manifestação da Mancha Branca (WSSV) em uma grande operação de cultivo em Aracati-CE. Atualmente, a doença já afeta a produção de praticamente todas as regiões produtoras de camarão do Estado, com exceção de áreas interiores, geograficamente isoladas de grandes polos produtivos. Nove estados são afetados pela Mancha Branca, todos do nordeste, com exceção do Maranhão e Santa Catarina. As fazendas de Engorda no Brasil são 2.500 Unidades com área cultivada de 25.000 ha – 60.000 t / 2016.

No Ceará, persistem conflitos com as populações tradicionais em várias localidades: (Curral Velho e Aranaú em Acaraú, de Cumbe, Porto do Céu, Cajazeiras, Jardim, Cabreiro, Tabuleiro e Volta em Aracati(CE), São José e Buriti em Itapipoca(CE), Camondongo, Passagem Rasa em Itarema(CE), No litoral leste, os maiores problemas se concentram no estuário do rio Pirangi em que há o comprometimento de sua capacidade de carga, com o adensamento intensivo de cultivos; situação semelhante à do estuário do Jaguaribe. Os dados oficiais publicados pela ABCC falam na geração de 3,5 emprego/hectare cultivado. Entretanto, o relatório do IBAMA (2004) levantou em uma média de 0,6 empregos/ha, o que corresponde a 60 empregados (relações formais) em uma fazenda de 100 ha.

Na carcinicultura, o que observamos é uma predominância dos pequenos produtores em números absolutos, já que 90,35% possuem empreendimentos de dimensões menores que 20 ha. Contudo, quando analisamos os empreendimentos de grande porte, estes, apesar de representarem somente 4% do total, concentram 47,6% das áreas cultivadas. Os maiores entraves verificados até o momento para a aquicultura são as questões relativas à poluição causada pelas fazendas: disseminação de enfermidades entre os organismos cultivados e destes para espécies nativas, dependência dos suprimentos mundiais de farinhas e óleo de peixe (componentes básicos das rações de peixes de animais carnívoros), e os conflitos pelo uso da terra e da água.

Portanto, o desafio imposto são diretrizes para a sustentabilidade do setor que conjuguem desenvolvimento com equidade social e uma abordagem preventiva, contando com o decisivo apoio do Estado, da iniciativa privada e da sociedade, para a conservação dos ambientes costeiros e aquáticos. No Brasil, cerca de 62 espécies vêm sendo cultivadas, sendo peixes (51), crustáceos (5), moluscos (4), anfíbios (1) e algas (1). A produção e adaptação de tecnologias de cultivo exigem trabalhos experimentais complexos, com detalhamentos necessários a serem observados, daí porque se justifica a seleção de somente algumas cadeias produtivas. Em função dessa realidade, não é suficiente investir somente na cadeia produtiva do camarão marinho ou nas cadeias produtivas do agronegócio.

Zona costeiras, Povos do Mar e Macrozoneamento Ecológico-Econômico

Proposições

1. Impulsionar o turismo de base comunitária.
2. Colocar sob a égide da Secretaria de Desenvolvimento Agrário a pesca artesanal e a responsabilidade de impulsionar esta atividade e outras atividades produtivas na zona costeira.
3. Exigir EIA/RIMA para todos os projetos de energia eólica a serem instalados na zona costeira e na região serrana do estado.
4. Elaborar Diagnóstico de Impactos Sinérgicos da Zona Costeira.
5. Elaborar com ampla participação popular o Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Ceará.
6. Estabelecer zonas exclusivas de pescarias, com acesso exclusivo às embarcações pesqueiras com propulsão eólica.
7. Instaurar os direitos de acesso territoriais para uso de pescadores/as artesanais.
8. Criar as Reservas Extrativistas de Tatajuba (Camocim) e Área Reservada Marinha de Beberibe e de Icapuí.
9. Realizar a imediata demarcação da linha de Preamar com vistas à regularização do uso e ocupação do solo.
10. Criar um Fundo de Incentivo à Pesca Artesanal.
11. Implantar a política pública estadual dos Povos do Mar.
12. Constituir fundo vinculado a educação e trabalho para os povos do mar.
13. Apoiar à produção e comercialização de pescados destinadas ao consumo interno.
14. Cortar subsídios a toda atividade pesqueira que incida sobre estoques de recursos sobrexplorados (ex. Lagosta).
15. Apoiar a exploração e gestão de recursos sub-explorados.
16. Descentralizar e efetivar a gestão da pesca artesanal.
17. Apoiar a criação de áreas reservadas marinhas.
18. Integrar as políticas pesqueiras com as ações de gestão costeira.

19. Estabelecer interface das políticas pesqueiras com políticas de ordenamento do uso e ocupação do solo na zona costeira e de terras da união.
20. Vetar financiamentos aos empreendimentos turísticos de grande porte que promovam o desalojamento de famílias locais e a descaracterização cultural da comunidade e da paisagem.
21. Apoio à agricultura familiar nas regiões litorâneas, como mecanismo complementar na produção de alimentos.
22. Estimular o Turismo como atividade complementar, valorizando a pesca artesanal e outras manifestações culturais tradicionais.
23. Ampliar as áreas de cultivos de ostras e algas no Ceará.
24. Consolidar o protagonismo comunitário da cadeia produtiva.
25. Garantir a conversão gradual das atuais carciniculturas de pequenos produtores em policultivos.
26. Garantir a recuperação de APPs degradadas pela atividade de carcinicultura,
27. Estimular o consumo de algas na alimentação humana e diversificar os produtos alimentícios derivados das algas.
28. Estabelecer limite de exploração para carcinicultura por bacia hidrográfica.
29. Criar inventário das áreas de manguezal, bem como das áreas de camarão cultivadas.
30. Delimitar a capacidade de suporte do estado do Ceará por estuário para a atividade da carcinicultura.
31. Estabelecer padrão para emissão de efluentes da carcinicultura.
32. Criar um sistema de monitoramento das águas utilizadas no zoneamento de áreas adequadas à aquicultura.
33. Favorecer linhas de crédito para aquicultura familiar sustentável (algas, sururu, mexilhão etc.).
34. Adequar das linhas de financiamento (crédito) à realidade das populações costeiras.
35. Publicizar o processo de licenciamento e exigências legais para implementação de pequenos cultivos.
36. Conceder direito a outorga ao Comitê de Bacias com assessoria da COGERH a todos os empreendimentos de aquicultura em bacias.
37. O licenciamento deve ser feito integralmente, envolvendo a SEMACE, o IBAMA e as administrações municipais.
38. Promover a criação de promotorias estaduais especializadas em meio ambiente por bacia hidrográfica.

Populações indígenas: demarcação das terras e políticas públicas!

A demarcação das terras indígenas (T.I) é reivindicação histórica dos povos indígenas do Brasil, que conquistaram a inclusão do artigo 231 na CF de 1988, cujo caput reconhece o direito às terras tradicionalmente ocupadas como originário, ou seja, anterior a carta magna. Os povos indígenas, que à época da colonização do Ceará eram 42, têm uma longa história de resistência no Ceará, enfrentando bravamente os conquistadores, retardando por décadas a efetiva colonização do interior do nosso Estado.

A violência da invasão europeia dificultou a memória acerca dos povos indígenas, pois a guerra contra estes se fez sem registro nem documentação escrita. Sem o registro escrito sabe-se apenas das crueldades mais gritantes. Com a promulgação da — lei de terras no Brasil, em 1850, segundo a qual eram considerados proprietários aqueles que possuíam registro em cartório da posse da terra, foi garantida a propriedade aos invasores europeus no território brasileiro, marginalizando legalmente os antigos habitantes, que passaram a ser gente sem-terra.

Na segunda metade do século XIX, o governo da província decretou que no estado do Ceará “não haviam índios”, empreendendo ações de extermínio e etnocídio. Muitos sobreviventes do massacre passaram a ocultar a identidade indígena para não serem vitimados por novos ataques. Desse modo, num contexto de perseguição e preconceito no passado, vários povos deixaram de reivindicar a identidade indígena como forma de garantir a própria sobrevivência.

O Ceará sai de uma tentativa de aniquilação da identidade indígena histórica, sem população na década de 1970, para uma população que totaliza mais de 32.000 indígenas e mais de 14 povos, suplantando a tentativa de silenciamento e aniquilamento do passado com vistas a apropriação de seus territórios. Ainda assim o Ceará permanece como um dos estados mais atrasados em termos de demarcação de terras indígenas com apenas uma área homologada.

A Secretaria Especial de saúde Indígena do Ministério da saúde no Ceará (SESAI-MS-CE) contabilizou em 2016 uma população atendida de 32.434 na área de cobertura do distrito de saúde indígena. São 14 etnias indígenas, Tapeba, Tabajara, Potiguara, Pitaguary, Tremembé, Anacé, Kanindé, Tapuia-Kariri, Jenipapo-Kanindé, Kalabaça, Tubiba-Tapuia, Kariri, Gavião e Tupinambá.

A partir da mobilização dos povos indígenas no Ceará, desde 1985, se iniciou o reconhecimento das terras do Povo Tapeba pelo Estado brasileiro; Tremembé em 1986; Pitaguary em 1993; e Jenipapo-Kanindé em 1995. Posteriormente, a FUNAI iniciou processos de identificação das terras de outros grupos indígenas: Kanindé em 2001; Anace, Potyguara, Tabajara, Gavião, Tubiba-Tapuia, Tremembé de Queimadas e Barra do Mundaú em 2003; Kalabaça e Tapuya-Kariri em 2007. O reconhecimento das terras indígenas é deflagrado a partir da mobilização étnica de cada povo e das lutas que cada um passou a desenvolver, com a organização em associações indígenas e a filiação ao movimento indígena, que foi ampliando suas áreas de atuação.

Hoje os territórios indígenas continuam sendo invadidos, suas matas destruídas e seus manguezais espoliados com a instalação de fazendas de camarão em cativeiro, turismo em escala industrial, monocultura do coco, a implantação de projetos de assentamento e de irrigação, além da atividade mineradora. A conflitualidade gerada pela pressão por novas áreas para a expansão dos grandes projetos econômicos significa uma ofensiva sobre a manutenção dos territórios de diversas comunidades que não foram completamente integradas ao modelo de funcionamento da sociedade capitalista, e que, portanto, mantém relações com o seu entorno a partir dos valores de uso dos bens naturais, em prol da manutenção da subsistência, empreendendo atividades agrícolas e extrativistas.

Por outro lado, a necessidade de reprodução do capital, que em crise busca encontrar saídas para a permanente expansão, avança sobre os territórios aprofundando as injustiças ambientais, num processo de acumulação por espoliação, que privatiza os bens naturais e expulsa as populações de sua terra, o que tem resultado no aumento de conflitos no campo. No plano político há um ataque aos direitos que com a nova constituinte de 1988 no Brasil, foram reconhecidos.

O processo de demarcação é muito lento nos processos de regularização das terras indígenas em todo o país, embora haja várias regularizações concluídas. Segundo informações do órgão indigenista oficial há 435 TIs regularizadas, 1 homologadas, 2 com limites declarados e 38 Delimitadas no Brasil. Dentre essas homologadas, uma está no Ceará nos municípios de Itarema e Acaraú: *TI Tremembé Córrego do João Pereira*.

A política indigenista vem, há muito tempo, sofrendo ataques, e no contexto do Governo Temer tem sofrido uma redução progressiva do orçamento ainda maior, com corte de cargos, mudanças frequentes na Presidência da FUNAI, nomeação de militares da ativa e/ou da reserva para cargos na FUNAI. Diversos políticos afinados com a bancada ruralista são elementos que vem dilapidando o poder de atuação da Funai em cumprir com sua função constitucional, o que vai gerando uma mudança no perfil deste órgão, de indigenista para anti-indigenista. De acordo com registros da FUNAI, existem dez terras indígenas no Ceará em diferentes etapas do processo administrativo de demarcação e há apenas uma terra indígena que teve seu processo finalizado.

Como vimos, há apenas uma TI homologada, a do povo Tremembé do Córrego do João Pereira. Em seguida, há diferentes estados processuais em que os povos indígenas estão submetidos. Dentre eles, há somente dois casos em que os procedimentos demarcatórios foram judicializados, a TI Tapeba em Caucaia e a TI Tremembé de Almofada, em Itarema. Excluindo esses casos há 22 áreas indígenas que estão pendentes apenas de procedimentos administrativos, desde qualificação da demanda, a desintrusão e homologação. Isto torna evidente que é o Estado brasileiro o principal violador do direito originário à terra tradicionalmente ocupada, por não cumprir a regulação constitucional que previa a regulamentação de terra indígena no prazo de cinco anos.

As demarcações de terra e a reforma agrária nunca alcançaram tão baixos índices. Se durante os dois mandatos do governo Fernando Henrique Cardoso foram 145 áreas homologadas (equivalente a 41 milhões de hectares) e nos dois mandatos de Luís Inácio Lula da Silva esse número caiu para 84 áreas (18 milhões de hectares), no governo de Dilma Rousseff foram apenas 10 áreas homologadas (966 mil hectares). Michel Temer é o presidente com o pior desempenho no setor, desde a redemocratização, sem nenhum decreto assinado.

Em 2017, Temer oficializou um parecer nº 001/2017, da Advocacia-Geral da União (AGU) que, na prática, inviabiliza as demarcações e foi publicado em atendimento a demanda de ruralistas. O Ministério Público Federal (MPF) já se manifestou contra ele. Entre outros pontos, a norma aplica aos procedimentos demarcatórios o “marco temporal”, tese ruralista polêmica pela qual só teriam direito às suas terras aquelas comunidades que estavam em sua posse em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição. A

regra desconsidera o histórico de violências e expulsões sofridas pelas comunidades indígenas e as dificuldades de comprovar por meio de documentos, naquela época, a presença efetiva no território.

Por outro lado, a força e o espaço que ganharam os setores empresariais ligados ao extrativismo, à pecuária e ao agronegócio, demonstram que há um verdadeiro ataque que já tem significado retrocessos. É necessário que a política indígena seja também focalizada pelo governo estadual, de maneira a integrar ações afirmativas para os povos indígenas do estado à política executada pela FUNAI, IBAMA, Ministério Público Federal, FUNASA e Polícia Federal. O Ceará é o Estado mais atrasado em nível nacional no que diz respeito à regulamentação fundiária e a demarcação de terras indígenas. São 17 etnias; dessas somente uma (01) possui sua terra demarcada.

Os principais conflitos socioambientais vividos pelas etnias no Ceará são: Povo Tremembé de Barra do Mundaú x Empreendimento Nova Atlântida; Povo Tremembé de Almofala x Ducoco Agrícola S/A; Povo Tapuya Kariri x Eólica; Povo Anacé x CIPP; Povo Anacé x Grupo Ernani Viana; Povo Anacé x Pedreiras Itatiba e Britap; Povo Tapeba x Desenvolvimento Urbano Industrial; Povo Jenipapo-Kanindé x Agroindustrial Ypioca; Povo Pitaguary x Empresa Britaboa Ltda.

Os indígenas levantam as principais reivindicações de sua pauta política que dizem respeito a necessária regularização fundiária de suas terras no Ceará, a implementação da educação diferenciada de qualidade, a efetivação do subsistema de atenção à saúde indígena e saneamento alcançando todas as aldeias e etnias no Ceará e o enfrentamento as violações de direitos indígenas.

Consideramos a necessidade da Secretaria de Desenvolvimento Agrário efetivar políticas, programas e projetos para promoção de maior acesso dos povos indígenas as políticas de desenvolvimento agrário e de agricultura familiar; Promover conferência sobre políticas estratégicas para os povos indígenas como a Política Nacional de Gestão o Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PGNATI), a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e o Plano Nacional para a Promoção o dos Produtos da Sociobiodiversidade, com a participação de especialistas para ampliar os conhecimentos dos povos indígenas sobre as mesmas.

Com relação a saúde indígena buscar desenvolver uma política pública de saúde que enfrente a falta de postos nas aldeias e atendimentos em espaços inadequados; Falta de medicamentos, insumos e equipamentos para atendimento médico e odontológico, distribuição de medicamentos vencidos; atendimento de pessoas indígenas e não indígenas no mesmo espaço; problemas de comunicação em caso de urgência médica; dificuldade para realizar exames e agendar procedimentos complexos; transporte inadequado e motoristas sem capacitação; dificuldade para realização de exames e agendamento de procedimentos complexos.

Com relação a uma política para as mulheres indígenas é necessário enfrentar o racismo institucional com formação adequada de servidores da saúde indígena para que as mulheres indígenas tenham:

1. Envidaremos os esforços necessários para cumprir a pauta de reivindicações dos povos indígenas e agilizar os processos já em andamento, num esforço conjunto com os órgãos federais responsáveis pela questão indígena;
2. Viabilizar a demarcação das terras indígenas já identificadas e delimitadas no Ceará: Tremembé de Almofala, Tapeba, Pitaguary e Jenipapo-Kanindé;
3. Embargar as extrações de minérios dentro das terras indígenas, como prevê a Convenção 169 da OIT;
4. Fortalecer, junto à FUNASA (Fundação Nacional de Saúde) e à SESAI (Secretaria Especial de Saúde Indígena), os programas voltados à saúde dos povos indígenas;
5. Promover concurso público para a contratação de professores indígenas para as escolas indígenas, incentivando uma educação voltada à realidade desses povos, de modo a incorporar a valorização das suas dimensões étnico-culturais;
6. Criar uma Secretaria de Assuntos Indígenas com a função de apoiar, assessorar e mediar conflitos, na perspectiva da identificação de terras indígenas e de viabilizar o processo administrativo de identificação das terras indígenas já programadas, tais como: Tremembé de Queimadas, no Acarau; Tremembé de São José e Buriti, em Itapipoca, e Kanindé em Aratuba e Canindé; e dos outros Povos que aguardam essa providência no Ceará;
7. Promover a colaboração dos órgãos estaduais com ações de fiscalização de obras e empreendimentos orientados as terras indígenas, em ação conjunta com FUNAI, IBAMA e Polícia Federal.
8. Atendimento adequado e livre de preconceitos;
9. Promoção de atendimento diferenciado as demandas das mulheres;
10. Enfrentamento do machismo, autoritarismo e violência contra mulheres indígenas nas aldeias;
11. Promoção de educação em saúde reprodutiva nas aldeias junto aos/às jovens indígenas.

Justiça Ambiental

A partir da compreensão da questão socioambiental acima apresentada, a Frente de Esquerda Socialista propõe a criação da Secretaria da Ecologia, Desenvolvimento Social e Justiça Ambiental para que toda a política de desenvolvimento esteja submetida à Justiça Ambiental e à Economia Ecológica. Portanto, todas as políticas que se refiram à Indústria, Agricultura ou Infraestrutura estarão fundamentadas nessas bases teóricas, onde terão três coordenadorias subordinadas à secretaria para cada um desses grandes temas. E propomos também que, vinculado à secretaria, esteja o Conselho Estadual de Meio Ambiente (COEMA), mas em um formato reformulado, de maneira que seja assegurada a paridade entre governo e sociedade civil.

Gestão democrática e ações emergenciais para a convivência com o semiárido.

1. Gestão democrática da oferta, para garantir prioritariamente ao abastecimento humano;
2. Gestão da demanda, reduzindo o desperdício em setores altamente deficitários, como abastecimento e irrigação; -
3. Gestão da qualidade da água, garantindo melhor padrão durante as secas, quando os reservatórios encontram-se mais poluídos; -
4. Política de reuso de água, favorecendo não somente a redução da poluição dos corpos d'água (menor taxa de lançamento de esgotos), como também aumentando a oferta.
5. Construção de um programa de fiscalização e incentivo a interligações à rede (respaldado e discutido com os municípios através de normas municipais que condicionem os domicílios a se interligarem em áreas com cobertura de esgotos para maior qualidade da ação das redes);
6. Programa intensivo de conscientização da população sobre a necessidade de se preservar a quantidade e a qualidade da água.

Exploração de urânio

Diante do histórico de acidentes e impactos ambientais verificados na exploração de urânio em Caetité-BA, compreendendo o modelo de desenvolvimento no qual ele se insere e características do Projeto Santa Quitéria apresentamos nossas principais propostas frente ao empreendimento:

1. Garantir acesso ao licenciamento ambiental do empreendimento a toda população implicada e interessada;
2. Promover participação em espaços de debate e tomada de decisão das comunidades potencialmente atingida pelo empreendimento.
3. Zelar pela garantia da equidade e justiça ambiental.
4. Priorizar o abastecimento hídrico para atender as necessidades de populações humanas e de animais.

Unidades de conservação do estado

Propomos que a partir do Macrozoneamento do Estado se identifiquem as áreas que se encaixam em uma das tipologias citadas acima e que sejam criadas novas UCs no Estado, priorizando as de Uso Sustentável. Assegurando a ampla participação da sociedade civil na elaboração do Plano de Manejo e da constituição do Conselho Gestor. Enquanto o Macrozoneamento não estiver finalizado, sugerimos que a identificação de áreas importantes para se criarem novas UCs seja feito através da consulta às organizações da sociedade civil, organizações não governamentais e pesquisadores da área;

1. Regulamentação definitiva do Parque Ecológico do Cocó, a partir do estudo realizado pelo COMPAM em 2007/2008, ampliando esse estudo para toda a região metropolitana de Fortaleza.
2. Ampliar o quadro de servidores públicos efetivos da SEMACE.
3. Criação de cargos públicos efetivos para o CONPAM,
4. Propor aprimoramento tecnológico dos instrumentos de proteção ambiental.

EDUCAÇÃO

Educação Básica

Os projetos do capitalismo estão umbilicalmente alinhados contra os direitos da classe trabalhadora e das maiorias sociais, com discursos que têm estratégias de comunicação e poder de persuasão que convencem mesmo aqueles que são por eles prejudicados; é nesse contexto, da gradativa retirada dos direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais que as políticas recentes de muitos países têm sido marcadas. Na América do Sul esse tem sido o trabalho de governos de direita/conservadores, como o de Mauricio Macri, na Argentina, e devem ser as marcas dos recém-eleitos presidentes Mario Abdo Benítez, no Paraguai e Ivan Duque, na Colômbia.

No Brasil, esse bastão tem sido carregado pelo governo ilegítimo de Michel Temer que, num golpe judiciário-parlamentar, substituiu a presidenta Dilma Rousseff; nesses pouco mais de dois anos, dentre outras medidas, conseguiu aprovar o Novo Regime Fiscal (Emenda Constitucional 95, de 15 de dezembro de 2016) e a Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467, de 14 de junho de 2017) e, no âmbito da educação, acentuou os traços ruins da Base Nacional Comum Curricular encaminhadas na gestão Dilma Rousseff e aprovou a reforma do Ensino Médio (Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017).

Em importantes lutas de resistência, temos tentado barrar esses avanços nefastos, ao tempo em que buscamos institucionalizar as defesas específicas da comunidade LGBT, das mulheres, d@s negr@s, da juventude pobre, das comunidades do campo, dos quilombolas e dos indígenas, por exemplo. Essas lutas têm se mostrado importantes, principalmente contra as bancadas parlamentares conservadoras, como aquelas que ocorreram nos embates pela preservação de uma das diretrizes do Plano Nacional de Educação (2014/2024), que se posicionava contra todas as formas de discriminação, incluindo aquelas de gênero; embates semelhantes foram travados nos planos estaduais e municipais de educação. Outras lutas de mesmo teor, as temos travado em torno de projetos de lei norteados pelos ideários do Movimento Escola sem Partido, como o são, por exemplo, o PL 867/2015, de autoria do Deputado Izalci, em tramitação na Câmara dos Deputados e o PL 273/2015, proposto pela Deputada Dra. Silvana, na Assembleia Legislativa do Ceará.

Em todas essas frentes de luta, temos defendido, enfaticamente, que a educação deva ser compreendida como um direito, portanto de todos, não podendo ser tratada como uma mercadoria, a disposição de que a puder comprar, como interessa ao “mercado”. Lutamos por uma educação pública, laica, gratuita e de qualidade socialmente referendada, voltada para a construção de uma sociedade colaborativa, igualitária, justa e fraterna, razão pela qual combatemos as lógicas presididas pelo individualismo e pela competição, ideário que a classe dominante tenta transladar para as redes educacionais públicas.

Reafirmamos nossa proposição de uma perspectiva educacional calcada no respeito à diversidade, ao direito à livre orientação sexual, no combate às relações desiguais de gênero e no combate a todas as

formas de opressão, enfim, uma política de educação transformadora que esteja orientada na perspectiva do exercício pleno da liberdade criativa e transformadora dos seres humanos.

É correto reconhecer que a partir da segunda metade da década de 1990, precisamente depois da lei que instituiu o Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) houve uma expansão nacional das matrículas no Ensino Fundamental, com movimento equivalente no estado do Ceará; ao mesmo tempo, é importante frisar que a política de “municipalização do ensino fundamental”, implantada com particular empenho afimco no nosso estado, permitiu a transferência de boa parte dos alunos do ensino fundamental de escolas da rede estadual para as redes municipais, o que facilitou a ampliação de matrículas no ensino médio, responsabilidade específica das redes estaduais, ainda que, nem assim, tenhamos atingido contingentes significativos dessas matrículas.

Deve-se lembrar, também, que o Plano Nacional de Educação 2001/2011 (Lei 10172, de 9 de janeiro de 2001) definia, como uma de suas metas a ser atingida em 2011, o atendimento de 100% da demanda de ensino médio (Objetivo/Meta 1.b), número que, ainda hoje, não conseguimos atingir.

Mais do que a simples garantia de vagas em escolas públicas, compreendemos que o direito à educação, para ser efetivado na sua plenitude, precisa, também, criar condições de permanência dos estudantes nas escolas e, sobretudo, precisa assegurar que as crianças, os adolescentes, os jovens e adultos tenham acesso ao conhecimento acumulado pela humanidade, de modo que lhes permita o exercício pleno da cidadania.

Desse modo, defendemos, incondicionalmente, a efetivação do direito à educação, que, como direito, deve acolher a todos e todas; em função disso, terão atenção hierarquizada na nossa gestão, as pessoas com deficiências, os povos quilombolas, os indígenas, os ribeirinhos, os povos do mar, os grupos LGBT e os idosos, dando ênfases a processos escolares diferenciados, por conta das necessidades e das matizes identitárias em questão.

Trata-se, entre outras coisas, da garantia da permanência do conjunto dos estudantes nas escolas, considerando-as como espaços de vivências coletivas baseadas em currículos amplos, que contribuam para reduzir o abismo cultural entre as vidas cotidianas de cada segmentos específicos e os saberes curriculares veiculados nos programas escolares.

PRINCÍPIOS ORIENTADORES PARA A GARANTIA DA EDUCAÇÃO COMO DIREITO

Solidariedade e responsabilidades coletivas, face a individualismo e competitividade.

O direito à educação é parte dos direitos humanos, que são indivisíveis, inalienáveis, interdependentes e inadiáveis. O artigo 205 da Constituição Federal propugna a educação como um direito de todos e uma obrigação do Estado, secundado pela família e pela sociedade, enquanto o artigo 208 institui a educação básica como obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, reafirmando-a como direito público subjetivo.

A lógica de organização e operação da educação brasileira, principalmente depois da posse do presidente golpista, Michel Temer, tem procurado, acompanhando a lógica de mundialização da produção e globalização dos mercados, atender aos interesses do grande capital, produtivo e financeiro, o que tem ajudado a perpetuar as desigualdades sociais e aumentar a concentração da renda. Ainda neste primeiro semestre de 2018, a imprensa brasileira noticiou que os cinco homens mais ricos do Brasil tinham riqueza igual à metade mais pobre do país (100 milhões de pessoas!); se a concentração de riquezas é uma tendência global, o Brasil não tem destoado, nesse quesito.

Acreditamos que a escola, mas não exclusivamente a escola, pode cumprir um papel importantíssimo na emancipação do nosso povo, estimulando a sua organização através do exercício da educação como um direito humano, orientada para lhes permitir “ler” e entender, criticamente, o mundo como primeiro passo para modificá-lo, de modo que a vida de cada um melhore, pelo fato de ter melhorado para todos. Advogamos uma escola que emancipe e transforme e não que reproduza as desigualdades e injustiças, o que só pode ser conseguido através de construções coletivas e solidárias.

Democratização da gestão

A gestão participativa é fundamental na construção de uma educação transformadora e de qualidade socialmente referendada. Pensar a escola pública de forma integral significa não apenas reconhecê-la como espaço de apropriação dos conhecimentos, mas como espaço de socialização, algo fundamental para mudança de hábitos, comportamentos, valores e visões de mundo. Nossa concepção de escola pública considera como um de seus princípios o exercício da democracia direta da comunidade por ela atendida, o que dá sentido à própria ideia de escola como a constituição de comunidades de aprendizagens para a emancipação humana.

Neste sentido deverão ser criados canais de participação que deem conta das necessidades específicas, mas, ao mesmo tempo, estabeleçam elos entre os espaços de formulação e execução da política de educação. Nossa concepção se diferencia daquelas que têm sido praticadas no Ceará, que se reduzem às escolhas dos diretores de parte das escolas pelas comunidades escolares, este transformado no ator central para as execuções das medidas que continuam a ser desenhadas e definidas nos gabinetes da administração central, com apoio dos gestores das CREDES. Tais práticas possuem uma característica perversa pois ao mesmo tempo em que mantém intocadas as diretrizes políticas determinadas na gestão central da Secretaria de Educação, transfere para o gestor local, o diretor, as responsabilidades dos sucessos ou dos fracassos.

Entendemos que a melhor forma de contemplar a democracia participativa na gestão escolar deve ser através da formação de colegiados consultivos e deliberativos para cada segmento da comunidade (professores, funcionários e pais e alunos), pois são eles os mais aptos para debater e encaminhar posições sobre os mais variados aspectos da vida educacional. Na constituição dos Conselhos Escolares, os representantes desses segmentos têm assento, onde devem encaminhar e defender aquelas posições discutidas e deliberadas pelo seu colegiado específico.

Como defendemos a democratização da educação, concepção mais ampla do que a simples democratização da gestão escolar, entendemos que as constituições de colegiados consultivos e de colegiados deliberativos devam ocorrer, de modo semelhante, em cada um das CREDES e, do mesmo modo, com colegiados consultivos e deliberativos, para as deliberações no âmbito da administração central.

Certamente o exercício da democracia encontra limites em quaisquer esferas de poder; práticas fisiológicas estão presentes nas eleições de vereadores, deputados ou quaisquer outros pleitos eletivos no âmbito dos municípios, dos estados e da União, situações que, certamente, impregnam os contextos das eleições para diretores de escolas, por exemplo. Entendemos que a escola é o melhor caminho para as combatermos, desde que, nesse espaço institucional, incentivemos a construção de uma real democratização da gestão escolar, através da participação efetiva da comunidade escolar.

Nas gestões de 2007-2014, e 2015-2018, houve uma redução de eleições democráticas dos gestores escolares. As Escolas Estaduais de Ensino Profissionalizante (EEEP) e as Escolas de Ensino Médio de Tempo Integral recém-implantadas tiveram seus gestores indicados ou mandatos renovados pela mesa da secretária de educação. Em 2018, mais de um terço das Escolas Estaduais não tiveram processos de escolhas democráticas de seus gestores.

Por isso, defendemos que em toda rede estadual de Ensino haja um amplo processo eleitoral de seus gestores; garantindo a dimensão educativa nesse processo. A escolha será precedida por momentos de reflexões sobre as práticas escolares, bem como sobre suas condições materiais. Nesse processo pais, estudantes, professores e demais funcionários constroem uma radiografia da escola, das suas instalações e dos seus funcionamentos e deve ser a partir dessas “radiografias”, construídas pelas comunidades escolares, que se realizarão os debates entre os candidatos, que deverão apresentar suas propostas a partir delas. Desse modo, ao envolvermos a comunidade escolar na elaboração de um diagnóstico consistente das condições de funcionamento das escolas, pretendemos densificar seu empoderamento, uma vez que essa “leitura” permitirá à comunidade um mergulho mais profundo nas “propostas de cada candidato/a”, avaliando-as em função das problemáticas anteriormente identificadas.

Se imaginarmos os exercícios de processos semelhantes para as CREDES e para a gestão escolar do estado, teremos dado passos interessantes para a ressignificação dos processos conferenciais e, ao mesmo tempo, caminhando num processo de reeducação democrática dos cidadãos do Ceará.

A democratização da gestão das escolas públicas não deve ser confundida como o modelo de gestão de empresas privadas. Nos últimos anos, o MEC junto com as Secretarias de Educação vêm implantando cada vez mais modelos privatizantes no ensino público. Projetos como o “Jovem de Futuro” em parceria público privada com o Governo do Estado do Ceará e o Instituto UNIBANCO tem aumentado a ingerência do setor privado no setor público da educação, abrindo caminho para venda de consultorias e produtos educacionais e criando um nicho comercial para serviços públicos. As Organizações Sociais (OS) representam um verdadeiro perigo ao caráter público da educação, pois entrega para empresas privadas a gestão de equipamentos públicos e áreas sociais, além de autorizar a contratação de profissionais e

dificultar a efetivação de servidores públicos via concurso. No Estado de Goiás, este modelo de gestão empresarial já é adotado em algumas Escolas desde 2016.

Não aceitamos os modelos privatizantes da educação pública. Repudiamos as Organizações Sociais na gestão da educação pública. Educação não é uma mercadoria, mas um direito constitucional.

Recursos públicos exclusivamente para a gestão dos equipamentos públicos

A legislação brasileira prevê a vinculação de 25% dos impostos estaduais e municipais para a educação (Constituição Federal, Art. 212); com os atuais padrões de arrecadação, as unidades federativas como o Ceará não têm recursos para custear a educação básica em seus estados, a não ser mediante padrões de precariedade tais como instalações inadequadas, falta de materiais e equipamentos, salários e carreiras profissionais pouco atrativas.

Como um primeiro passo no sentido de avançarmos no resgate da dívida educacional com a população cearense, propomos a ampliação dessa vinculação para, no mínimo, 30% desses impostos, contando, também, com a efetivação do exercício do Regime de Colaboração entre a União, os estados, o distrito federal e os municípios com responsabilizações equivalentes às capacidades arrecadatórias de cada ente federado.

Nesse sentido é importante registrar que o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério), o padrão de financiamento da educação básica, deve terminar seu prazo de vigência em 2020, razão pela qual há, no momento, duas propostas em tramitação, objetivando torná-lo permanente, a PEC 24/2017, no Senado Federal e a PEC 15/2015, na Câmara dos Deputados. Em função dos interesses envolvidos e do calendário eleitoral dos próximos semestre e da intervenção militar no Rio de Janeiro, acreditamos que essas votações irão ocorrer ao longo da próxima legislatura.

Outra fonte de recursos que permitirá um aumento nos percentuais de arrecadação do estado do Ceará é a destinação de “uma parcela do lucro líquido das empresas estatais”, que pode ser estimada em 5% desse valor, a ser destinado para a compra de materiais e equipamentos escolares, por exemplo.

A aplicação desses recursos pressupõe uma atividade permanente de acompanhamento do orçamento estadual, necessitando transparência e publicização das contas públicas, compromisso que será assumido desde o início da nossa gestão.

Por outro lado, tem havido formas de drenar os recursos públicos para a iniciativa privada e o processo de terceirização é uma delas que, além do mais fragiliza as relações dos trabalhadores com o empregador, pois o Estado se desobriga dessas responsabilidades, transferindo-as para o setor privado; se nos lembrarmos das, assim denominadas, flexibilizações das leis trabalhistas, oriundas da Lei nº 13.467/2017, constataremos que as situações dos “empregados terceirizados” pioraram, e muito.

Valorização dos/as trabalhadores da educação

“NÃO À PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E POR CONCURSO PÚBLICO PARA TODOS OS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO”

Inicialmente, é importante ressaltar que se entende por trabalhadores da educação não somente os professores e professoras, mas um conjunto de sujeitos que trabalham na área da educação seja de maneira direta ou indireta, formal ou não formal. São eles, merendeiros, secretários escolares, serviços gerais, vigilantes, psicólogos, técnicos e etc. Esses trabalhadores na maioria das vezes são bastante precarizados e sofrem com os problemas da terceirização. Com a reforma trabalhista de Michel Temer (MDB) passarão por processos maiores de precarização do trabalho e até mesmo do desemprego que vem com índices alarmantes no Brasil inteiro.

Por isso, é preciso assegurar o emprego desses profissionais, além de melhores salários e condições de trabalho. Esse profissionais precisam fazer parte da rede estadual e por isso precisamos garantir concurso público para esses trabalhadores.

Salários e direitos iguais para trabalhos iguais

Junto com os terceirizados há ainda os professores de contrato temporário, que mesmo fazendo parte do grupo dos profissionais do magistério, possuem direitos e deveres diferentes. Começamos pontuando que os professores “temporários” ganham R\$ 738,55 a menos que os professores efetivos do 1º nível da carreira, trabalhando com mesma carga horária de 40 horas-semanais. Essa diferença salarial se torna maior quando consideramos a progressão salarial na carreira dos professores efetivos. O salário inicial de um professor efetivo graduado (nível A), em valores brutos, é de R\$ 3517,93, que vai crescendo por tempo de serviço e formação continuada. O salário de um professor temporário, em valores brutos, é de R\$ 2779,38. Isso causa uma grande divisão da categoria, sem falar de muitas vezes os professores temporários por não ter estabilidade são tratados de maneira diferenciada pelas gestões escolares, havendo muitos casos de assédio moral.

Os professores com contratos temporários, muitos deles já possuem vários anos (2, 3, 5, até 10, 15 anos) de atuação nas escolas, tendo eles títulos de pós-graduação, mas não ganhando gratificação salarial por essa formação. Sem falar que esses anos trabalhados não valem integralmente na contagem da aposentadoria, caso ele se torne professor efetivo.

Diante dessa necessidade, não se pode dividir carreiras e diferenciar professores/as, como o atual governo faz. Diferenciar profissionais, entre efetivos e temporários, diante da fragilidade do contrato de trabalho desses professores é desrespeitoso, humilhante e injusto. Não se pode aceitar a forma de como é tratada pela SEDUC os professores que possuem contratos temporários, sem garantias e poucos direitos, estes não recebem 1/3 de férias, há atrasos nos seus pagamentos, muitas vezes, por três meses e seus contrato são encerrados a cada final de ano letivo deixando-os na insegurança do desemprego. Além disso, são ameaçados pela gestão caso participem de movimentos paredistas. É necessário dar uma maior garantia

a estes professores e ouvir suas reivindicações para acabar com a precarização dos trabalhadores que constroem uma educação pública de qualidade.

O próximo concurso para professores do estado do Ceará que foi anunciado pelo governador Camilo Santana (PT) com abertura de 2500 vagas não resolverá o problema desses trabalhadores, primeiro porque esse número de vagas não condiz com a realidade do número de professores temporários na rede estadual e segundo, em consequência disso, muitos desses profissionais que já estão trabalhando há anos na rede continuarão na condição de contrato temporário, por isso, nossa proposta é um concurso para o número real de vagas e de carências definitivas combinado com a garantia de direitos para todos os trabalhadores da educação. Um caminho que trace o fim da terceirização e contratos temporários na rede estadual de ensino.

Para os trabalhadores da Educação: melhores condições de trabalho e salário

É do conhecimento de toda sociedade que os trabalhadores da educação, sobretudo da educação básica, sofrem com as péssimas condições de trabalho e de salário. As escolas possuem salas de aulas lotadas de alunos, ferindo até a LDB que orienta o número máximo de aluno por sala. A orientação que chega na escola advinda da Secretária de Educação é que só abre uma turma quando esta possuir 35 alunos, onde esse número segundo a LDB, já é o máximo permitido. Um número menor de alunos além de ser importante para um melhor trabalho pedagógico do professor é também para o estudante contribuindo para seu ensino e aprendizagem. Defendemos 25 estudantes por turma.

Além das lotações em sala de aula, temos o fenômeno das “saunas de aula”, é assim que é expresso por vários professores e professoras das escolas estaduais referindo-se às péssimas condições térmicas das salas, onde muitas não possuem ar-condicionados e/ou os ventiladores não passam por manutenções adequadas, comprometendo também o processo de ensino-aprendizagem.

Devemos também garantir com rigor a aplicação integral da lei nacional do piso salarial do magistério, no que diz respeito a sua implementação na carreira, criando carreiras cada vez mais atrativas, valorizando a formação continuada e garantindo um salário base mais considerável. Segundo um estudo feito pelo FUASPEC no final do ano passado, há perdas salariais calculadas em 20,22%. Valorizar os trabalhadores da educação, quanto a sua remuneração, além de motivar esses sujeitos, garante educação de qualidade para os estudantes, pois os professores e os demais profissionais não precisam ter que trabalhar mais de 40 horas semanais, como acontece com muitos desses trabalhadores da rede básica de ensino.

Junto com isso, precisamos respeitar o $\frac{1}{3}$ de atividades extra-classe, para planejamento, estudos domiciliares, participação em atividades de formação continuada e culturais, conforme orienta a lei já citada e o parecer nº 9 e 18 de 2012 do CNE/CEB. Hoje a lotação dos professores em sala de aula, em algumas escolas, ultrapassam as 27h/semanais e a orientação da SEDUC é, no mínimo, 27h/semanais, onde segundo o parecer citado o máximo deveria ser 26h/semanais. As atividades de planejamento destinada ao professor é de suma importante para o professor e para o ensino do estudante. Além desse mínimo garantido por lei nacional faremos debates e planejamentos com a equipe técnica da SEDUC para a implementação de 50% para essas atividades extra-classe.

Direito à saúde do trabalhador da Educação

A pauta de defesa da saúde do servidor estadual é a defesa da qualidade de vida do servidor e sua família, durante o período laboral e pós laboral deste. A reorganização do Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará (ISSEC), aprovada no início de 2018, é só um episódio do já histórico sucateamento desse Instituto. As dificuldades de acesso só pioraram nos últimos anos e agora o ISSEC terá os descontos mensais na folha do servidor e, passado 60 dias de inadimplência, o titular e seus dependentes já podem ser cortado do serviço a saúde. O que um dia foi um serviço sem ônus para o servidor, agora passou a custar muito caro como são os planos de saúde privado. O atual governo assume problemas financeiros e a redução da oferta de serviços, mas não propõe melhorias, afetando 150 mil servidores em todo o Estado.

O PSOL defende atendimento de consultas, exames, serviços de emergência, etc de forma ilimitada ao titular e seus dependentes e sem ônus ao servidor, como já foi um dia. Financiamento de 100% por parte do governo. Ampliação da rede de atendimento na capital e interior.

Aposentadoria não é privilégio, é direito!

A PEC 287, que trata da Reforma da Previdência, em discussão desde 2016 nas casas legislativas federais, Câmara e Senado, ataca duramente professores e professoras da educação básica. Pelas regras atuais, a idade mínima para aposentadoria dos docentes é de 55 anos para homens e de 50 para mulheres. Já o tempo de contribuição mínimo para homens e mulheres é de 30 e 25 anos, respectivamente. Caso a reforma seja aprovada, o regime de aposentadoria especial para a categoria deixa de existir e segue as mesmas normas dos demais setores, passando a ser a idade mínima de 65 anos. Além disso, o tempo mínimo de contribuição para a Previdência Social passará de 15 para 25 anos.

Consideramos uma maior precarização do trabalho docente devido às condições de trabalho às quais a categoria é submetida, como salas de aula superlotadas e um número excessivo de turmas as quais o/a profissional atende. A Organização Mundial da Saúde (OMS) reconhece o direito à aposentadoria especial a esta categoria pelo desgaste físico e psicológico inerente à profissão e agravado pelas condições do sistema público de educação. Aumentar o tempo de serviço da categoria é impingir-lhe mais problemas de saúde.

A atual proposta de reforma previdenciária não leva em conta as diferentes circunstâncias de trabalho as quais os setores mais explorados são submetidas, nem mesmo as particularidades de cada profissão, além de igualar o tempo de serviço entre homens e mulheres, deixando de lado o fato de que, na sociedade patriarcal e machista que vivemos, as mulheres cumprem dupla, às vezes tripla, jornada. Quase metade das famílias brasileiras hoje estão sob responsabilidade total de mulheres. Desconsiderar todos esses fatores sociais na hora de propor uma reforma previdenciária é retirar dos trabalhadores e das trabalhadoras o direito à aposentadoria.

Nossa proposta é de uma reforma tributária no primeiro escalão do serviço público, judiciário, executivo, legislativo e das forças armadas, com suas super aposentadorias, não precarizando ainda mais

uma categoria que já sofre com péssimas condições de trabalho e baixas remunerações. Somando-se à isso, se há uma déficit nas contas da previdência, como alega o governo, que seja cobrada a dívida de mais de 400 bilhões de grandes bancos e empresas, como Bradesco e Itaú e a JBS, têm com o INSS.

Se no marco federal, o governo ilegítimo de Temer não conseguiu emplacar sua reforma, no Ceará os servidores e servidoras não tiveram tanta sorte. Em dezembro de 2016, o governo de Camilo Santana lança a PEC 03/2016, chamada de “PEC da maldade” e aumenta a contribuição previdenciária dos servidores, de 11% para 14%.

No mesmo pacote, Camilo aprova a limitação de gastos públicos com despesas primárias em 10 anos, inviabilizando, assim, um reajuste salarial acima da inflação para os servidores. Na prática, o governo do PT diminui ainda mais os ganhos dos servidores.

Seguindo a linha de ataques ao direito à aposentadoria, em fevereiro, o governador envia à Assembleia Legislativa a sua proposta de Reforma da Previdência para o Estado. Nela, o governo pretende estabelecer o mesmo teto do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que hoje é de R\$ 5.531,31, para o valor das aposentadorias e pensões dos servidores estaduais. Quem quiser ter um rendimento acima do teto, segundo o texto, terá que ingressar (e contribuir) num plano de previdência complementar. Além da regulamentação, a mensagem do governo também propõe a criação de uma fundação gestora da previdência civil, militar e complementar dos servidores do Estado, vinculada à Secretaria do Planejamento (Seplag).

O governo de Camilo Santana (PT) em nada se diferencia do governo de Temer (PMDB) quando se trata de atacar direitos da classe trabalhadora e é esse modo de governar que desejamos superar. Nossa proposta para a previdência estadual é a revogação total da Reforma previdenciária de Camilo, a retomada dos 11% de contribuição, fim do teto remuneratório e da previdência privada. Queremos uma a garantia de uma aposentadoria digna e que garanta o bem estar da classe trabalhadora.

DIRETRIZES E PROPOSTAS PARA EFETIVAÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE

Educação Integral, preferencialmente, em escolas de tempo integral.

Há, para além dos percentuais de matrículas na rede estadual de ensino, um aspecto delicado que é preciso explicitar, trata-se da existência de cinco padrões de escolas de ensino médio distintos, na mesma rede pública de educação, a saber: (i) escolas profissionalizantes, em tempo integral, (ii) escolares regulares, em tempo integral, (iii) escolares regulares, em tempo parcial, no período diurno, (iv) escolas regulares, em tempo parcial, no período noturno e (v) Centros de Educação de Jovens e Adultos.

O que poderia ser saudado como uma notícia interessante, uma vez que, desse modo, parece terem-se criado formatações diferentes de escolas para atender as especificidades distintas de certos grupos de estudantes, na verdade essas formatações penalizam precisamente os estudantes que mais precisam da escola para poder superar os traços socioeconômicos das suas origens, pois, e nessa ordem, os cursos

regulares, do período diurno e noturno, bem como as classes de EJA, oferecem escolarizações que, na maioria das vezes, são simplificações empobrecidas das versões em tempo integral.

Na compreensão do PSOL, todos os estudantes têm direito de acesso aos bens da cultura socialmente acumulados e, junto com esse direito, entendemos que essas apropriações não podem se configurar em incorporações acríticas de conteúdos científicos; nós defendemos que as apropriações contribuam para “leituras de mundo” mais densas e completas, elementos essenciais para elaborações de parâmetros de atuações em favor das inserções social de tod@s, o que se coaduna com nosso princípio de solidariedade e responsabilidade coletivas.

A concepção de “educação integral” que defendemos incorpora as amplas possibilidades de desenvolvimento dos indivíduos, que vão além daquelas vinculadas aos conteúdos científicos, o que prevalece, ainda hoje, nas nossas escolas; defendemos uma escola que incorpore elementos da cultura geral, da cultura científica e humanista de modo a contemplar os anseios, as necessidades e as possibilidades de cada estudante, permitindo, ao mesmo tempo, o desenvolvimento das capacidades de trabalhar manual e intelectualmente.

Opomo-nos, veementemente, à ideia de escolas cuja intenção é apenas ocupar o tempo da juventude, como forma de mantê-la afastada da rua. O projeto de escola aqui defendido deve fazer parte de uma proposta de formação humana que através das ciências, das artes e dos esportes contribua para o desenvolvimento pleno das pessoas, consolidando-as como cidadãos sujeitos das suas histórias e das histórias das suas comunidades.

Não queremos uma educação utilitária, limitada ao ensino médio, que apenas oriente os estudantes para a disputa predatória de uma possível vaga no mercado de trabalho; para nós, a continuidade dos estudos em nível superior também faz parte do direito à educação, portanto deve estar presente nos horizontes de todos os alunos da rede pública estadual, afinal, num sistema globalizado de produção e comércio de mercadorias, onde as ideias e os produtos oriundos de alta tecnologia têm valores agregados infinitamente superiores às toneladas de minérios in natura ou centenas de milhares de sacas de grãos de cereais que exportamos, por exemplo, temos que nos perguntar, pra que serve, mesmo, a formação profissional de ensino médio?

Nossa proposição de densificação dos processos educativos escolares não se resume às escolarizações em tempo integral; ainda que esta seja uma meta futura, é preciso que nos ocupemos com os estudantes que, pelas suas circunstâncias específicas, precisam, por enquanto, de escolas em tempo parcial ou, em casos mais extremos, no período noturno.

É preciso que fique claro que a lógica da nossa proposta de educação integral não tem aplicação exclusiva em escolas de tempo integral, ainda que, nessas circunstâncias ela pode ser mais completa; os princípios que defendemos devem valer, também, para o ensino regular parcial, diurno e noturno, bem como para as classes de EJA; é bom lembrar que, no Brasil, pouco menos de um quarto dos estudantes de ensino médio frequentam escolas no período noturno.

Educação de qualidade socialmente referendada

“Diálogos: as referências de um novo paradigma pedagógico”

Mesmo sem reconhecer as grandes avaliações, tais como Spaece, Prova Brasil/Ideb e Pisa, por exemplo, como os mecanismos mais adequados para avaliar os resultados dos processos de escolarização, é possível afirmar que os adolescentes e jovens terminam o ensino fundamental e o ensino médio apresentando sérias limitações nas elaborações e compreensões de textos e nas realizações de operações matemáticas, às vezes, elementares, o que indica que a escola não tem cumprido o seu papel social e político de “ensinar”, no entanto, esse fracasso não pode ser debitado nas contas pessoais dos alunos e de suas famílias ou nas dos seus professores, como tem sido feito, reiteradamente, pelo discurso oficial.

Os processos de democratização das matrículas no ensino fundamental, iniciado no final dos anos 1990 e continuados durante a primeira década deste século, somado às ampliações das vagas no ensino médio, no período subsequente, trouxeram para a escola contingentes de estudantes que, até então, estavam apartados da cultura numérico-letrada. Em boa parte dos casos, eram oriundos de famílias onde os elementos da cultura escrita (jornais, revistas, livros, etc.) eram raros, não havendo, portanto, quaisquer surpresas no fato de apresentarem, no início de suas escolarizações, baixas taxas de aprendizagens. Ocorre que os sistemas públicos de educação não se prepararam para acolhê-los, o que poderia ter sido feito se orientassem suas práticas pedagógicas para as necessidades desses estudantes.

Para evitar que esses mesmos desvios se repitam, defendemos que a rede escolar do estado do Ceará deverá elaborar “pedagogias adequadas” aos diferentes alunos de nossas escolas, tarefa que não é tão simples e rápida como gostaríamos, pois não pode ser entendida como sequências de treinamentos localizados de “novas e redentoras” práticas pedagógicas, que já estão prontas e editadas em certas coleções de livros ou apostilas disponíveis no “mercado de formação de professores”.

Nossa proposta pressupõe que a competência técnica se constrói a partir de um certo compromisso político, assim, antes de mais nada, o professor precisa compreender a densidade da tarefa – política – de ensinar crianças, adolescentes e jovens, filhos da classe trabalhadora. Desse modo, a proposta aqui defendida, parte de uma mudança na concepção do processo ensino-aprendizagem, atribuindo papéis ativos, ainda que diferentes, para professores/as e alunos/as, oposto às práticas de uma prática tradicional e bancária, ainda presente nas nossas escolas.

Nesse sentido, defendemos que os elementos pedagogicamente mais modernos a serem inseridos nas nossas práticas curriculares são os vários diálogos a serem vivenciados nas nossas escolas; quando falamos em “diálogos”, no plural, estamos nos referindo aos diálogos entre professores e estudantes, aos diálogos dos estudantes com seus pares e, claro, aos diálogos entre os estudantes e os conhecimentos escolares.

Essas interlocuções aqui defendidas, reconhecem as assimetrias das várias posições, o que significa não suprimir as autoridades dos professores e dos conhecimentos científicos, mas, ao mesmo tempo, reconhece, e valoriza, os conhecimentos trazidos pelos estudantes para às salas de aula. Não queremos negar a utilização dos artefatos e recursos midiáticos e internáuticos, no entanto, temos clareza que um

veículo moderno não garante uma prática pedagógica moderna, afinal, boa parte dos vídeos disponíveis na internet não passam de aulas tradicionais conteudistas. Usaremos os computadores e a rede do tamanho do mundo, mas segundo parâmetros distintos da simples observação/assistência ou do conhecido “copiar-colar”.

As formações, inicial e em serviço, de professor@s

Dados do Censo Escolar de 2016 (MEC/INEP, 2017) atestam faltar professores com titulações em todas as disciplinas do ensino médio; em disciplinas como Sociologia, Artes, Física e Filosofia, menos da metade dos profissionais têm formação superior de licenciatura ou de bacharelado com complementação pedagógica nas áreas em que lecionam; mesmo nas disciplinas com os melhores índices (Biologia, Língua Portuguesa, Educação Física e Matemática) mais de 20% dos profissionais não têm titulação adequada para os conteúdos com os quais trabalham.

Nessas condições, a, suposta, diversidade de itinerários formativos propostos pela Reforma do Ensino Médio, não se efetivará, pois, o mais provável é que as escolas das redes públicas se restrinjam aos itinerários possíveis de serem completados com os professores que dispõem nas suas lotações.

Uma das propostas do nosso governo é, utilizando a capilaridade das estruturas físicas e os quadros qualificados das três universidades estaduais, UECE, UVA e URCA, para implantar um programa de formação inicial de professores, que pode tomar o Parfor como referência, aperfeiçoando-o e ajustando-o às nossas necessidades.

Outra questão que deve merecer atenção do nosso governo é a formação continuada dos professores em serviço, que deve ter características distintas da formação inicial. Decorrente das novas compreensões do processo ensino-aprendizagem devem emergir novas compreensões dos papéis dos professores, coordenadores e alunos; entendemos que as apropriações de encaminhamentos dessas elaborações podem ser melhores construídas a partir de concepções, também diferentes, de formação de professores em serviço.

Não que se esteja, aqui, desqualificando as formações em nível de pós-graduação, *latu e strictu sensu*, o que se quer advogar é pela constituição de programas de formação em serviço, a serem desenvolvidos nas próprias escolas, assentados na constituição de grupos de estudo/trabalho formado pelos profissionais de cada escola; esses grupos, alimentados pelos seus coordenadores pedagógicos, poderão contar com assessorias das instituições públicas de ensino superior, para, juntos, discutirem encaminhamentos de questões oriundas dos problemas aglutinadores que emergem do cotidiano escolar. Trata-se de alimentar, no chão da própria escola, processos coletivos de elaborações pessoais.

Objetiva-se, desse modo, superar as práticas, razoavelmente comuns, de realizações de cursos curtos de formação, oferecidos nos intervalos dos períodos letivos, ou de reuniões periódicas de grupos de profissionais vindos de escolas e realidades distintas, cujos objetivos não podem ser maiores do que os

treinamentos de procedimentos, mais ou menos mecânicos, de aplicações de programas apostilados, como se estes pudessem dar conta da complexa problemática da escola brasileira neste começo do século XXI.

Dentro dessas concepções, os cursos de especialização ou mestrados profissionalizantes podem ganhar novos sentidos, se equacionados dentro de estratégias maiores, qual seja a da oportuna qualificação de profissionais que atuam a partir da administração central ou das regiões administrativas, cujas formações, hoje desatualizadas, têm estado abandonadas há muito tempo.

Instalações e equipamentos

A escola precisa se constituir em num lugar agradável de estar, onde estudantes sintam prazer em voltar no dia seguinte, desse modo, banheiros arejados e higienizados, refeitórios limpos, quadras esportivas, espaços de recreações e jogos, ambientes convidativos para leituras, pátios arborizados e jardins cuidados deveriam ser elemento naturais nas composições dos projetos arquitetônicos das escolas públicas. Salas de aula agradáveis, com adequados padrões de conforto térmico e luminosidade não podem ser privilégios de alguns.

Também defendemos que as instalações dos espaços escolares propiciem acessibilidades aos portadores(as) de deficiências, que devem ter condições de atendimentos que os coloquem em situação de igualdade, segurança e autonomia para que tenham possibilidades de elaborar as construções do conhecimento em igualdade de condições, coerentemente com nossa opção pela educação inclusiva.

Para além de garantir a agradabilidade dos espaços físicos), a escola precisa equipar-se com materiais que sejam importantes para estimular as diversificadas e criativas aventuras no campo da cultura. Mais do que ter agradáveis bibliotecas e salas de leitura é preciso garantir que nesses espaços crianças e adolescentes encontrem livros didáticos, para-didáticos e literatura infanto-juvenil, juvenil, revistas e uma variedade de outras publicações que possam conduzi-las pelas novas veredas que deverão abrir-se no mundo das letras.

Nossa gestão assegurará a navegação pelos mares da web, para tanto, dotará as escolas de equipamentos de informática e acesso à rede mundial de computadores, além de lhes garantir significativa quantidade de materiais lúdicos e educativos, disponíveis em mídia digital e com acessos locais.

Serão disponibilizadas instalações laboratoriais e materiais que ofereçam condições adequadas para que os experimentos, próprios das disciplinas de Ciências da Natureza, por exemplo, possam constituir-se em elementos usuais das elaborações dos conteúdos, aliados à nova compreensão da relação ensino-aprendizagem que defendemos.

De modo semelhante, as vivências com linguagens artísticas (artes musicais, dramáticas e plásticas) serão valorizadas como estratégias de ampliação do papel educativo das escolas, entendendo-as como relevantes para o desenvolvimento pleno das potencialidades e sensibilidades. Para tanto, serão garantidos espaços condições para que professores e alunos constituírem-se em grupos, ensaiar e produzir peças teatrais, apresentações de dança ou de grupos musicais.

Naturalmente, e mantendo orientações semelhantes, as atividades esportivas também serão estimuladas e, para dinamizar jogos e brincadeiras, além dos espaços de recreação e das quadras desportivas, que são essenciais, serão disponibilizados aos professores de educação física materiais e equipamentos específicos (bolas para jogos diferentes, além de redes, colchões, bastões, fitas, arcos e similares) que possibilitem o acesso ao amplo acervo histórico da cultura corporal.

Financiamento da educação pública

Passada a promulgação da lei 13.005, de 25 de junho de 2014, com sua meta de destinação de 10% do PIB para a educação pública, passados os prazos para homologação do CAQi, de sua implantação e da definição do CAQ, sem que essas estratégias tenham sido cumpridas, fomos, de algum modo, surpreendidos pela facilidade com que o governo golpista de Michel Temer conseguiu aprovar um conjunto de reformas que representam enormes retrocessos sociais.

É certo que a emenda do teto dos gastos federais (Emenda Constitucional 95/2016) afetará pouco o financiamento da educação básica, uma vez que nela não estão incluídas as transferências constitucionais relativas às cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário-educação e as complementações da União para o Fundeb (EC 95/2016, Art. 107, §6º).

É importante lembrar que, embora os “repasses” para estados, distrito federal e municípios, não estejam “congelados”, o orçamento do MEC será atingido, afinal os gastos federais o estarão [3]; em função disso, serão diretamente afetados programas como os de construções de escolas, incluindo as creches ou de formação de professores da Educação Básica, por exemplo.

É bom não esquecermos que o Fundeb, cuja vigência deve terminar em 2020[4], tem se mostrado insuficiente para garantir condições que possam ensejar relações de ensino-aprendizagens de qualidade, ao mesmo tempo, considerando as tramitações da PEC 15/2015 (na Câmara dos Deputados) e da PEC 24/2017 (no Senado Federal), que tornariam permanente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, defendemos:

1. a manutenção do critério de distribuição dos recursos em função do número de matrículas,
2. que na distribuição dos recursos desses fundos sejam tomadas como referências os valores propostos pelo CAQi, primeiramente, e depois pelo CAQ, como proposto pelo Plano Nacional de Educação 2014/2024 (estratégias 20.6 e 20.8) e
3. que a complementação da União, ação que pode, de fato, diminuir as desigualdades regionais nos investimentos *per capita* em educação, aumente progressivamente até atingir o valor de 50% dos recursos aportados pelos estados, pelo distrito federal e pelos municípios.

Contra os Retrocessos Curriculares

Quando imaginávamos caminhar para maiores graus de consolidação da nossa democracia, com avanços, ainda que tímidos, na efetivação de direitos, eis que se fortaleceram movimentos sociais e partidários que têm conseguido avançar na defesa de pautas retrógradas, como o são a militarização das escolas públicas, o movimento Escola sem Partido e a cruzada moralista daquilo que eles adjetivaram como Ideologia de Gênero; depois de um período de oxigenação e arejamento da nossa vida política e social, parece que entramos em nova quadra moralista e conservadora, repetindo os ciclos que têm marcado nossa vida política, desde o advento da República.

Militarização das escolas públicas

Apoiados em uma leitura linear e factual da violência que assola os grandes aglomerados urbanos, com as naturais ramificações que se estendem, também, para as escolas, e sem preocupações em compreender, e neutralizar, as raízes desse quadro, tem crescido o entusiasmo de governos, e porque não dizer, também de parte da população, pela proposta de militarização das escolas públicas. Há algum tempo, o estado de Goiás introduziu essa concepção de gestão escolar em uma dezena de escolas e, mais recentemente, a Bahia fez o mesmo; no Ceará, um dos pré-candidatos ao governo estadual, não por acaso, um general, já anunciou sua intenção de incluí-la no seu programa de governo.

Assim, a chamada "militarização" das escolas surge como uma resposta rasteira à crescente violência urbana, assentada numa lógica onde a disciplina rigorosa, é um princípio e a obediência incontestável é um valor a ser cultivado, o que fere, de morte, um dos princípios constitucionais, que é o do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas (Constituição Federal, Art. 206, inc. III).

Nós, do PSOL, que defendemos uma educação emancipadora, plural e crítica por excelência, vinculada às compreensões das vivências dos indivíduos/cidadãos, vivências essas que se ampliam, geográfica e temporalmente, à medida que avança o processo de escolarização, colocamo-nos, frontalmente, contrários a lógicas escolares castradoras, como o é a da militarização das escolas públicas.

Ideologia de Gênero

Durante a tramitação do Plano Nacional de Educação (Projeto de Lei 8035/2010) na Câmara dos Deputados e no Senado Federal emergiu um movimento, inicialmente capitaneado por setores ultra-conservadores da Igreja Católica, contra uma proposição que eles tipificaram como “ideologia de gênero”.

O texto apresentado pelo relator do PL 8035/2010, Deputado Ângelo Vanhoni, à comissão especial da Câmara dos Deputados, designada para apreciá-lo, propôs entre as diretrizes do PNE a “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual” (Substitutivo ao PL 8035/2010, art. 2º, inc. III; 2º Substitutivo, abr/2012).

A partir de então, iniciou-se um vigoroso ataque contra quaisquer tipos de citações da expressão “gênero”, subvertendo o sentido da proposta original, a da superação das desigualdades nas escolas, transformada, de um momento, para outro, no grande fantasma que parece abalar os alicerces da “família brasileira”. Organizado nacionalmente, esse movimento contou com as adesões dos evangélicos e conseguiu suprimir as citações das expressões “gênero” e “orientação sexual”, não somente no PNE, como, também, nos planos estaduais de educação e nos planos municipais de educação, dos quais, o Plano Estadual de Educação do Ceará e o Plano Municipal de Educação de Fortaleza são, apenas, dois exemplos.

É importante que se frise que, diferente do que os conservadores apregoam, nunca se propôs que a escola brasileira devesse “ensinar a ser” gay, lésbica, travesti ou transexual; nós do PSOL entendemos que tais elementos fazem parte dos traços identitários, portanto do campo pessoal, dos indivíduos.

Como uma sociedade democrática, que queremos ser, o que advogamos é o respeito social, portanto coletivo, “ao outro”, qualquer que seja “esse outro”; por isso, somos veementemente contrários a quaisquer tipos de discriminações, dentro ou fora das escolas, sejam elas discriminações étnicas, regionais, de gênero ou de orientação sexual.

Escola sem Partido

Embora tenha sido criado, pelo advogado Miguel Nagib em 2004, o Movimento Escola sem Partido veio a ganhar visibilidade depois que o deputado estadual Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), lhe solicitou um projeto de lei com esse teor, documento que passou a ser identificado como “Programa Escola sem Partido” e que foi, quase sem modificações, apresentado em várias casa legislativas; são exemplos, os projetos de lei apresentados pelo deputado federal Izalci Lucas (PSDB-DF), senador Magno Malta (PR-ES) e pelo vereador Carlos Bolsonaro (PSC-RJ). No Ceará ele foi proposto pela deputada estadual Dra. Silvana, do PMDB (PL 273/15).

Entre um sem número de equívocos e contradições que a proposta trás, ela parece desconsiderar que os processos educativos se desenvolvem em todos os espaços de interações e convivências sociais, como o são a família, a comunidade, a escola, a igreja e o trabalho, por exemplo, e ao fazê-lo, confunde, e mistura, a educação familiar, que ocorre no espaço privado e individual, com a educação escolar que é essencialmente pública e social, portanto coletiva. Outro “pecado” grave que a proposta comete é desconsiderar a Constituição Federal, que propugna, como um dos princípios do ensino a “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber” (Constituição Federal/1988, art. 206, inc. II).

Não nos surpreendemos que essas revoltas, até certo ponto raivosas, contra os papéis libertadores que pode cumprir o processo de escolarização se expressem, precisamente, no momento em que, pretendendo construir uma escola democrática, republicana e laica, se procurava avançar nas lutas emancipatórias do povo brasileiro. A escola que defendemos, deve ser pública, democrática e republicana, orientada para formar o cidadão crítico e não o fiel submisso; é fundamental que o Estado seja laico, até para poder acolher e garantir as práticas de todas as religiões e de todos os credos!

Educação Universitária

“POR UMA POLÍTICA DE ESTADO PARA AS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO CEARÁ (UECE, URCA, UVA)”

Considerando a importância de uma política pública para as universidades estaduais achamos necessário apresentar as principais demandas que movem a médio e longo prazos, exigindo do governo ações concretas.

Os governos dos últimos vinte e cinco anos vêm tratando as universidades estaduais cearenses como um problema, um transtorno que estaria indevidamente colocado no rol das responsabilidades do poder público estadual. Uma primeira mudança necessária seria a de alterar esta percepção. As Universidades, ao contrário do que os governos dos anos recentes têm pensado, são um extraordinário instrumento de desenvolvimento, um trunfo nas mãos de um governante que persiga um projeto estratégico de desenvolvimento econômico, social e político-cultural do Estado do Ceará.

Enraizadas em todas as macrorregiões do Ceará, a UECE, a UVA e a URCA constituíram ao longo de 40 anos um inestimável patrimônio de conhecimento nos campos da cultura, da ciência e das artes. Parte significativa da pesquisa científica produzida no estado do Ceará e na região Nordeste radica nas universidades estaduais. A excelência de seu trabalho nos campos das ciências da informação, da medicina veterinária, das ciências básicas, das ciências humanas e sociais, da educação e da formação docente é inestimável. Hoje, nenhuma região cearense existe sem a marca da produção científica e técnica e sem a presença dos profissionais egressos dos bancos das estaduais.

Contudo, exatamente pela percepção negativa que as gestões públicas vêm tendo com respeito a elas, há uma precária relação entre a produção acadêmica e as políticas desenvolvidas pelas variadas áreas do Governo. Nas raras ocasiões em que esta relação se estabelece, os gestores se orientam por uma atitude utilitarista e imediatista para com as instituições universitárias. Não são raros os exemplos em que o Governo privilegia a celebração de acordos e convênios com instituições privadas em detrimento de seu próprio equipamento público.

Assim, o corolário lógico desta atitude tem sido uma política de extrema má vontade para com as instituições de ensino superior do Estado, ao mesmo tempo em que tendente a iniciativas de controle institucional e intelectual das mesmas, que ameaçam a autonomia necessária ao trabalho acadêmico.

É esta postura dos governantes que tem levado os docentes, discentes e servidores técnico-administrativos a protagonizarem seguidas mobilizações e movimentos grevistas, cujos resultados têm logrado importantes conquistas, na contramão da vontade manifesta dos seguidos governos. A elevação das verbas, os poucos concursos para docentes, a concessão ocasional de verbas para assistência estudantil tem sido, se não na totalidade, em grande parte, resultado destes movimentos protagonizados pelas comunidades universitárias das três universidades estaduais.

Ainda assim, o quadro de nossas universidades é muito preocupante. Se houve relativa melhoria na carreira dos docentes e na estrutura física das instituições, situações como a da reposição de pessoal docente e técnico-administrativo (setor, aliás, que, em quarenta anos, nunca foi contemplado com concurso público, se encontra destituído de carreira e está virtualmente em extinção), o descumprimento da prescrição constitucional quanto à destinação de um quinto dos 25% do orçamento estadual destinados à educação (isto é, 5% das verbas vinculadas à educação), a indevida interferência governamental no âmbito da autonomia universitária são pontos críticos que ameaçam a sobrevivência mesma de nossas instituições.

Ademais, há uma possibilidade real de colapso no funcionamento das três universidades estaduais fruto da carência levantada por suas Administrações Superiores e que se eleva a 789 professores, além de uma situação completamente anômala na esfera dos servidores técnico-administrativos, onde há mais trabalhadores terceirizados do que efetivos e onde o quadro efetivo se esvai rapidamente dada a enorme previsão de aposentadorias, produto do fato de que, como já dito, jamais foi realizado concurso para o setor desde que a primeira das universidades estaduais foi criada, em 1975. Até 2017, todos os atuais servidores estatutários já terão tempo de serviço e contribuição para se aposentarem.

O déficit de democracia e autonomia acadêmica e administrativa é outra marca negativa de nossas instituições. As universidades não têm autonomia para fazer praticamente nada. Qualquer ação, das mais simples às mais complexas, passa pelo crivo do Governo e, não raro, do próprio governador pessoalmente. A autonomia financeira com financiamento público não passa de uma distante aspiração, quando estados, como a Bahia e a Paraíba, dentre outros, já avançaram significativamente nessa direção.

Sem sermos exaustivos, apresentamos abaixo duas esferas de demandas apelando para que o governo em curso e o próximo governante abram conversações com o movimento grevista para que se possa chegar a uma solução do impasse ora instaurado. As demandas constituem necessidades emergenciais e estruturais cuja resolução exige ações no curto, médio e longo prazos.

Demandas emergenciais

- 1 Realização de concurso público para professor efetivo, com edital para uma primeira etapa emergencial em tempo de atender as necessidades de funcionamento das IEES no primeiro semestre letivo de 2019.1.
- 2 Estabelecimento de calendário de certames com vistas à reposição das carências de pessoal docente e técnico e administrativo das IEES.
- 3 Compromisso com a continuidade das melhorias já consignadas como fruto das últimas conquistas do movimento, como: a Lei de Regulamentação da Carreira de Professor Associado, aditivo à licitação da obra de expansão e modernização da FACEDI/UECE, inclusive com a implantação do novo curso de graduação desta faculdade já acordada com o atual governo (22 vagas de professor efetivo), manutenção da verba da assistência estudantil, nomeação dos 31 professores concursados e convocados da URCA, UVA e UECE, realização de concurso para técnico-administrativo das IEES.

- 4 Realização de audiência com as entidades representativas das comunidades universitárias na primeira semana do novo governo, com a finalidade de discutir os encaminhamentos dos itens assumidos na Carta Compromisso de 22 de outubro do ano em curso.

Demandas de médio e longo prazos.

- 1 Elaboração de lei específica regulamentando a autonomia de gestão financeira, acadêmica e administrativa das universidades estaduais cearenses, com o cumprimento do repasse dos 5% mínimos estabelecidos na Constituição Estadual, deflagrando um processo de crescente vinculação legal de recursos tributários e/ou orçamentários à altura das necessidades postas pelo ensino, pesquisa e extensão dessas instituições;
- 2 Garantia de processos democráticos nas universidades estaduais, estabelecendo os instrumentos legais que garantam eleições democráticas dos gestores com a mais ampla participação dos vários segmentos, assegurando que o processo se esgote nos limites da própria instituição, o que implica a revogação da lei que determina a lista tríplice para escolha do reitor e vice-reitor pelo Governador.
- 3 Instauração de uma política de reposição automática de vagas permanentes causadas por mortes, exonerações e aposentadorias de docentes;
- 4 Concluir a regulamentação do PCCV dos docentes das universidades estaduais por meio de adoção de Lei que regulamenta o seu Art. 35, que trata de Gratificação por Trabalho em Condições Especiais (periculosidade e insalubridade);
- 5 Garantia de instauração de um plano de carreira que mantenha de forma constante a valorização salarial e a capacitação profissional dos servidores técnico-administrativos, além da adoção de lei específica para a criação de cargos de servidores técnico-administrativos, com a realização de concurso para provimento desses cargos;
- 6 Progressiva extinção da terceirização e precarização de servidores estaduais, através de um programa gradual de substituição dos terceirizados por servidores de carreira;
- 7 Equiparação dos salários dos professores substitutos aos salários dos efetivos de mesma titulação consoante a fórmula: salário do substituto = vencimento base + gratificação de incentivo profissional + gratificação de efetiva regência do professor efetivo (conforme Lei 14.116/2008). Estrito respeito à Lei Complementar 14/1999 que regulamenta a seleção e contratação de professores substitutos;
- 8 Destinação de 40% de vagas em todos os editais de pesquisa da FUNCAP para as instituições públicas estaduais; abertura de editais específicos para instituições estaduais; fim das cláusulas de exclusão para a concessão de bolsas de Iniciação Científica;
- 9 Aprovação da lei de Assistência Estudantil das universidades cearenses que já tramita na Assembleia Legislativa, garantindo condições dignas de permanência e estudo;

10 Favorecimento à realização de estatuintes democráticas e autônomas envolvendo os três segmentos (docentes, estudantes e servidores técnico-administrativos) que compõem as universidades visando ampliar a democracia interna das universidades estaduais cearenses.

11 Investimento na expansão, modernização e adequação da estrutura arquitetônica das universidades estaduais cearenses, garantindo também a acessibilidade e o apoio didático-pedagógico aos alunos e professores com deficiência e/ou limitações físicas.

Precarizados, professores substitutos recebem apenas 9% do total de despesas com pessoal da UECE

“Entre 2012 e 2017, gastos com Contratados por Tempo Determinado aumentou 88,51%”

O estudo “A análise do orçamento das Universidades Estaduais” encomendado pelo Fórum das Três Seções Sindicais traz dados alarmantes sobre a realidade da educação pública superior no Ceará. Segundo o levantamento, as despesas com salário dos professores substitutos/temporários representam, em média, apenas 9% dos gastos com o pessoal da UECE. Na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), em Sobral, a situação ainda é pior; lá, as despesas com os “contratados por tempo determinado” equivalem a apenas 7% do total de gastos com pessoal da instituição (na URCA esse percentual chega a 13%).

Apesar da aprovação da lei do incremento salarial, a disparidade entre docentes efetivos e substitutos é vista no tipo de vínculo; enquanto os primeiros fazem parte do quadro permanente de servidores das instituições, os segundos são contratados por um período máximo de dois anos. Além de menos direitos trabalhistas, os números confirmam a precarização do trabalho docente por parte da gestão do governador Camilo Santana, uma vez que, segundo o mesmo estudo, 1 em cada 3 professores das universidades estaduais é substituto/temporário.

A pesquisa encomendada pelas três seções sindicais revela ainda uma tendência de crescimento da precarização das condições de trabalho dos docentes nas estaduais do Ceará. De acordo com o recorte do trabalho, houve um crescimento de 88,51% entre os anos de 2012 e 2017 no valor dispendido para pagamento de professores temporários na UECE. Isso significa dizer que, do aumento nominal de 32,24% com gastos de pessoal verificado na Universidade Estadual do Ceará, apenas 27,77% equivale a despesa com servidores efetivos (como a inflação registrada pelo IPCA no período foi de 44,44%, esse crescimento nominal não equivale ao aumento real; considerada a inflação, verifica-se um decréscimo em relação aos efetivos).

Além da precarização do trabalho docente via aumento de contratação de professores temporários, os números mostram que os docentes efetivos também não escapam do processo de precarização. Nestes últimos, ela ocorre via deterioração salarial, uma vez que, como mostra o estudo, considerada a desvalorização da moeda (inflação) no período de 2012 a 2017, as despesas com pessoal efetivo na UECE decresceram 16,67%.

Na UECE, por exemplo, a carência de professores/as chega a 31%. De acordo com os dados da pesquisa, dos 1.107 docentes que lecionam pelas oito unidades de ensino da instituição apenas 761 fazem

parte do quadro permanente. “Quando analisamos individualmente a situação de cada universidade, a situação torna-se mais alarmante. No caso da UECE, dos 1.107 professores, 761 são efetivos – o que representa 69% do total, 341 são substitutos, e 5 são visitantes. Ou seja, 31% do quadro tem um vínculo precário de contratação e remuneração muito inferior à dos efetivos”, diz um trecho do documento.

A situação da UECE só não é pior do que a da URCA – a Universidade Regional do Cariri. Segundo o levantamento, esta última possui apenas 60% do seu quadro composto por professores/as permanentes. Como a instituição possui 644 docentes, 256 deles são substitutos/temporários – ou seja, 40%.

Além de não fazerem parte do Plano de Carreira do grupo ocupacional do estado ligado ao Magistério Superior (MAS) (e, por conseguinte, terem um salário inferior e menos direitos), os/as professores/as substitutos/as possuem um contrato de trabalho por tempo determinado. Apesar de recentemente lançar concurso público para suprir o mesmo déficit de vagas de docentes nos ensinos fundamental e médio, o governo Camilo Santana não mencionou nada acerca da falta de professores/as nas universidades estaduais.

O estudo lembra que a Emenda Constitucional N. 88 (EC-88/2016) criou, em 2016, um novo regime fiscal para o Ceará. Na prática, tal emenda à constituição estadual vai na mesma direção da EC-95 – a famigerada “PEC dos Gastos” do governo ilegítimo de Michel Temer. Embora a EC-88 tenha excluído do limite dos gastos (e de sua correção segundo a inflação do ano anterior) a educação e a saúde, a pesquisa recorda que a educação superior é vinculada à Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia (SECITECE), e não a SEDUC (Secretaria Estadual de Educação). Com isso, as universidades estaduais são atingidas pela emenda constitucional – proposta pelo governo Camilo Santana e aprovada pela ALCE em dezembro de 2016 – que impõe limites às despesas primárias correntes.

Investimento em pesquisa do Governo Camilo segue abaixo do que manda a Constituição Estadual

Os dados aqui apresentados demonstram que em nenhum ano entre o período de 2012 a 2017 o Estado do Ceará aplicou o percentual mínimo de 5% (cinco por cento) da Receita Tributária Líquida previsto no Art. 224 da Constituição Estadual. Bem como não o fez com o percentual mínimo de 2% (dois por cento) da Receita Tributária Líquida em Pesquisa, conforme previsto no Art. 258 da mesma Constituição” (Ibidem, p 72; ênfase nossa).

Conforme demonstrado nesse trabalho, o Governo do Ceará não tem aplicado os 2% (dois por cento) Análise do orçamento das Universidades Estaduais do Ceará da Receita Tributária Líquida do Tesouro Estadual com a FUNCAP, conforme previsto no Art. 258 da Constituição Estadual. A média percentual de repasse orçamentário no período foi de apenas 0,31%”, (Rocha, 2018, p. 70-1). “constatamos a necessidade de ampliação nas ações de incentivo e investimento público nas Universidades Estaduais para que os indicadores supracitados possam representar um avanço para a educação superior do Estado do Ceará, como: aumento na quantidade de concessão de bolsas pelas agências de fomento; ampliação no número de cursos de mestrado e doutorado; apoio técnico e financeiro às pesquisas; apoio técnico e financeiro à

produção de livros de professores e alunos e à publicação da produção científica de professores em revistas indexadas; ampliação e modernização da infraestrutura física e do acervo bibliográfico da pós-graduação; e por fim, investimento em recursos humanos com uma política de qualificação e remuneratória”, (Ibidem, p. 71).

Orçamento das Estaduais do Ceará: Governo Camilo não cumpre o que determina a Constituição Estadual e destina menos de 5% da Receita Corrente Líquida – RCL.

Compreendemos que o arrocho orçamentário em que se encontram as Universidades Estaduais do Ceará, conforme demonstrado nos capítulos anteriores deste trabalho, tem sido proporcionado por um conjunto de fatores, um deles foi o impacto das Emendas Constitucionais nº 95/2016 (federal) e 88/2016 (estadual) que implantaram o novo regime fiscal. Essas medidas fazem parte de um projeto de longo prazo de desmonte da proteção social brasileira, e de manutenção da capacidade do Estado em cumprir sua principal função, qual seja, manter a capacidade de produzir superávits primários que serão sugados pelos mecanismos do endividamento público.

A referida EC nº 88/2016 é expressão cabal da tese já anunciada segundo a qual a apropriação do fundo público é uma pilastra da valorização do capital, ainda mais no atual padrão de acumulação com dominância financeira.

Todavia, o descaso com a educação superior no Ceará é anterior a esta emenda constitucional.

Salários dos servidores do magistério superior das universidades estaduais do Ceará acumulam perdas de 20%

Ao comparar o somatório do percentual de reajustes concedidos pelo Governo do Ceará entre 2012 a 2017 com a inflação acumulada do período – calculada pelo Banco Central do Brasil por meio do índice do IPCA, no valor de 44,44% – verificamos uma perda salarial de -17,71% dos servidores cearenses. E essa perda aumenta na medida em que são analisadas as promoções e progressões na carreira docente. Identificamos, conforme apontado nesta pesquisa, que o percentual de crescimento nominal da Remuneração dos professores que fazem parte do Grupo Organizacional do Magistério Superior do Ceará na mesma Referência de uma Classe foi de 33,54% entre os anos de 2011 a 2018. Entretanto, quando considerada a inflação acumulada para o período, aferida pelo IPCA no valor de 54,91%, constatamos, na realidade, um decréscimo de -21,37% na remuneração dos docentes” (Ibidem, p. 73; **negrito original; sublinhado nosso**).

Superávit do PIB, Congelamento Salarial e Pagamento de Juros e Amortizações.

“Não custa lembrar que o Estado do Ceará, mesmo nos anos de “crise”, registrou em seus Balanços Patrimoniais expressivos superávits entre os anos de 2012 a 2017, – com exceção à 2014, ano da copa. Contraditoriamente os superávits aumentaram consideravelmente em 2016 e 2017 – quando atingiram a

marca de R\$ 1,41 bilhões e R\$ 1,44 bilhões, respectivamente – 74 Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) justamente nos anos em o governo não concedeu reajuste para os servidores e posteriormente o fez com um índice de apenas 2%.

Ora, se anualmente “sobram” recursos no caixa do Estado, então onde eles estão sendo gastos? A resposta é simples, na remuneração do capital financeiro, por meio do pagamento dos Juros e Amortização da Dívida Pública. Em 2015 foram destinados exatos R\$ 1.103.908.212,00 (um bilhão e cento e três milhões) para este fim. Em 2016 e 2017 o valor só aumentou, chegando a R\$ 1.292.853.379,00 (um bilhão, duzentos e noventa e dois milhões) e R\$ 1.440.671.062,00 (um bilhão, quatrocentos e quarenta milhões), respectivamente.

Em valores percentuais, em 2015 o Estado do Ceará pagou o percentual de 5,22% de Juros e Amortização da Dívida Pública sob o seu Orçamento, em 2016 foi de 5,65% e em 2017 foi de 6,01%”, (Ibidem, p. 73-4).

Educação e Juventude.

O ponto de partida para a construção de uma política de educação para as juventudes é o reconhecimento de que esses sujeitos sociais desenvolvem diferentes experiências e trajetórias de vida que determinam particularidades a partir dos diferentes contextos socioambientais e educacionais, nos levando a considerar a existência de juventudes. Para acompanhar tal dinâmica é preciso fortalecer dentre outros vínculos, aqueles relacionados a educação, para qual dedicamos as seguintes propostas:

1. Garantir a participação das juventudes na elaboração das políticas pública de educação;
2. Garantir a universalização da educação básica, melhorando a sua qualidade, e ampliar a oferta de cursos de alfabetização para as juventudes;
3. Promover a integração entre escolas e comunidades, de modo que a juventude tenha acesso aos equipamentos da escola e participe de decisões dela.
4. Promover uma escola estruturalmente integral.
5. Garantir que a escola esteja disponível para a juventude no fim de semana.
6. Promover, para a juventude, uma educação integral onde sejam consideradas as formações humanas, artísticas, esportivas, teóricas, além da formação técnico-científica.
7. Articular ações de educação profissional e educação básica, buscando a elevação do nível de escolaridade e concebendo a educação profissional como formação complementar à educação escolar.
8. Garantir recursos para o financiamento de programas de formação profissional com bolsas de estudos para jovens;
9. Garantir conteúdos curriculares que valorizem a consciência participativa, política e cidadã das

juventudes. (associativismo, o cooperativismo, as diversidades e o conhecimento de questões relativas ao meio ambiente, História da África e da cultura afro-brasileira) no Ensino Fundamental e Médio; e temas relativos as questões sociais que possibilitem o pensamento crítico e criativo;

10. Adotar iniciativas relativas à arte-educação e ao esporte para que a escola seja vista como um espaço de sociabilidade saudável.
11. Incentivar a incorporação de estudos em educação ambiental, nas perspectiva da justiça ambiental.
12. Garantir a inclusão de temas relativos ao consumo de drogas e redução de danos, violência sexual, gênero, trabalho explorador, doenças sexualmente transmissíveis e planejamento familiar nos conteúdos curriculares do Ensino Fundamental e Médio;
13. Ofertar educação pública, popular e de boa qualidade, com formação continuada dos/as trabalhadores/as em educação garantindo as condições físicas para que as escolas funcionem;
14. Promover a capacitação profissional dos/as educadores/as, para que estejam preparados/as para lidar com a diversidade e criar espaços nas escolas para debater temas relacionados à inclusão social dos diferentes segmentos juvenis;
15. Garantir a participação dos/as jovens nos processos de eleição para diretor/a;
16. Garantir a acessibilidade para jovens com necessidades especiais de locomoção;
17. Garantir condições específicas para o atendimento ao direito à educação dos jovens moradores de rua;
18. Possibilitar a inclusão digital de jovens através de pólos de navegação da internet em diferentes equipamentos públicos – escolas, centros comunitários, terminais de ônibus, apoiando e favorecendo as iniciativas que utilizam softwares livres.

Educação e Pessoas com Deficiência

19. Garantir inclusão a partir do estabelecimento de um sistema estadual de ensino sem discriminação com base na deficiência;
20. Garantir que todas as escolas sejam dotadas de recursos suficientes, profissionais capacitados e bem remunerados,
21. Implantar métodos pedagógicos que permita o acesso e a permanência das pessoas com deficiência a uma educação de qualidade, nos termos do artigo 24 da Convenção Internacional e da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva;
22. Implantar cotas de acesso para as pessoas com deficiência às universidades estaduais, como já acontece nas instituições federais de ensino.

23. Regulamentar e garantir o acesso ao profissional de apoio de que necessitam muitos alunos com deficiência.

Educação e LGBT

24. Garantia da laicidade na Educação.

25. Implementação de uma educação em Direitos Humanos.

26. Formação dos profissionais da Educação para que passem a integrar a diversidade em suas atividades,

27. Fomento à produção e divulgação de soluções pedagógicas que eduquem para a diversidade.

28. Garantia, cotidiana e formalmente, o uso do nome social por parte de pessoas trans;

29. Garantia que estudantes trans e travestis tenham acesso ao banheiro de acordo com sua identidade de gênero.

30. Criação grupos de mediação de conflitos relacionados à homofobia, lesbofobia e transfobia, abrangendo educadores, alunxs, familiares e comunidade.

31. Concursos públicos abertos a temas relativos à diversidade.

32. Monitoramento da LGBTfobia nas escolas, priorizando unidades maiores e onde haja notícia de maior discriminação ou de grande número de pessoas LGBT;

33. Destinação de cotas para travestis e transsexuais em concursos públicos estaduais e nas Universidades Estaduais como política emergencial de inclusão, aliadas a políticas de permanência das pessoas transgênero na Universidade e promoção de equidade;

SAÚDE

O Programa de Governo se fundamenta na compreensão de que saúde é uma questão biológica, social, política, cultural, econômica, psicossocial. Partimos da compreensão da saúde considerando a sua determinação social e as implicações das várias dimensões da vida na produção dessa saúde que queremos. Defendemos a saúde como um projeto de organização de uma sociedade mais justa e igualitária que atue na defesa da equidade em saúde e da justiça social. Nosso programa de governo se fundamenta nos pressupostos da Reforma Sanitária Brasileira, entendido como um movimento social que não se reduz à defesa da organização de sistema e serviços de saúde, mas na compreensão da saúde como a construção de um novo projeto de sociedade; como desenvolvimento de cidadania e de justiça social.

Estamos atravessados pela clínica e pela política, em cada chão de terra molhada, em cada canto do sertão, em cada comunidade urbanizada pelo desamparo e pela busca de dias melhores; em cada grito de *Dandaras*, em cada vítima de chacinas, em cada negro, negra, gay, lésbica, transexual que sofrem com o preconceito e com a exclusão social e do direito à saúde. Não se faz clínica sem política, não se faz política sem saúde e não se faz saúde sem clínica e política juntas. Esta complementaridade entre clínica e política orienta a prática em saúde para compreensão da determinação social da saúde, isto é, dos seus múltiplos contornos psicossociais, econômicos, culturais e políticos.

Queremos caminhar por um Estado em que as cidades não sejam entrecortadas por espaços invisíveis, em que homens e mulheres sejam ignorados ou destituídos de seus direitos de existir. Queremos um cenário de vida, onde a desigualdade social não seja a marca que define as nossas relações. Queremos viver em um lugar onde as crianças possam ser crianças e que abusos não sejam permitidos. Que as mulheres possam fazer do seu corpo o que bem entender, ser livre para escolher o que vestir e para onde ir, sem ter que lidar com a violência cotidiana e legitimada pelo machismo e misoginia. Queremos viver a beleza de amar a quem e do modo que queremos, sem ter que lidar com a violência e preconceitos oriundos da lgbtfobia. Queremos ser bem atendidos, cuidados, respeitados, por profissionais e serviços de saúde preparados para lidar com as necessidades do indivíduo e da coletividade, garantindo que cada vida importa. Queremos ser profissionais de saúde bem remunerados, qualificados, apoiados e valorizados para que tenhamos ânimo e disponibilidade para prestar o melhor atendimento possível. Queremos ter um sistema de saúde bem desenhado, organizado, financiado para que cada cidadão possa acessá-lo, independentemente de sua condição econômica e social. Queremos que a saúde para todos seja prioridade no Estado do Ceará.

A PNAD/IBGE de 2005 a 2015 aponta um crescimento exponencial da população do Estado, chegando a 8,6 milhões de habitantes no último ano, com uma pirâmide etária que se modifica ao longo do tempo, mantendo um contingente jovem significativo, mas apontando para o envelhecimento populacional. O Ceará tem uma capital que é campeã nacional de homicídios, envolvendo principalmente negros e jovens que vivem em áreas de exclusão social. O Estado apresenta, ainda, uma razão de dependência significativa (58,5), maior do que a região e o país, embora sua taxa de fecundidade tenha caído nos últimos anos. 71,1%

da população do Estado, segundo a pesquisa, é preta ou parda, mas a proporção de distribuição de riqueza se concentra na mão da minoria branca.

O Ceará apresenta a vergonhosa taxa de analfabetismo de 14,2% em 2017, agravada por grupo de idade, chegando a 45% em 2015 entre pessoas com mais de 60 anos. A taxa de analfabetismo funcional é de 27,1% e a média de anos estudados das pessoas com 25 anos ou mais é de 6,4% em 2015. Somente 37% da população de 19 anos ou mais terminou o ensino médio e somente 7% da população com 25 anos ou mais têm nível superior. 27,6% da população de jovens de 15 a 29 anos não estuda nem trabalha. O rendimento domiciliar per capita médio mensal real é de 622 reais em 2015. O Índice de GINI do rendimento domiciliar per capita médio mensal real é de 0,49 e 8,7% da população vive em extrema pobreza.

Segundo o IPECE, em 2016 a mortalidade infantil no Estado é de 15,5 por mil habitantes; menor do que a média da região e maior do que o país. Para o próprio Governo do Estado, o Ceará não consegue alcançar os índices médios de desenvolvimento humano. Segundo esse mesmo documento, a pobreza está distribuída em todo o estado e a cobertura de saneamento de 51,9% é muito inferior aos 80,6% do Brasil. (Governo do Estado do Ceará, 2017).

Além disso, o estudo também analisou as condições de acesso à água potável, obtendo resultados semelhantes. Enquanto 83,3% dos brasileiros são servidos por abastecimento de água tratada, no Ceará esse percentual cai para 64,04%. Portanto, as condições de saneamento e acesso à água potável são piores no Ceará do que no conjunto do país, o que é especialmente preocupante devido ao enorme impacto que essa situação tem na saúde da população.

Com a mudança na pirâmide etária e o aumento na expectativa de vida, há uma ampliação no quadro das doenças crônicas. No entanto, para um estado que não garante os direitos sociais e mantém seus bolsões de exclusão, o Ceará enfrenta o que alguns chama de tripla carga de doenças: doenças crônicas emergentes, a manutenção da mortalidade por doenças infecciosas como tuberculose, hepatites e um quadro alarmante de causas externas com a epidemia de violência e acidentes de trânsito, fruto da desigualdade e da desorganização urbana.

A mortalidade materna, apesar de decrescente, ainda apresenta a vergonhosa taxa de 50 por 100 mil, e um crescimento exponencial de partos cesarianos, apesar das recomendações internacionais sugerirem o contrário. Há, ainda, alta incidência de arboviroses e doenças infectocontagiosas, muito relacionadas aos problemas sociais e econômicos, falta de saneamento básico e a educação ineficaz.

Os indicadores de saúde são um reflexo das políticas históricas de governo que não investiram em mudanças estruturais, que contribuíram para a desigualdade social presente, que não quebraram os muros da invisibilidade e construíram um sistema fragmentado e desorganizado. O Estado do Ceará não privilegiou seus grupos sociais vulneráveis, indígenas e quilombolas vivem isolados e a maioria de mulheres que superlota as emergências em busca de solução para seus males não é valorizada ou cuidada como se deve. Para um governo que privilegia o socialismo como sistema político e a liberdade como

princípio ético de promoção da vida, temos que investir em uma política que busque outros caminhos e outras possibilidades. A seguir as concepções básicas que nos unem:

1. Acesso à saúde de qualidade e universal, através de um sistema público e gratuito;
2. Atenção à saúde com o cuidado centrado no sujeito;
3. Direito à vida e à justiça social;
4. Direito à diferença;
5. Respeito à orientação sexual e à Saúde da comunidade LGBTI, aos modos diversos de construir família e a todas as formas de amar;
6. Proteção da Saúde da Mulher, com o reconhecimento do direito ao corpo;
7. Proteção da Saúde da Criança e do Idoso;
8. Respeito à Saúde do Trabalhador e sua valorização profissional;
9. Por uma sociedade sem manicômios estruturais ou mentais;
10. Direito ao entorpecimento e à proteção da saúde, em caso de dependência;
11. Defesa da natureza, da vida agrária, dos povos ribeirinhos, indígenas e quilombolas.

Atenção Primária Como Ordenadora do Cuidado

A atenção primária em saúde consiste no nível de atenção que está mais próximo da vida comunitária, desenvolvida para organizar o trabalho em saúde orientado pela realidade social e conectado com as diversas configurações de necessidades sociais em saúde. No Brasil, o termo atenção primária em saúde é denominado também atenção básica em saúde e tem na Estratégia de Saúde da Família a forma que define a sua atuação. Defendemos a atenção primária em saúde de forma ampliada, que compreende a importância de construir um cuidado que se conecta com a vida social e fortalece o desenvolvimento da cidadania.

Compreendemos que a atuação da atenção básica promove a integralidade, que se fundamenta em uma clínica ampliada, abordagem comunitária e fortalecimento da cidadania orientada pela determinação social da saúde. Desenvolver um sistema de saúde com a atenção básica como coordenadora do cuidado, acolhendo de forma prioritária as populações que mais necessitem, atendendo ao princípio da equidade, considerando os sujeitos e o seu contexto social e a produção da vida, promovendo a inclusão de povos de rua, população LGBT, negros e negras, populações ribeirinhas e outras em situação de vulnerabilidade. Para o fortalecimento da atenção básica nos municípios, temos que investir nos seguintes aspectos, a saber:

1. O desenvolvimento de estratégias de educação permanente em saúde
2. O desenvolvimento de um sistema de informação que possa apoiar a coordenação do cuidado em saúde no sistema de saúde
3. A inserção de equipes de saúde da família em comunidades rurais
4. Desenho de plano de cargos e carreiras para profissionais de equipes de saúde da família

5. Investimento em estratégias de fixação dos trabalhadores da atenção básica nos municípios
6. Fortalecimento de estratégias de educação popular em saúde
7. Desenvolvimento de estratégias de gestão participativa, através do fortalecimento dos conselhos locais de saúde
8. Inclusão da saúde do trabalhador e da saúde ambiental no cotidiano do trabalho na atenção básica em saúde,
9. Desenvolvimento de estratégias do fortalecimento de cidadania e participação popular em saúde, através do emponderamento dos conselhos locais.

Atenção Especializada Organizada em Rede, Informatizada e Estruturada Para Atender o Sujeito de Forma Integral.

Entendemos que a Atenção Primária deva ser a orientadora dos serviços de saúde, estando apta a acolher os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) com qualidade, mas também com capacidade de resolução dos problemas, com equipe capacitada e estrutura adequada. Num cenário onde a atenção básica, através do Programa de Saúde da Família (PSF), funcionasse em sua plenitude, estima-se que 80% a 90% dos pacientes teriam seus agravos resolvidos na própria unidade instalada no seu território.

No entanto, o SUS também necessita contar com a capacidade de atender a demanda de casos mais complexos, que necessitem de atendimento especializado. Este serviço se encontra dentro das unidades secundárias e terciárias, que levam essa classificação basicamente devido à sua densidade tecnológica, oferecendo desde consultas com profissionais especialistas a internamentos hospitalares com procedimentos complexos.

Logicamente, nem toda cidade precisa oferecer os três níveis de complexidade, e foi pensando nisso que se criou o atendimento orientado em Redes, que leva em consideração a realidade regional, organizando as cidades de forma integrada e hierarquizada. Logo, se um município não conta com atendimento especializado, este deve estar integrado em uma rede, através de pactuação com as cidades vizinhas, de forma que o atendimento seja garantido na cidade referenciada como “polo regional”.

Inclui-se aqui também o atendimento de urgências e emergências, onde devem estar as Unidades de Atenção Primária, que necessitam dispor de recursos e estrutura para atender a casos agudos propriamente, assim como agudizações das condições crônicas dos pacientes da área adscrita, os Pronto-atendimentos (PA), as Unidades Secundárias, e o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), todos integrados através da Central de Regulação Médica, que orienta o fluxo de pacientes, coordenando a transferência entre eles e promovendo a entrada nos Hospitais Terciários, caso necessário.

Esses conceitos apresentados são conhecidos há um tempo por quem trabalha no SUS. O que chama a atenção é a indiferença dos gestores que estão à frente do Governo, onde se sucedem os nomes, mas nunca se implementa de verdade um sistema que possa atender às demandas do povo, comprometido com o entendimento do cidadão na sua integralidade e antenado com as boas práticas de administração e gestão,

de forma que possa oferecer ao sujeito uma assistência qualificada, capaz não só de tratar doenças, mas de prevenir agravos e promover saúde.

Não adianta que construamos imensos hospitais regionais se não nos programamos para mantê-los. Não convém somente construir mais Unidades de Pronto Atendimento (UPA), fechando os hospitais das microrregiões sem um planejamento estratégico, deixando a população sem ter onde se internar, caso necessite, tendo que recorrer aos já superlotados hospitais de Fortaleza, instalando-se em macas nos corredores, sem a menor dignidade. É de conhecimento público que os hospitais construídos em Sobral, no Cariri e em Quixeramobim até hoje não funcionam em sua plenitude, tendo a população continuado a recorrer aos serviços concentrados na capital.

Além do mais, sabemos da dificuldade encontrada para se que consiga uma consulta especializada ou exame complementar, que não foi sanada com a criação das Policlínicas, que não conseguiu montar suas equipes, pois o Governo construiu as estruturas, mas não realizou concursos públicos para a ocupação dos cargos e a garantia do atendimento aos usuários.

Sabendo que cabe ao Governo do Estado promover a integração das regiões de saúde, de forma a oferecer ao cidadão um serviço digno, eficaz e efetivo, propomos:

1. Promover a repactuação dos municípios das 22 microrregiões de saúde do Ceará. Entendemos que a organização do estado deve ser orientada de forma regionalizada, seguindo como orientação possível a divisão atual das micro e macrorregiões definidas pelo IPECE, fazendo o poder executivo estadual ocupar seu cargo de organizador desse processo, evitando que as prefeituras tenham gastos ineficazes, não conseguindo oferecer aos pacientes o cuidado adequado.
2. Organizar a atenção especializada, garantindo o pleno funcionamento da atenção primária. Ao poder municipal cabe a administração da Atenção Primária.
3. Garantir o funcionamento da Atenção Primária, com subsídio financeiro e apoio logístico para a estruturar. Manter as Equipes de Saúde da Família das localidades mais vulneráveis, com criação de programa específico.
4. Garantir Serviço Pré-Hospitalar (pronto-atendimento) 24h para as cidades com mais de 30.000 habitantes
5. As cidades, organizadas em microrregiões, devem ter condições de prestar assistência às urgências e emergências. A Atenção Primária deve estar apta para tal função, considerando seu aparato tecnológico, com condições de resolver os agravos agudos e as agudizações das condições crônicas da sua população adscrita, devendo, quando não for possível resolver o problema, estabilizar o paciente e encaminhá-lo a um serviço competente, dentro do fluxo da central.
6. Os municípios com mais de 30.000 habitantes deverão contar com estrutura de Pronto-atendimento, dando resolutividade ao caso, podendo reconduzir o paciente à atenção primária ou transferi-lo para os centros com hospitais, caso necessário. A interligação dos serviços assistenciais dar-se-á pelo

SAMU, que deverá cobrir 100% do território cearense, em consonância com a Central de Regulação.

7. Organização da estrutura especializada regionalizada
8. Deve-se elencar a cidade com maior aparato logístico de saúde de cada microrregião para ser a Sede Hospitalar, em pactuação com os municípios, com ampla discussão entre os atores envolvidos e o devido controle social.

Hoje vemos que várias cidades dentro de uma mesma microrregião têm hospitais próprios, com grande ônus para os municípios, mas sem conseguir suprir a demanda dos cidadãos, seja por não conseguirem formar as equipes de saúde que a complexidade dos problemas exige, seja pela falta de preparo para a gestão dos serviços. Portanto, as cidades-polo deverão contar com aparato em complexidade secundária nas grandes áreas médicas, como Clínica Médica, Cirurgia Geral, Gineco-obstetrícia e Pediatria.

Já as macrorregiões devem contar com hospitais em porte terciário, como é o caso dos hospitais já construídos em Sobral, no Cariri e em Quixeramobim. Está sendo construído um hospital terciário em Limoeiro do Norte, na macrorregião 5, e outros podem ser planejados de acordo com a demanda populacional, mas antes que se pense sobre o início de novas obras, precisa-se assegurar o pleno funcionamento das estruturas já construídas, para que não haja mau uso do dinheiro público.

As Policlínicas, os Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) também deverão estar organizados em redes de atenção, de acordo com as demandas das microrregiões, ressaltando que o núcleo-base de atendimento se dá na Atenção Primária.

Criação do Prontuário Eletrônico do Cidadão Cearense

Hoje contamos com as informações de saúde dos pacientes totalmente desconectadas, o que nos impede muitas vezes de fornecer ao sujeito uma atenção em caráter integral. Na atenção especializada, a realidade que encontramos é de pessoas que se consultam em um dos postos de saúde da capital ou que vêm do interior, que já fazem um acompanhamento, mas que chegam aos consultórios do especialista sem um relato do seu histórico de saúde, da assistência realizada na unidade da sua comunidade, dos internamentos ou tratamentos a que possa ter se submetido.

Assim, vemos um sistema que funciona sem conhecer o seu usuário em sua integridade, fornecendo-lhe atendimentos desconexos, podendo não alcançar ao final o melhor desfecho. Da mesma forma, após consulta com o especialista, o paciente volta à unidade primária, sem saber o profissional da atenção básica os detalhes dos procedimentos que foram realizados nem tendo a oportunidade de manter uma discussão sobre o cuidado horizontal e compartilhado do paciente. Inexplicavelmente, entre os próprios hospitais estaduais, não há o compartilhamento de dados em rede. O paciente consultado no HGF é desconhecido no hospital de Messejana.

Por isso, propomos a criação de um Prontuário Eletrônico unificado, com implantação em 100% das cidades do Ceará, onde o histórico do usuário do SUS seja armazenado e compartilhado em rede com todas as unidades de saúde do estado, contendo desde informações vacinais até os últimos procedimentos realizados, conhecendo o nosso usuário como um ser completo, fornecendo a este uma assistência integral.

Além do mais, com a melhoria da qualidade das informações, poderíamos traçar quais seriam as medidas de promoção e prevenção de saúde mais eficazes de acordo com a realidade das pessoas, conseguindo identificar onde o governo deveria investir mais para obter os melhores resultados para a saúde dos sujeitos.

Implantação do Núcleo de Gestão em Saúde

Sabemos que o subfinanciamento é o problema mais grave que impede o pleno funcionamento do SUS. No entanto, também reconhecemos o amadorismo presente na gestão do sistema, onde muitas vezes são indicados para os cargos administrativos pessoas sem o devido preparo para a coordenação de equipes ou tomada de decisões técnicas. Com isso, temos uma organização de saúde (SUS) com toda sua legislação desenhada, com programas claros, mas que não consegue ser implementado devido à falta de recursos e ao desarranjo na gestão dos serviços.

Assim, propomos a criação do Núcleo de Gestão em Saúde junto à Escola de Saúde Pública, que deverá qualificar os profissionais da área para que também estejam aptos para assumir os cargos de gestão quando assim for necessário, com o objetivo de chegarmos a um sistema público de saúde profissionalizado, eficaz e sustentável, que atenda com qualidade e integralidade os seus usuários, tendo em seus novos gestores a ideia de inclusão e participação efetiva de profissionais e usuários nas decisões dos rumos que o SUS deve tomar, aliada aos modernos conceitos de administração.

Carreira Estadual dos Trabalhadores da Saúde

As categorias de saúde enfrentam uma séria problemática, que é a falta de regras na contratação de profissionais através das Prefeituras, assim como não há uma carreira digna para os empregados do Governo do Estado. Fora dos programas do Governo Federal, que faz a contratação hoje dos trabalhadores da atenção básica através de “bolsas”, as prefeituras fazem os contratos através de concursos públicos com valores defasados, beirando o desrespeito, ou, em sua maioria, fazem simples acordos individuais, com valores a combinar, sem o asseguramento de direitos trabalhistas ou sequer a garantia de pagamento dos honorários, fazendo com que não consigamos levar os profissionais da saúde a todas as localidades, assim como também não se consegue fixar o trabalhador nas regiões.

Daí surge a ideia de criar a Carreira Estadual dos Trabalhadores da Saúde que contemple os níveis Primário, Secundário e Terciário, onde se preveria, em pactuação com os municípios e as categorias da

saúde, o salário-base dos profissionais da área, com contratação através de Concurso Público, com incentivos para aqueles que forem alocados nas comunidades mais vulneráveis e hospitais e clínicas de especialidades do interior, assim como benefícios ofertados de acordo com o tempo para aqueles que se fixarem nas regiões, conseguindo implementar a verdadeira Saúde da Família, com profissionais que não só estão presentes nas comunidades, mas que passam a se sentir como parte integrante delas.

Além do mais, queremos uma formação e educação permanente de profissionais de saúde, com capacidade para atuação em equipe multiprofissional, com visão crítica da sociedade, que leva o usuário a identificar-se como ator na transformação da sua realidade, tendo a ética como eixo do seu exercício profissional e o uso do conhecimento e das novas tecnologias como ferramentas.

Administração Pública dos Serviços de Saúde

Reconhecemos na administração pública a melhor forma de gerir os equipamentos do Estado de saúde, que pode gerar mais transparência e economia de recursos, se bem administradas e tiverem fiscalização e participação popular.

Os Hospitais Regionais e o Waldemar de Alcântara, assim como algumas UPAs e a parte logística dos Postos de Saúde de Fortaleza estão entregues ao ISGH (Instituto de Saúde e Gestão Hospitalar), uma Organização Social que controla sozinha mais de 30% do orçamento em saúde do governo estadual. Apesar do grande aporte em uma instituição privada, não vimos esse investimento se transformar em melhora da assistência ou na qualidade dos atendimentos. Na verdade, temos hospitais com administração pública até com mais complexidade que alguns equipamentos administrados pelo ISGH, oferecendo serviços com qualidade e de forma mais barata.

Precisamos reconhecer que o SUS também apresenta alguns serviços que funcionam em estado de calamidade, mas que essa inoperância não deve ser impetrada apenas à administração pública, já que encontramos outras ilhas de pleno funcionamento com gestão de funcionários do quadro estadual. Citamos como exemplo o Hospital José Martiniano de Alencar, que, com uma administração 100% pública, sob a mesma burocracia e com as mesmas fontes possíveis de financiamento, mas com uma gestão voltada para as pessoas, saltou de 281 cirurgias realizadas em 2013 para 3.529 procedimentos em 2017, um aumento de 1.200% em 4 anos.

Por isso, propomos, dentro dos primeiros dois anos: o desligamento gradual e organizado, porém completo, das Organizações Sociais da administração dos equipamentos públicos e realização de concurso público para o preenchimento dos cargos e preparação do pessoal para a gestão dos serviços, sem comprometer o atendimento ao usuário.

Política de Saúde Mental

O Programa de Governo reafirma que a defesa da saúde pública, da reforma psiquiátrica, da saúde mental e da luta antimanicômios como parte da agenda política, isto é, afirmamos a importância de uma sociedade sem manicômios. Está emerge de concepções que dão ênfase à dimensão assistencial, acadêmica, sócio cultural e jurídico política da reforma psiquiátrica, o que contribui para uma articulação direta com os princípios éticos e políticos, possibilitando uma direção emancipadora no campo da saúde mental e das diversas esferas da vida social.

A Política Estadual de Saúde Mental, construída coletivamente deve afirmar que a conquista de Reforma Psiquiátrica como um processo que se inscreve numa dimensão ética, pois é também uma luta contra o estigma, a exclusão, a violência, a marginalização, criminalização dos sujeitos sociais e neste sentido propõe a convivência social na diversidade e construção de uma sociedade sem manicômios.

O Programa de Governo está alinhado com projetos políticos que representam forças instituintes que buscam produzir inovações e orientam a gestão, trabalho, atenção e participação em saúde no contexto do sistema público de saúde brasileiro. Desse modo, o Programa de Governo converge com as pautas que lutam por um novo modelo de sociedade, na perspectiva da saúde como direito, reconhecendo os seus múltiplos determinantes, e tendo a defesa do Sistema Único de Saúde (SUS), tão caras ao projeto da Reforma Sanitária Brasileira e Reforma Psiquiátrica.

Compreendemos que a Reforma Psiquiátrica passa necessariamente pela Reforma Sanitária pois não é possível pensar em novos dispositivos de saúde mental sem a presença de uma nova organização da atenção a saúde e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Propostas para a Saúde Mental.

1. Diálogo com a sociedade para a defesa de uma sociedade sem manicômios;
2. Apoio institucional e co-financiamento da Política Estadual de Saúde para os municípios para a criação e ampliação de: Rede de Atenção Psicossocial com organização de serviços de saúde mental como: Equipes de Saúde Mental na Atenção Básica, Centro de Atenção Psicossocial 24 h, Residências Terapêuticas, Leitos Psiquiátricos em Hospitais Gerais, Serviços de Urgência Psiquiátrica, Centros de Convivência de Arte, Cultura e Economia Solidária e outros serviços substitutivos. 11
3. Garantir estruturação e supervisão do Núcleo de Saúde Mental da Secretaria Estadual de Saúde à Rede de Atenção Psicossocial conforme orienta a legislação vigente e as portarias do ministério da saúde;
4. Defesa intransigente e incentivo à ampliação dos serviços substitutivos de base territorial e comunitária;
5. Incentivo financeiro para os Municípios, tendo em vista a criação novos CAPS 24 h e leitos psiquiátricos em hospitais gerais e a concomitante redução de leitos em hospitais psiquiátricos;
6. Criação e ampliação de leitos psiquiátricos em Hospitais da Rede Estadual;

7. Apoiar a criação e/ou fortalecimento da organização de usuários em formas associativas e grupos de produção, em especial fortalecer como instrumento de inclusão social das pessoas com transtornos mentais dentro de um modelo de economia solidária;
8. Realizar imediatamente concursos públicos para as diversas categorias profissionais a fim de cumprir as necessidades de atendimentos aos usuários da saúde mental na Rede Estadual de Saúde;
9. Ampliar e garantir a aplicação dos recursos financeiros oportunizando transparência para o financiamento por meio da garantia de fiscalização sistemática das prefeituras que recebem recursos e insumos para implantação e manutenção dos serviços de saúde mental com a participação dos usuários e trabalhadores;
10. Criação e fortalecimento da participação popular em saúde mental através de diversos dispositivos entre eles: controle social em saúde mental através de conselhos de saúde e conferências de saúde - conselhos municipais através das comissões intersectorial de saúde mental; conselhos gestores participativos nos centros de atenção psicossocial com representações de usuários, familiares, trabalhadores e comunidade em geral, sendo os mesmos regulamentados ao nível dos municípios através de leis com homologação pelos conselhos municipais;
11. Fortalecimento de processo de participação popular no campo da saúde mental como Associação de Usuários e Familiares, Fóruns das Luta Antimanicomial entre outros;
12. Defesa do dia “18 de maio - Dia da Luta Antimanicomial” como um momento simbólico político em defesa da construção de uma sociedade sem manicômios;
13. Criação e fortalecimento de uma política de educação permanente em saúde mental no Estado do Ceará, para formação de equipes de profissionais da Rede de Atenção Psicossocial em articulação com as demais políticas públicas (educação, assistência social e outras);
14. Criar política de Supervisão Clínica Institucional para prestar apoio institucional e clínico aos municípios através das RAPS;
15. Garantir a implementação de uma política de financiamento permanente voltada a criação e fortalecimento de cooperativas de trabalho e associações dos usuários da saúde mental, utilizando-as como meio de promoção da reinserção social;
16. Criar ações de Saúde Mental para pessoas em situação de rua, LGBT+, povos tradicionais;
17. Criação e fortalecimento da Rede de Atenção Integral a Saúde Mental de Crianças e Adolescentes;
18. Investir na formação política dos usuários, familiares e profissionais envolvendo também uma formação sobre os modelos e as concepções de cuidado em saúde mental baseada na Reforma Psiquiátrica e na Luta Antimanicomial; 12
19. Promover a discussão e propor adequações necessárias sobre as legislações vigentes acerca dos direitos das pessoas com transtorno mental e transtornos decorrentes do uso abusivo de álcool e outras drogas;

20. Garantir aos usuários e familiares, o recebimento das medicações necessárias, próximo de sua casa e de maneira contínua, a fim de que o tratamento não seja interrompido;
21. Fortalecer a política atenção integral aos usuários de álcool e outras drogas na perspectiva da garantia dos direitos através da redução de danos nos serviços da RAPS e nas demais políticas públicas (educação, assistência social, socioeducativo, outras).
22. Criação de um programa estadual para atenção integral às pessoas com transtornos mentais que estão em conflito com a lei em meio aberto, elaborando uma estratégia estadual de desinstitucionalização das pessoas em medidas de segurança que estão no Instituto Psiquiátrico Governador Stênio Gomes;
23. Ampliar, construir e implementar os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT), conforme previsto na Portaria 3088/2011 e Portaria 106 e 1220, do Ministério da Saúde;
24. Priorizar os recursos financeiros para atenção integral às pessoas que fazem uso prejudicial de álcool e outras drogas na RAPS, em serviços tipo CAPS AD 24 horas, CAPS AD, Unidades de Acolhimento Transitório e outros dispositivos da rede intersetorial e comunitária que vise o cuidado em liberdade em detrimento as comunidades terapêuticas;
25. Descredenciamento das comunidades terapêuticas para o recebimento de recursos públicos;
26. Criação do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas.

Saúde Integral da População LGBTI

É preciso romper com o histórico de preconceito institucional que a população LGBTI recorrentemente sofre em postos de saúde e hospitais. As políticas de saúde devem reconhecer toda autodeclaração de gênero e sexualidades e implementar suas formas coletivas, paritárias e participativas da gestão local do SUS, da implementação dos planos nacionais de saúde e de controle social por parte da população LGBTI. Para isso, trazemos algumas das propostas consolidadas no programa nacional do partido, como:

27. Plano de metas para redução de mortalidade por HIV/AIDS e coinfeções como Tuberculose na população LGBTI;
28. Articular uma rede de atenção e cuidado à população intersexual, numa perspectiva de autonomia dos corpos, orientação das famílias e garantia de direitos humanos;
29. Ampliação de ambulatórios voltados para a população trans e obrigatoriedade em cidades com mais de 300 mil habitantes;
30. Linha de cuidado à saúde integral das mulheres lésbicas e bissexuais;
31. Enfrentamento à violência ginecológica e obstétrica sofrida por mulheres lésbicas ou bissexuais e homens trans;
32. Implementação de política de atenção integral à saúde de pessoas em trabalho sexual.

33. Campanhas de prevenção ao suicídio de pessoas LGBTI, com fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial e contra as Comunidades Terapêuticas.
34. Formalização de um atendimento do SUS 100% estatal e laico;
35. Garantia de acesso a um sistema de saúde gratuito e de qualidade, que atenda às especificidades dos LGBTs;
36. Garantia de atendimento de qualidade e sem qualquer preconceito para LGBTs em todas as unidades de saúde, entendendo que para isso é necessário o enfrentamento à LGBTfobia enraizada na cultura da sociedade como um todo;
37. Garantia de capacitação a todos os profissionais de saúde de forma a se garantir um atendimento digno a todos os LGBTs;
38. Total assistência médica e psicológica às vítimas de lgbtfobia;
39. Uso do nome social de travestis e transexuais em todas as unidades de saúde, respeitando sua identidade de gênero;
40. Ampliação da oferta gratuita de procedimentos de transexualização pelo SUS, garantindo todo o acompanhamento multiprofissional necessário;
41. Fortalecimento da política de educação permanente no que concerne à formação dos profissionais de saúde para o acolhimento e cuidado à população LGBT no SUS;
42. Efetivação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, para que os profissionais possam cuidar da saúde de forma integral, observando as subjetividades de cada pessoa, levando em consideração a orientação sexual e identidade de gênero de cada indivíduo, compreendendo que são determinantes sociais da saúde e geradores de adoecimento quando se é vítima de LGBTfobia;
43. Promover a humanização de profissionais para que possam lidar da melhor forma e ofertar o melhor atendimento possível às travestis e transexuais, principalmente quando se trata de endocrinologistas no que se refere ao oferecimento de hormonização;

Saúde e Juventude.

1. Garantir a participação das juventudes na elaboração das políticas públicas na área de saúde;
2. Criar ambulatórios e espaços específicos para atendimento das juventudes nas unidades de saúde, em horários compatíveis com o trabalho e a escola;
3. Promover atividades instrutivas preventivas sobre questões relativas à saúde para a comunidade jovem;
4. Fomentar junto às escolas técnicas, faculdades e demais instituições formadoras de profissionais de saúde que participem dos pólos de educação permanente e enfatizar, no currículo dos profissionais de saúde, a formação e o entendimento sobre como lidar com a juventude temas relativos à qualidade de vida, consumo de drogas e redução de danos;

5. Capacitar os/as profissionais de saúde, em uma perspectiva multiprofissional, para o atendimento de jovens que fizeram ou fazem uso abusivo de substâncias entorpecentes e drogas na perspectiva da redução de danos;
6. Implementar serviços de atenção, prevenção e de informação por telefone e nas escolas que possibilitem às juventudes informações sobre saúde, sexualidade e dependência química/drogas, além dos programas de atendimento estadual ao público juvenil;
7. Disponibilizar, no Sistema Único de Saúde, os exames de gravidez, HIV e DSTs, informando às juventudes sobre os mesmos, por meio de campanhas de prevenção, bem como todos os tipos de contraceptivos masculinos e femininos;
8. Criar programas de atendimento específicos sobre questões de saúde para jovens que tiveram experiências com violência sexual e trabalho escravo;
9. Viabilizar apoio psicológico, médico e social ao jovem em virtude de sua orientação sexual em centros de apoio, bem como à sua família;
10. Ampliar o número de Centros de Atendimento Psicossocial (CAPS) e colocá-los em funcionamento por 24 horas, realizando neles atividades comunitárias que enfoquem a informação e o debate sobre temas relativos à saúde juvenil, com a concordância de seus familiares;
11. Criar um Programa de acolhimento e de atenção a adolescentes, nas unidades de saúde;
12. Apoiar iniciativas de organizações da sociedade civil que visam informar às juventudes através de ações comunitárias, utilizando recursos de arte e da comunicação, sobre questões relativas à qualidade de vida e cuidado com o corpo e a saúde;
13. Incentivar espaços de integração entre a sociedade civil e grupos musicais, dança e teatro, articulados em bairros e escolas, para fomentar ações comunitárias de arte, cultura e educação, sobre questões relativas ao cuidado e promoção à saúde;
14. Universalizar a distribuição de camisinhas masculinas e femininas em equipamentos públicos;

Saúde e Pessoas com Deficiência

1. Garantir a construção de pelo menos um Centro Especializado em Reabilitação IV por microrregião do Estado ;
2. Agilizar a oferta órteses, próteses e insumos de que necessitam as pessoas com deficiência;
3. Fortalecer a Rede de Atenção Psicossocial para atenção comunitária das questões de saúde mental;
4. Instrumentalizar as equipes do NASF para orientação acerca dos direitos às famílias de pacientes com deficiência da rede pública de saúde;
5. Realizar, quando necessário, convênios com instituições que promovem atendimento às pessoas com deficiência, tendo em vista o fortalecimento de ações de habilitação, reabilitação e apoio à inclusão em todos os âmbitos sociais.

Financiamento Da Saúde Garantido Através Dos Impostos E Contribuições Sociais, Sem Coparticipações Ou Pagamento De Franquias.

O Sistema de Saúde Brasileiro se apresenta como um modelo Universalista Diversificado. Ou seja, propõe-se a oferecer saúde a todos, mas com fontes de financiamentos variadas. Todos somos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) e estamos cobertos pelo seu princípio da Universalidade, mas podemos ter acesso à assistência de saúde no país basicamente através de três formas: desfrutando do atendimento do SUS, onde 75% da população depende exclusivamente disso, através de planos e seguros de saúde ou ainda de desembolso direto do usuário, que paga ao prestador pelo serviço que consome. Sendo assim, para financiar o Sistema de Saúde Brasileiro em sua completude, temos recurso oriundos do Estado, das Pessoas/Famílias e das Empresas.

Quanto ao financiamento do SUS, dispomos dos repasses das três esferas de governo (federal, estadual e municipal) além de contribuições sociais e outras fontes. São exemplos desses recursos: - Federal: IPI, IR; - Estadual: ICMS, ITBCM, IPVA, IR, FPE; - Municipal: IPTU, ISSQN, IR; - Contribuições Sociais: COFINS, CSLL, Descontos sobre folhas de salários; - Outras fontes: DPVAT, Recursos das Loterias Federais.

Para assegurar que tais recursos sejam investidos na saúde, a Emenda Constitucional (EC) 29/2000 previu que municípios deveriam gastar no mínimo 15% do seu orçamento com a saúde, enquanto os estados gastariam 12%, e o Governo Federal deveria aplicar o gasto do ano anterior acrescido da variação nominal do PIB também do ano anterior. No entanto, em 2016, o executivo federal lançou a EC 95/16, que congelou os seus gastos em saúde pelos próximos 20 anos, sendo acrescidos apenas da inflação (IPCA).

Apesar de termos assistido a um aumento dos gastos públicos em saúde ao longo dos últimos anos, o percentual de gastos do governo federal vem diminuindo em proporção, o que pode se agravar no futuro devido ao novo regime de financiamento. Assim, apesar de o Brasil ter o maior sistema público de saúde do planeta, este ainda enfrenta grave problema de subfinanciamento, chegando ao paradoxo de, mesmo se propondo a uma modelo de assistência universal, o Estado gastar menos do que a iniciativa privada para o financiamento do sistema brasileiro em geral, sendo as taxas de 46% e 54%, respectivamente, segundo dados da Organização Mundial de Saúde de 2012.

Chama a atenção que os países que se propõem a ter um sistema universalista são responsáveis por aproximadamente 70% dos gastos com saúde nos seus 14 territórios, mostrando o quanto ainda precisamos lutar para a conquista de mais recursos. Acreditamos que a saúde tem que ser considerada um direito fundamental garantido pelo Estado. A saúde não pode ser vista como negócio e a vida não pode ser rifada, a partir do livre comércio. O complexo industrial local da saúde deve ser construído, desde que o ambiente seja protegido, o pequeno produtor seja envolvido, que cada cidadão tenha acesso universal à saúde, sem abertura para o capital estrangeiro e sem privilégio do setor privado.

Nosso coletivo aponta que a crise do financiamento saúde está perpassada pela crise do capitalismo contemporâneo e pela consequente austeridade fiscal que abateu todos os países com sistemas que se pretendem universais. A disputa desigual dos estados nação com o investimento das grandes corporações do mercado da saúde, derrubou governos, redimensionou políticas e ocasionou um retrocesso indescritível no campo do direito à saúde.

O Estado do Ceará não é diferente. Fruto de um governo de coalizão, muitas concessões são feitas em nome da governabilidade e o projeto de saúde não é um projeto que prioriza a necessidade das pessoas. Os pactos estabelecidos entre municípios e estado, a duras penas tentam se firmar, mas são desautorizados por favorecimento de prefeituras adesista ou negligência com cidades, cujos governos são de oposição. O governo atual, hoje, já representa 19% da sua despesa corrente líquida com gasto em saúde, muito ocasionada pelos contratos estratosféricos com organizações sociais, construção de equipamentos vultosos sem contrapartida nacional e uma inversão de investimentos em grandes hospitais que não tem quadro de pessoal suficiente para que funcionem a contento.

Na defesa de um financiamento justo para saúde, afirmamos:

1. Fortalecimento dos financiamentos públicos e transparentes de serviços, sem a participação do capital estrangeiro ou privilégio de instituições privadas;
2. Defesa do financiamento público e gratuito junto ao governo federal, sendo oposição ao investimento em planos populares, planos de saúde regulares ou equipamentos pseudo-filantrópicos;
3. Regular a filantropia e os conveniados de forma a servir aos interesses da população e não o contrário;
4. Investir em critérios de rateio do financiamento de regiões de saúde para que o princípio da equidade seja observado entre municípios diferentes;
5. Construir estratégias de transparência e de participação da população nas regras do financiamento, fortalecimento órgãos de controle e participação;

Sistema de saúde tripartite, com participação popular estruturante, cuja tomada de decisão seja sempre atravessada pelos interesses da população e não de grupos econômicos majoritários;

O Estado do Ceará não tem conseguido assumir a governança do sistema no âmbito estadual, deixando na mão das OS a gestão dos equipamentos públicos e dos seus trabalhadores. Isso se reflete em uma organização fragmentada do cuidado e uma relação trabalhista precarizada, favorecendo desmandos e desperdício do dinheiro público.

A capacidade política ou capacidade de gestão do Governo do Estado está em xeque, à medida que não assume as rédeas da tomada de decisão em saúde ou permite que a população o faça. A cooptação

político-partidária de gestores municipais também prejudica a efetividade do sistema, por uma completa ausência de disputa e de autonomia de atores em cada seu território. Temos que, como governo, aperfeiçoar o pacto federativo pela saúde e suas implicações para a capacidade política da gestão municipal brasileira.

O Sistema de Saúde brasileiro, apesar de constitucionalmente descentralizado, ainda sofre com uma concentração de recursos e definição de políticas sob a responsabilidade do Governo Federal. Há uma estrutura de governança tripartite, com as comissões intergestores bipartite e mais recentemente regionais, mas a tomada de decisão ainda está atrelada aos incentivos financeiros de programas que o governo federal quer induzir.

O pacto federativo tem que ser fortalecido para que os estados e municípios também possam construir capacidade de desenvolvimento de políticas, de incentivar o monitoramento e avaliação de ações planejadas e criar um consenso político das prioridades de saúde e investimentos estaduais, de forma a melhorar a qualidade de vida dos usuários do local. Através da experiência de um governo socialista, pretendemos dialogar com a capacidade de um sistema de saúde de desenvolver processos de retroalimentação, coordenação de processos e atores e desenvolvimento de políticas que respondam às necessidades de saúde das populações.

Educação Permanente em Saúde Crítica, Dialógica e Reflexiva.

Educação permanente em saúde é um campo de fortalecimento da atenção à saúde por processos de educação críticos, dialógicos e reflexivos. No Brasil, a educação permanente em saúde ou educação na saúde foi historicamente desenvolvida pelo campo da educação. Compreendemos, ancorados nos princípios constitucionais, que cabe ao SUS o fortalecimento dos profissionais que atuam nos serviços, isto é, consiste em atribuição dos Sistema de Saúde pensar a formação de seus trabalhadores organizando processos de diálogo entre educação, sistemas de saúde e comunidade. Defendemos que a educação na saúde seja orientada por gestão, trabalho, formação e participação de forma coletiva e orientado por necessidades dos serviços de saúde e da sociedade. Desta forma defendemos:

1. Construção de processos de educação permanente em saúde orientados pela educação crítica, contextualizada e significativa;
2. A transformação da Escola de Saúde Pública em um grande centro de inteligência e formação de profissionais de saúde, fortalecendo a integração do quadrilátero formação, gestão, participação e produção de conhecimento;
3. Ampliação da Escola de Saúde Pública, através de concurso público;
4. Fortalecimento de dispositivos de mudança da formação em saúde tendo o movimento estudantil e os movimentos sociais como sujeitos deste processo;
5. Fortalecimento e ampliação de experiências de educação na saúde como Residências Multiprofissionais em Saúde e Residência Médica conectadas aos serviços de saúde e necessidades de saúde da população;

6. Desenvolvimento de processo de educação permanente em saúde, atuando de forma compartilhada com movimentos sociais no campo da saúde;
7. Construir estratégias de educação permanente como ferramenta de gestão que contribuam com a organização de sistemas e serviços de saúde;
8. Desenhar estratégias de gestão e trabalho em saúde orientados pelas necessidades sociais;
9. Desenvolvimento do diálogo entre educação, serviços de saúde e comunidade no campo da educação superior, da educação profissional e do saber popular;
10. Desenvolvimento e apoio institucional no desenvolvimento de políticas de educação permanente de saúde em contexto municipais;
11. Fortalecimento e indução de Escolas de Saúde Pública de base municipais

ESPORTE E JUVENTUDE

JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER:

1. Garantir a participação das juventudes na elaboração das políticas públicas na área de esporte e de lazer;
2. Assegurar que em cada escola com duzentos estudantes, ou conjunto de escolas que agreguem esse número de estudantes, seja construída uma quadra poliesportiva, que poderá ser utilizada, gratuitamente, pela comunidade nos fins de semana;
3. Instituir novas modalidades de práticas esportivas nas escolas, como basquete, vôlei, handball, danças, lutas, jogos, recreação, natação; e elaborar programas para esportes radicais, bem como jogos populares;
4. Fomentar a aquisição de equipamentos comunitários para a prática de esportes radicais e jogos populares e outras atividades de lazer;
5. Criar áreas de lazer nas praças públicas, que possibilitem a realização de gincanas promovidas pelos próprios moradores da comunidade, com subsídios públicos;
6. Promover e incentivar torneios esportivos que promovam solidariedade e cooperação.

Pessoas com Deficiência e Esporte

1. Criar e implementar programas de apoio, incentivo e patrocínio ao esporte amador e profissional voltado para pessoas com deficiência.

Juventude do Campo

1. Desenvolver de modo integrado políticas públicas de saúde, educação, trabalho, lazer, arte e cultura específicas para as juventudes do campo, objetivando valorizar a cultura e o modo de vida dessas populações, criando condições para sua reprodução social e permanência no campo ou pequenas cidades do Ceará, de modo a oferecer alternativas ao exôdo-rural.
2. Fortalecer a organização das juventudes indígenas, pescadoras e quilombolas, tendo em vista o seu processo histórico de criminalização e preconceito.

Direitos Humanos para enfrentar a barbárie, promover a dignidade e construir segurança humana e cidadã

Os Direitos Humanos disputam espaço no Brasil por meio de lutas históricas nos campos da política e da sociedade. É notável como a perspectiva da justiça social torna-se cada vez mais antagônica aos projetos hegemônicos de sociedade. Cada avanço deve ser comemorado e cada retrocesso deve ser repudiado nesse palco de disputas.

As lutas pelos Direitos Humanos no contexto estatal se deparam diretamente com a própria institucionalização de inúmeras violações de direitos. O próprio palco da política ainda é fortemente um espaço onde os posicionamentos retrógrados e conservadores insistem em constituir uma dominação sólida. Não há um compromisso público que garanta politicamente um trato adequado aos Direitos Humanos. A passagem de figuras ligadas ao fundamentalismo religioso ou à chamada “bancada da bala” nas Comissões de Direitos Humanos da Câmara Federal e Assembleias Legislativas estaduais é um dos retratos dessa conjuntura desfavorável.

É cada vez mais difícil combater as violações de direitos que se dão dentro e fora do Estado. A democracia atual, no bojo da cooptação de movimentos sociais e forças sindicais antes combativas, consolida uma espécie de amordaçamento de tradicionais lutadores pela defesa dos Direitos Humanos. Nesse sentido, faz-se necessário que as organizações que se mantêm do lado esquerdo, do lado popular e do lado contra-hegemônico do mundo continuem formulando e tensionando o Estado, de modo organizado, para que os Direitos Humanos não sejam tratados como algo de segunda espécie, mas como prioridade para a própria consolidação da democracia em nosso país.

Hoje, o Brasil vive um momento de crise política que amplia esse universo das violações. O quadro é certamente piorado pelo verdadeiro estado de abandono e congelamento dos investimentos sociais por 20 anos através daquela que ficou conhecida como a “PEC do fim do mundo”, a emenda à Constituição que congelou os investimentos em áreas fundamentais para a realização dos direitos humanos. No contexto das manifestações de junho de 2013 até os dias de hoje, por exemplo, tivemos um avanço considerável de perseguição aos direitos constitucionalmente garantidos como os de livre manifestação política e de opinião, além da coerção ao próprio direito de ir e vir de todo cidadão. De lá para cá foram inúmeras prisões ilegais e arbitrárias de manifestantes em todo o Brasil, além do uso desproporcional da força dispersiva por parte das polícias brasileiras utilizando indiscriminadamente das armas menos letais como as bombas de gás lacrimogêneo, os sprays de pimenta e as balas de borracha. A condenação de 23 ativistas presentes nos protestos realizados em 2013 e 2014 – a maioria com 7 anos de prisão – é outro forte sinal que aponta para um Estado de Exceção.

O recrudescimento penal e o aumento da militarização das polícias, da política e da vida social também são notórios. No Ceará, esse cenário não é diferente. Episódios como a Chacina da Messejana devem sempre ser lembrados para que nunca mais se repitam. A Polícia Militar do Estado do Ceará segue o modelo das polícias brasileiras, se configurando como um aparato que revela todo o caráter classista e racista do modelo de segurança pública. Faz-se necessário, nesse sentido, cada vez mais a luta pela Desmilitarização da Polícia e da Política, buscando um modelo de segurança pública que se volte para a

consolidação dos Direitos Humanos, para as práticas de alteridade e que viabilizem as possibilidades de mediação de conflitos comunitariamente.

Situar os Direitos Humanos numa frente em que aponte a coragem necessária para enfrentar os problemas estruturais de uma sociedade desigual é um desafio que se contrapõe à perspectiva do medo e do aumento do policiamento nas ruas das cidades cearenses. O medo e a força não podem ser instrumentos administração de nossas desigualdades, porque se erige em uma perspectiva ampla desumanização e violência como projeto para a sociedade. É preciso garantir que os Direitos Humanos se consolidem como políticas públicas prioritárias no Estado do Ceará e seja a um só tempo farol civilizatório e democrático.

Só se enfrenta efetivamente a violência se outras questões aprofundadas com as desigualdades do Capitalismo forem discutidas com seriedade, bem como enfrentemos a violência institucional como marca das ações do Estado para encarar os sérios problemas da segurança pública.

Por isso que o PSOL não propõe para a segurança pública um programa que seja descolado das lutas em defesa dos direitos da infância e adolescência, das mulheres, dos povos indígenas, dos negros e negras, das pessoas com deficiência, dos encarcerados, dos idosos, das populações manicomiais, da moradia, das populações de áreas de risco e dos moradores de rua, das questões da terra e da água, dos lgbs, das vítimas de violência e de tantas outras lutas que compõe o núcleo opressor do sistema do Capital.

Compreendemos que é obrigação lutarmos em diversas frentes, juntos da sociedade, dos movimentos sociais, das organizações sindicais, dos movimentos estudantis, dos movimentos populares e das diversas organizações lutadoras da área dos Direitos Humanos.

Neste sentido, apresentamos as seguintes propostas:

1. Organizar e fortalecer uma institucionalidade de Direitos Humanos no Ceará;

- 1.1. Estruturar o Sistema Estadual de Direitos Humanos para o estado do Ceará, criando uma **Secretária de Direitos Humanos**, que reúna coordenações específicas dos temas e populações prioritárias para uma política de direitos humanos; estruturando e dando condições de funcionamento para o **Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos**, respeitando sua autonomia, bem como interligando os demais **conselhos de direitos** correlatos; interligando e estruturando a política de proteção à pessoa; e dotando de estrutura e autonomia a **Ouvidoria Estadual de Direitos Humanos** e demais canais e instrumentos da política.
- 1.2. Estabelecer ouvidorias externas para os órgãos de segurança pública, além de corregedorias fortes, independentes e autônomas;
- 1.3. Criar uma ouvidoria externa para o controle democrático dos órgãos de segurança pública do Ceará, com autonomia e escolha aberta feita pela sociedade civil.
- 1.4. Fortalecer o funcionamento e suprir as condições de da atuação Controladoria Geral dos Órgãos de Segurança Pública.

- 1.5. Instituir o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura.
- 1.6. Fortalecer e ampliar formas de participação e controle social, incluindo conselhos, conferências, ouvidorias, bem como oportunidades para o envolvimento da universidade e da sociedade civil na execução, no monitoramento e na avaliação das políticas de segurança;

2. Instituir uma política estadual de Educação em Direitos Humanos

- 2.1. Implementar o Comitê Estadual de Educação em Direitos Humanos, interligando ao Sistema Estadual de Direitos Humanos, consolidando uma política Estadual de Educação em Direitos Humanos, ampliando as políticas de educação nesse seguimento, fortalecendo processos continuados junto ao conjunto dos servidores públicos, fortalecendo os currículos da educação formal e fomentando as iniciativas de educação popular neste campo;
- 2.2. Reforçar a importância da formação dos agentes de segurança pública do estado, estimulando convênios e parcerias da Academia Estadual de Segurança Pública (AESP) com universidades públicas do estado. Desta forma, tornar a educação profissional, inicial e continuada, cada vez mais humanizada, e balizada em todos os fundamentos legais, éticos e técnicos de uma política de segurança voltada para o reconhecimento e a garantia de Direitos Humanos.

3. Estruturar e priorizar uma política estadual de enfrentamento à violência institucional e a todas as formas de tortura e maus tratos

- 3.1. Instituir, através de proposição legislativa, o Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura e, de forma auxiliar e autônoma, criar o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura;
- 3.2. Instituir um Programa Estadual de Combate à Tortura e Maus Tratos em delegacias, penitenciárias e locais de cumprimento de medidas socioeducativas, bem como garantir condições dignas de trabalho e de cumprimento de penas dentro dos estabelecimentos;
- 3.3. Adotar medidas emergenciais para superar a superlotação no Sistema Penitenciário, identificando crimes mais graves para efetiva responsabilização e, ao mesmo tempo, criando condições de execução de penas alternativas em meio aberto para crimes de maior potencial ofensivo e fortalecendo a política de atenção e assistência ao egresso para diminuir as taxas de reincidência;
- 3.4. Combater práticas de tortura e maus tratos em delegacias e presídios, assim como garantir as condições dignas de trabalho e de cumprimento da pena dentro das instituições de privação de liberdade.

4. Construir uma política de Direitos Humanos com participação, democracia e controle social

- 4.1. Reconhecer e valorizar iniciativas da sociedade civil organizada, como o Fórum Popular de Segurança Pública e o Movimento Cada Vida Importa, dando voz aos seus debates e abrindo espaço de diálogo permanente com o governo;
- 4.2. Reformular a Lei do atual Conselho de Segurança Pública do Estado do Ceará, ampliando e democratizando o acesso por parte da comunidade, sociedade civil organizada, da comunidade acadêmica e a participação dos profissionais de segurança pública do estado;
- 4.3. Desarticular as práticas institucionais de criminalização dos movimentos sociais e a violência policial com ações que estimulem uma cultura da não violência, mas que procure soluções dialogadas e formas pacíficas de resolução dos conflitos sociais;
- 4.4. Amplo diagnóstico sobre o contexto do direito à moradia digna nas cidades cearenses, garantindo que o direito à moradia seja fundamentalmente assistido, com ampliação dos recursos estaduais destinados para área, bem como agindo enfrentar as práticas de remoções forçadas e violentas por parte do Poder Público e adotando a mesa de mediação dos conflitos fundiários no estado;
- 4.5. Garantir a autonomia de funcionamento dos Conselhos estaduais de políticas e populações específicas, garantindo dotação orçamentária e apoio material para seu funcionamento e atuação.

5. Pensar em uma nova política sobre drogas desde a realidade do Ceará

- 5.1. Assegurar o debate público sobre a política de drogas, ampliando as informações sobre as propostas de legalização das drogas, mas, sobretudo discutir as consequências das abordagens proibicionista no campo da saúde e da política de justiça criminal. Com isto, pensar desenhos de mudança na atuação das agências de segurança público e na política de saúde, a partir do marco legal existente, mas sem o enquadramento do proibicionismo majoritário.

6. Articular a política de direitos humanos e agenda de acesso à justiça

- 6.1. Fortalecer o debate público e as condições estruturais para garantir o direito ao acesso à justiça por parte da população cearense que mais precisa, bem como estimular as iniciativas de controle social e construção democrática dos órgãos do sistema de justiça, sem com isto implicar na autonomia dos poderes e dos órgãos essenciais e autônomos;

- 6.2. Ofertar autonomia aos Órgãos Periciais e ampliar sua estrutura atua, contribuindo para sua descentralização;
- 6.3. Fortalecer e equipar a polícia judiciária para priorizar a responsabilização dos crimes contra a vida;
- 6.4. Desenvolver amplo e continuado diálogo institucional com o todo sistema de justiça para garantir maior celeridade na prestação jurisdicional e nas respostas necessárias da população no acesso a este sistema;
- 6.5. Fortalecer a Defensoria Pública, com a ampliação do quadro de defensores para todos os 184 municípios cearenses, por meio de concurso público;

7. Fortalecer e organizar uma política estadual de proteção á pessoa

- 7.1. Fortalecer, estruturar e ampliar, por meio da destinação de mais recursos, os programas de proteção, a exemplo do Programa de Proteção às Vítimas e Testemunhas da Violência (PROVITA), do Programa de Proteção aos defensores de direitos humanos (PPDDH) e do Programa de Proteção a Criança e ao Adolescente Ameaçado de Morte (PPCAAM), com a criação de um sistema de proteção que possibilite atenção primária, com serviços de atenção psicossocial, jurídica e demais providências para garantia de direitos e proteção da vida;
- 7.2. Pensar programas e intervenções de proteção às pessoas à luz das novas configurações de ameaça à pessoa, compreendendo as reconfigurações dos mercados e práticas criminosas, o contexto digital e os despejos urbanos forçados orquestrados por grupos e facções criminosas;
- 7.3. Construção de estratégias para proteção de profissionais do serviço vulneráveis aos contextos de violência e ameaça, a exemplo dos que atuam em serviços e atendimentos da política de assistência, educação, saúde e na e segurança pública.

8. Construir uma política estadual de atenção às vítimas de violência e a garantir sua descentralização pelo interior cearense

- 8.1. Fortalecer a ampliar a política de atenção e apoio às vítimas de violência, por meio de maior estrutura para a atuação do Centro de Referência e Apoio às Vítimas de Violência – CRAVV - e sua descentralização através da regionalização de sua atuação;
- 8.2. Apoio as recomendações e construções do Comitê Cearense pela Prevenção dos Homicídios na Adolescência, para articulação dos atendimentos do sistema de justiça criminal, da política de assistência e dos programas e serviços específicos às vítimas de violência;

- 8.3. Criar uma política estadual de atenção psicossocial aos profissionais de segurança pública e suas famílias, sobretudo aos que foram vítimas de violência.

9. Enfrentar a violência e as vulnerabilidades promovendo a cidadania de sujeitos historicamente discriminados

- 9.1. Articular serviços, ações e programas que projetem a perspectiva de uma vida sem violência para todas as mulheres;
- 9.2. Melhorar a infra-estrutura e de pessoal das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, com criação de curso específico de qualificação dos policiais dessas unidades, para tratar a problemática de forma cada vez mais ética, técnica e legal. Criar outras Delegacias nos municípios com 60.000 habitantes ou mais, conforme preconiza a Lei Estadual;
- 9.3. Garantir o debate sobre a legalização do aborto, numa perspectiva da luta pela saúde e pela autonomia da mulher e de seu corpo;
- 9.4. Combater a violência contra os grupos mais vulneráveis, com ações de campanha de – Combater a violência contra os grupos mais vulneráveis, com ações de campanha de sensibilização, ações de apoio às vítimas e enfrentamento pela responsabilização;
- 9.5. Construir ações e projetos, bem como apoiar ações da sociedade civil, que enfrentem o racismo, a violência gênero, o machismo, a lgbtfobia, o capacitismo e outras formas de discriminação e o opressão contra grupos, comunidades e populações específicas;
- 9.6. Promover uma política de atendimento, defesa e promoção dos Direitos Humanos das pessoas com o vírus HIV/AIDS, idosos e pessoas com deficiência;
- 9.7. Garantir a cidadania das pessoas com deficiência, assegurando-lhes a acessibilidade aos espaços públicos, removendo as barreiras arquitetônicas, implementando nos órgãos públicos a Linguagem Brasileira de Sinais/LIBRAS e BRAILLE e sinais de trânsito;
- 9.8. Instituir programa de combate ao racismo e quaisquer tipos de preconceitos na administração pública e na sociedade;

10. Cidadania e proteção de crianças, adolescentes e jovens

- 10.1. Enfrentar o quadro de violência institucional do sistema socioeducativo, garantindo o cumprimento das obrigações constantes no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, observando a suficiência de vagas e adequação das unidades, as equipes técnicas e de socioeducadores adequadas, garantindo a oferta de atividades educativas, arte, esporte e cultura, bem como de aprendizagem laborativas para os adolescentes em idade adequada;

- 10.2. Realizar concurso público para o Sistema Socioeducativo do Estado;
- 10.3. Apoio os municípios na estruturação das medidas em meio aberto para adolescentes em conflito com a Lei;
- 10.4.** Enfrentar os efeitos da miséria, da pobreza e da violência sobre as crianças, adolescente e jovens;
- 10.5. Priorizar políticas públicas em defesa da infância e da juventude, através da valorização do Fundo para Criança e Adolescência do Ceará – FECA e Fundo de Desenvolvimento do Esporte e Juventude – FUNDEJ. FUNDEJ;
- 10.6. Realizar ações afirmativas para combater a violência doméstica contra crianças, adolescentes e mulheres, com a criação de um serviço especial de atenção às vítimas e ações preventivas em escolas e comunidades;
- 10.7. Atingir as recomendações do SINASE para a realização de Medidas Socioeducativas em regime fechado aos adolescentes em conflito com a lei, implementando equipes profissionais em número suficiente para efetividade e qualidade da responsabilização e do acompanhamento de egressos do sistema;

11. Organizar e valorizar uma política estadual de cidadania para a população LGBTQI

- 11.1 Estabelecer Programa de formação em Direitos Humanos da Polícia Militar do Ceará, em parceria com as organizações comunitárias do movimento homossexual, de sensibilização para um atendimento cidadão e não homofóbico;
- 11.2 Garantir a criação de pelo menos um Centro de Referência LGBT no interior do estado;
- 11.3 Garantir o cumprimento do Plano Estadual de Promoção dos Direitos LGBT e de combate à LGBTfobia, com orçamento específico para sua execução;
- 11.4 Instalar o Conselho Estadual de Políticas LGBTs, a partir da representação dos movimentos sociais LGBT;
- 11.5 Garantir ambulatório transexualizador para atendimento às pessoas trans;
- 11.2 Estabelecer um programa de capacitação de todos/as os/as servidores/as públicos/as estaduais, em Direitos Humanos, em parceria com as organizações comunitárias;
- 11.3 Estabelecer Programa de capacitação dos/as funcionários/as do sistema de transportes intermunicipal (em parceria com as empresas de transportes), em Direitos Humanos, em parceria com as organizações comunitárias do movimento homossexual, para que prestem atendimento não discriminatório à população LGBT, estimulando a convivência harmoniosa, inclusive com colegas homossexuais;
- 11.4 Estender os direitos previdenciários para os/as companheiros/as estáveis do mesmo sexo, dos/as servidores/as estaduais;

11.5 Aprovar Lei estadual que estabelece sanções a estabelecimentos comerciais que discriminarem em decorrência da orientação sexual;

11.6 Excluir dos processos licitatórios empresas que tenham sido condenadas, em decorrência de discriminação por orientação sexual, de acordo com a Constituição Federal, que proíbe qualquer tipo de discriminação;

11.7 Viabilizar com recursos do orçamento estadual políticas de promoção dos Direitos Humanos de gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais;

11.8 Inclusão na política estadual de habitação as composições diversas de família, reconhecendo as uniões estáveis de pessoas do mesmo sexo, como as demais uniões civis;

12. Enfrentar o trabalho escravo no Ceará

12.1 Políticas de educação em direitos humanos e sensibilização pública sobre o tema;

12.2 Apoio institucional a ação do Ministério do Trabalho e Emprego e seus fiscais, bem como ao Ministério Público do Trabalho;

13.3 Trabalho preventivo junto a setores e cadeias produtivas;

13.4 Desestímulo econômico e fiscal a empresas flagradas com trabalhadores em situação análoga à escravidão em seus processos produtivos;

13.5 Programas e projetos de apoio às vítimas, suas famílias e comunidades mais vulneráveis

Fortalecer e ampliar a atuação da Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo no Ceará (Coetrae), bem como seu plano de ação.

13. Políticas para a população em situação de Rua

13.1. Estratégias para obedecer e apoiar os municípios na observância das normas nacionais e internacionais para assegurar que crianças e adolescentes não estejam nas ruas, respeitando os direitos humanos dos envolvidos, suas famílias e comunidades;

13.2. Apoiar os municípios em ações para redução das vulnerabilidades e nas demandas pela promoção dos direitos humanos das pessoas em situação de rua;

13.3. Formação com agentes do Estado para redução de abordagens violentas e constrangedoras para as pessoas em situação de rua.

ACESSO À JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Nos últimos anos observamos um acentuado incremento dos homicídios no Nordeste, um fenômeno que tem sido denominado de “nordestinação da violência”. O Ceará, que em 2005 ocupava o 17º lugar no ranking geral de homicídios, em 2014 chegou à 2ª posição. Considerando o período entre 2006 e 2016, vivenciamos uma variação na taxa de homicídios por 100 mil habitantes que passou de 21,8 para 40,6, com o pico em 2014 chegando a 52,3.

Os dados do relevante Comitê Cearense de Prevenção de homicídios na adolescência situam nosso estado em primeiro lugar entre aqueles com mais mortes na faixa etária entre 12 a 18 anos. O maior índice de homicídios na Adolescência entre as capitais é de Fortaleza (IHA – 2014). No acumulado de 2011 a 2017 na faixa etária de 10 a 19 anos, foram 6339 homicídios. Considerando-se apenas o último ano, tivemos 981 homicídios nessa mesma faixa etária. No geral, apenas no ano de 2017, foram 5134 crimes violentos letais intencionais, sendo 364 de mulheres (contra 210 no ano anterior) e, destas, 80 eram adolescentes. Como se não bastasse esse trágico quadro, o Estado de Ceará já registra em 2018 oito chacinas, totalizando 48 mortes. As principais vítimas da violência letal, em perfis divulgados a cada relatório e mapeamento, são jovens, negros e moradores das periferias. De janeiro a junho deste ano, já são 2380 CVLIs.

Sabe-se que há uma correlação entre as condições educacionais, de oportunidades laborais e de vulnerabilidade econômica e a prevalência de mortes violentas: municípios com menor acesso à educação, com maior população em situação de pobreza e maiores taxas de desocupação apresentam maiores taxas de mortalidade violenta. Na capital cearense essa correlação também se apresenta de forma gritante: em 2015 44% das mortes de adolescentes ocorreram em apenas 17 dos 119 bairros da cidade. Quase 1/3 dos homicídios aconteceu em assentamentos precários onde vivem 13% da população, em área equivalente a 4% da cidade.

Outro relevante dado diz respeito ao aumento de mortes por intervenção policial. Passamos de 41 em 2013 para 161 no ano de 2017. Destaca-se, com dados da SSPDS, que de janeiro a maio deste ano já ocorrem 108 mortes por intervenção policial.

Por outro lado, a cada gestão, políticas reconhecidamente fracassadas ou insuficientes são retomadas com um volume crescente de investimento, criando notícias – não mais que isso - de impacto, mas sem efeito social relevante ou, o que é pior, gerando consequências negativas no ciclo de violências.

A solução encontrada pelos governos para dar conta da (in)segurança pública, para superação ou diminuição da violência causada, justamente, por menos investimento na área social, tem se restringido a reformas superficiais (troca de secretários sem alteração no modelo de atuação) ou mais Estado repressor e punitivo (área policial e prisional): ocupação militar de áreas populares, propostas de redução da maioria penal, restrições às liberdades, práticas higienistas e de limpeza social, aumento da segregação espacial e apelos de punições cada vez mais severas (prisão perpetua, pena de morte, castração química),

entre tantas outras medidas fragmentadas, escapistas e de pouco efeito sobre os reais motores da conflitualidade social (quando não possuem efeitos colaterais negativos), mas com forte apelo eleitoral.

A proposta abaixo, ainda que inicial e parte de um processo mais amplo de elaboração colaborativa e horizontal, leva em consideração a premissa de que um programa socialista e democrático não pode se esquivar de elaborar criticamente a temática da segurança pública, por muito tempo relegada, tanto teórica como empiricamente, ao conservadorismo. No entanto, sob pena de incorrer em erros históricos, deve centrar esforços em fazê-lo pela defesa da vida e à luz dos direitos humanos, consagrados não apenas nos parâmetros nacionais e internacionais, mas sobretudo acumulados pelos lutadores e lutadoras que resistem contra a violência institucional ao longo dos tempos, particularmente em nosso país.

Na prática, isso significa que segurança pública exige investimentos preventivos em educação, saúde, assistência social, oportunidade de trabalho e renda, cultura e formação e valorização dos servidores públicos, inclusive da categoria policial. Esta tarefa nos impõe, por um lado, a crítica radical ao crescente fenômeno da criminalização da pobreza, em especial da juventude, e, por outro, a superação do medo e da insegurança generalizada que se relaciona, complexamente, com fenômenos de tipo defensivo ou meramente punitivos, levados a efeito pelo Estado ou pela sociedade civil.

Nesta perspectiva, a crítica ao tradicional sistema penal e repressivo, com foco nas suas instituições e nas práticas de seus agentes, é estratégica e necessária para a compreensão e o enfrentamento das mazelas sociais dos tempos em que vivemos, em especial no que diz respeito à estigmatização da condição de destituição econômica, ou seja, à condenação preconceituosa e antecipada com base em características físicas, sociais, econômicas e/ou geográficas que supostamente revelariam a periculosidade de determinados segmentos.

No mundo contemporâneo se assiste a um processo de tratamento penal da miséria, no qual as/os oprimidos por vezes não necessitam praticar crimes para serem alvos do poder punitivo; sua mera existência autoriza a imposição da violência institucional, uma vez que preenchem o perfil do inimigo público a ser combatido. No caso brasileiro, em especial, encarnado na figura do traficante de drogas. Basta, portanto, ser jovem, negro e morador de periferia para ser, em virtude dos estereótipos construídos sobre tal grupo, vítima da seletividade penal.

A violência, além de consistir em um dos desdobramentos da questão social, é também dialeticamente um elemento que alimenta a sua reprodução. Caracterizadora da distribuição da segurança em nosso país, a desigualdade ilustra os padrões de vitimização, segregação espacial, social, política e cultural, os processos de estigmatização individuais e comunitários, a seletividade na incidência das políticas de proteção e das políticas sociais mais gerais. As consequências danosas das desigualdades demandam a necessidade de reformulação do próprio conceito de segurança - e, por conseguinte, da aplicação invariável da mesma fórmula de “combate à violência” e “guerra às drogas” - dissociando-o da ideia de repressão e de modelo meramente reativo para tomá-lo como direito a ser reivindicado por toda população e garantido pelo Estado. Direito que historicamente tem sido distribuído de forma desigual, agravado pela transferência cada vez maior dessa responsabilidade para o setor privado.

A segurança privada avançou a passos largos desde os anos de 1970 e, muitas vezes, é exercida ilegalmente por policiais, bombeiros, agentes penitenciários e guardas municipais, muitas vezes agenciados por seus superiores hierárquicos no serviço público. Faltam mecanismos que garantam a responsabilização e prestação de contas dos agentes e empresas da segurança privada. Consequentemente, alguns setores são mais penalizados, ou duplamente penalizados, como é o caso da juventude, em especial a parcela negra e pobre, visivelmente exterminada pela violência e pela ausência de políticas públicas universalizantes. Tal aquecimento do mercado da segurança e a respectiva disseminação e sofisticação de estratégias e dispositivos de autoproteção dos mais privilegiados, constituem mais um sintoma de distanciamento de classes e reestruturação do espaço e da vida urbana que promovem uma guetização indesejada, pois a própria espacialidade cidadina também educa: a vigilância permanente atualiza a estigmatização do Outro como ameaçador e educa não para o diálogo, a liberdade e o respeito às diferenças, mas sim para o ódio de classe (amalgamado com o ódio racial), para o elitismo arrogante, para o temor e o desinteresse.

Outro ponto a ser superado diz respeito à violência policial e ao incentivo que tal prática encontra dentro da própria corporação e da política de segurança vigente. Como se não bastasse a tradição violenta e seletiva da polícia militar após duas décadas de regime autoritário, contando com repressão ilegal e clandestina, permanece nos tempos atuais o incentivo ao abuso e crueldade no campo do policiamento ostensivo, muitas vezes disfarçados de “gratificações” aos trabalhadores da área. Experiências anteriores em outros Estados apontam, no entanto, que determinados tipos de gratificação por “mérito” estimularam ainda mais a violência institucional e aumentaram, por outro lado, o número de agentes de segurança mortos ou feridos. Claro está que existem muitos profissionais que cumprem suas atividades com honestidade e dignidade mas, no seu conjunto, as instituições policiais continuam a funcionar como se estivéssemos em uma ditadura ou como se vivêssemos sob um regime de apartheid social.

Constrói-se uma espécie de “cinturão sanitário” em torno das áreas pobres das regiões metropolitanas, em benefício da segurança das elites. Nesse sentido, poder-se-ia afirmar que o negligenciamento para com a polícia, no momento da repactuação democrática, em certa medida, acabou contribuindo para a perpetuação do modelo de dominação social defendido pelos setores mais conservadores. Ou seja, essa negligência apresenta-se muito mais como estratégia do que uma indiferença política propriamente dita (Soares, 2003).

A afirmativa acima, vinda de um ex-secretário de segurança e pesquisador do campo, nos revela o tamanho da tarefa a ser enfrentada no remodelamento do aparato de segurança, em nível federal e estadual, para a superação do que se banalizou como prática na corporação policial, incluindo a violência arbitrária, extorsão e humilhação, alterações constantes na cena dos crimes policiais e excursões punitivas em bairros populares. O uso desnecessário e abusivo de meios coercitivos ou mesmo abertamente criminosos – como a tortura e a execução – além de intoleráveis no Estado Democrático de Direito, em nada contribuem para reduzir os índices de conflitualidade. Antes, destroem a confiança nos agentes que deveriam zelar pela garantia de direitos, além de atingir os setores mais vulnerabilizados, a exemplo de negros e homossexuais.

De acordo com especialistas, as melhores polícias do mundo são aquelas que criaram uma cultura interna de respeito às diferenças e de cordialidade no trato com os cidadãos, ainda que estes estejam em conflito com a lei. Tal lógica, herdada de um militarismo que contradiz a própria ideia de segurança, faz com que os policiais percebam a si como “combatentes” e aos transgressores (da lei ou da —ordem) como “inimigos”, estimulando uma percepção dos valores legais e garantistas como obstáculos à sua eficiência, e não como objetivos aos quais deveriam se vincular. Os “inimigos”, fabricados segundo as conveniências do poder, modificam no decorrer da história (“vadios”, “subversivos”, “favelados”), introduzindo a dinâmica da guerra no Estado (Zaffaroni, 2007).

Avessa e, em realidade, pouco acostumada ao controle externo, a corporação policial permanece, destarte, quase sem sofrer responsabilização aos constantes abusos cometidos. Segurança pública é, essencialmente, uma concepção política. A violência e a letalidade policial consistem, portanto, numa escolha deliberada da lógica de segurança historicamente adotada. Enfrentar tais matrizes no sentido da desmilitarização da polícia e da política de segurança consiste, assim, em um dos focos centrais do nosso plano de governança.

O aparato policial deve coibir e investigar a violência, jamais reproduzi-la. Isso pressupõe um modelo oposto à lógica de militarização da vida urbana, pois a transformação da urbe em um espaço sociopolítico, econômico e cultural seguro e prazeroso consiste em um desafio civil. Assim, **referimo-nos ao direito à segurança como a segurança dos direitos**, uma vez que o investimento exclusivo no policiamento ostensivo é incapaz de lidar com as matrizes da conflitualidade social.

Ainda que não haja consenso significativo a respeito das estratégias que possam oferecer um novo paradigma para a ação policial propriamente dita, incluindo os programas de “policiamento comunitário”, existem alternativas das quais se pode extrair recomendações extremamente validas para a elaboração de um plano de segurança que vise, sobretudo, a garantia dos direitos humanos.

Diante de tais considerações, propomos:

14. Defesa da vida, reduzir homicídios e gerar uma nova priorização para o sistema de justiça criminal

14.1 Acatar e implementar as recomendações do Comitê Estadual de Prevenção de Homicídios na Adolescência, liderando as pactuações entre os atores implicados nas recomendações;

14.2 Estruturar as agências de segurança pública, sobretudo a polícia judiciária e a Perícia Forense para fortalecer a investigação e aumentar a responsabilização dos crimes contra a vida;

14.3 Garantir a priorização na investigação dos homicídios cometidos contra crianças e adolescentes, conforme orientação da doutrina da proteção integral e da prioridade absoluta preconizada pela Constituição e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente;

14.4 Enfrentar as prisões provisórias e reorganizar o sistema penitenciário do estado

15. Enfrentar as excessivas prisões provisórias

- 15.1. Pactuar uma estratégia de redução dos presos provisórios obedecendo as orientações legais;
- 15.2. Fortalecer e oferecer apoio às audiências de custódia;
- 15.3. Fortalecer e divulgar os meios de alternativas penais;
- 15.4. Criar sistema de alerta para informar ao sistema de justiça para o tempo de privação de liberdade e condições das unidades dos internos em situação de prisão provisória;
- 15.5. Estudar estratégias para separação dos presos provisórios dos condenados, conforme orientação da Lei de Execuções Penais;
- 15.6. Propiciar debates e estudos sobre os impactos da atual Lei drogas na estruturação da superpopulação carcerária cearense;
- 15.7. Comprometer-se com a Agenda Nacional pelo Desencarceramento, procurando estabelecer as condições legais e dignas para o cumprimento das penas, zelando e contribuindo para o diálogo institucional em que para que a privação de liberdade seja exceção e não regra e que se adeque localmente aos parâmetros legais nacionais;
- 15.8. Estruturar ações de educação, trabalho e geração de renda para os internos, bem como fortalecer os vínculos familiares e os esforços de cooperação da sociedade civil.
- 15.9. Construção de estratégias segurança para o controle das unidades penitenciárias por parte do Estado do Ceará, através dos recursos de inteligência e da racionalização das medidas de privação de liberdade.

16. Reformar as polícias

- 16.1 Realização de policiamento comunitário. Um policiamento comunitário não pode ser confundido com políticas de tolerância zero ou de criminalização; práticas estas que tem recebido inúmeras e fundamentadas críticas de especialistas, não tendo demonstrado resultados sólidos na diminuição dos crimes e desfazendo qualquer laço de confiança entre as forças de segurança e as comunidades, além de estimular condutas contraditórias e violentas. O policiamento comunitário consiste em uma estratégia organizacional que parte de uma premissa de cooperação (e não de vigilância), através de ação proativa, integrado às demais políticas públicas, estimulando a participação dos e das moradores e moradoras na prevenção da violência e na mediação de conflitos, além da integração com os demais equipamentos existentes através de ações educativas;
- 16.2 Descentralização da Perícia Forense e seu fortalecimento;
- 16.3 Ampliação do quadro da polícia civil e suporte para a inteligência e a investigação dos crimes contra a vida;

- 16.4 Humanização do atendimento nas delegacias e integração por sistema informatizado; reduzindo o tempo de espera para a realização dos Boletins de Ocorrência e outras forma de comunicação de crime;
- 16.5 Construção de delegacias da mulher onde ainda não existem e legislação prevê, com um corpo técnico qualificado para tratar a problemática de forma transdisciplinar.
- 16.6 O investimento da qualificação e reforma das polícias é fundamental, valorizando-as, revigorando suas lideranças saudáveis, estimulando seu comprometimento com o trabalho preventivo, com os direitos humanos, apoiando sua presença interativa e dialógica nas comunidades; Ampliar a participação da mulher nos quadros das polícias;
- 16.7 Respeitar a participação e organização dos trabalhadores, respeitando suas organizações, grupos e promovendo intenso diálogo;
- 16.8 Fortalecer ações preventivas de Policiamento Ambiental, tendo em vista a ampliação da proteção das Unidades de Conservação e do patrimônio ambiental do estado;
- 16.9 Fortalecer e dar autonomia aos Institutos médico legais e de criminalística com a contratação de profissionais e dotada dos equipamentos necessários ao seu desempenho, ampliando ainda o investimento na modernização dos IPTs, para evitar que o Estado seja dependente de outras unidades da federação na elaboração de perícias e laudos técnicos;

Promover os direitos humanos e valorizar os profissionais da segurança pública

- 17.1 Caracterização dos policiais como trabalhadores, incluindo-os nas leis que protegem os servidores civis. Não é de forma alguma concebível que profissionais que garantem direitos e liberdades não tenham seus direitos reconhecidos;
- 17.2 Estabelecer o teto de 40 horas semanais para todos os profissionais de segurança pública do estado, com regulamentação de banco de horas;
- 17.3 Criação da Licença Capacitação para profissionais de segurança pública, com três meses exclusivamente para estudos, a cada 05 anos de serviços prestados à instituição;
- 17.4 Modificação da lei que trata do financiamento de mestrado e doutorado por parte dos servidores estaduais, para que contemple redução da carga horária ou dispensa de ponto em caso de aprovação em mestrado ou doutorado em universidade pública do estado, bem como contemple todos os profissionais de segurança pública;
- 17.5 Criação de programas de atendimento psicossocial para o policial e sua família, inclusive com estabelecimento de equipe multidisciplinares de trabalho em saúde mental para visita e atendimento nas próprias unidades policiais;
- 17.6 Extinção do cumprimento de prisão disciplinar para os militares estaduais, estabelecendo formas mais humanizadas de responsabilização;

17.7 Estratégias de atenção psicossocial e de proteção aos profissionais da segurança pública, focando nos riscos à vitimização policial e no adoecimento mental dos profissionais;

18. Pensamento, estratégias e inteligência para a política de segurança

18.1 Elaboração de diagnósticos sensíveis às realidades locais (e, em grandes cidades, realizados por bairros) e constantemente atualizados, visando a ação preventiva. Dados como perfil das vítimas, modus operandi das infrações, local, data e hora são essências para superar as improvisações, a violência institucional e aumentar a produtividade da política de segurança. Tal diagnóstico deve ser feito considerando-se pesquisas de vitimização e um sistema de georreferenciamento, informações estas extremamente relevantes para alocação e aplicação adequada de investimentos (policimento, iluminação, articulação com demais políticas, etc.). Quanto mais a política criminal atuar com informações precisas sobre o histórico e a realidade, mais chances terá de prevenir os delitos e os crimes, deixando de atuar como uma espécie de “modelo hospitalar” para diminuir e evitar as ocorrências. Assim, faz-se necessário investigar como, concretamente, a violência e a insegurança se manifestam em cada espaço e em cada momento;

18.2 Criação de um Centro de Altos Estudos em Segurança Pública no âmbito da SSPDS, com seleção e aproveitamento dos pesquisadores internos das instituições e concurso para pesquisadores civis;

18.3 Estruturar os setores de inteligência e organizar o trabalho das agências de segurança a partir de planos estratégicos e do senso estratégico desenvolvido por estas áreas, respeitando direitos e a cooperação interinstitucional.

19. Construção e controle democrático da política de segurança

19.1 Garantir a participação da sociedade na elaboração e fiscalização das políticas de segurança pública é fundamental, tendo o poder público papel insubstituível na implantação de conselhos locais nos bairros, especialmente naqueles com maiores índices de criminalidade violenta (com membros da comunidade, entidades e ONGs, bem como representantes de órgãos estatais), a fim de elaborar políticas específicas de segurança, que atendam à complexidade dos problemas e às peculiaridades de cada localidade;

19.2 Reformular o Conselho Estadual de Segurança Pública, garantir a atuação do CONSESP (Conselho Estadual de Segurança Pública) onde instituições e órgãos dos governos estadual e municipais, o Ministério Público, Defensoria e sociedade civil possuem a função de elaborar e fiscalizar a política de segurança, como também de identificar problemas e propor soluções;

19.3 Criar uma ouvidoria externa para o controle democrático dos órgãos de segurança pública do Ceará, com autonomia e escolha aberta feita pela sociedade civil;

19.4 Fortalecer a Controladoria Geral, com ampliação de contingente, interiorização e equipes operacionais com ênfase no reforço às ações de inteligência, prevenindo os desvios de conduta e promovendo a sua rápida responsabilização;

19.5 Criar a Ouvidoria dos Órgãos de Segurança Pública e Defesa Social, com autonomia e mandato referendado pelo CONSESP. A Ouvidoria será um instrumento de fiscalização e crítica ao serviço público, no âmbito da segurança, coordenando uma rede de ouvidorias criadas em todos os órgãos de segurança que atendem ao público, por força da aprovação da Lei Estadual. A Ouvidoria será dotada de uma estrutura com autonomia e independência funcional, instituídas por lei, com prerrogativa de requisitar informações aos órgãos do Estado para instruir procedimentos de apuração de desvio de conduta;

20. Agenda de prevenção: articulação de políticas e ação continuada de proteção social em território vulneráveis

20.1 Acatar e implementar as recomendações do Comitê Estadual de Prevenção de Homicídios na Adolescência, liderando as pactuações entre os atores implicados nas recomendações.

20.2 Garantir a proteção das famílias vítimas de violência, elaborando um protocolo intersetorial às famílias de adolescentes vítimas de homicídios. Realizar atividades de empoderamento das mulheres jovens e chefes de família em articulação com as políticas públicas e organizações comunitárias;

20.3 Ampliar a rede de programas e projetos sociais de prevenção para adolescentes vulneráveis ao homicídio;

20.4 Aprimoramento do censo e do mapa de riscos sociais, incluindo as variáveis relacionadas aos homicídios;

20.5 Promover a qualificação urbana dos territórios vulneráveis aos homicídios;

20.6 Realizar busca ativa para inclusão de adolescentes no sistema escolar;

20.7 Prevenir a experimentação precoce de drogas e promover apoio às famílias, com uma abordagem não criminalizante e adequação da rede de atendimento psicossocial;

20.8 Promover oportunidades de aprendizagem e inclusão no mercado formal de trabalho com renda;

20.9 Em sequência ao mapeamento de territórios de conflitos e violência, dirigir equipamentos e serviços como praças, iluminação pública e vias de lazer que promovam encontros e espaços de convivência saudável;

20.10 Criação de um Programa de construção de bibliotecas e centros de apoio aos estudantes, com laboratórios de informática, acesso à internet, salas de estudo e assessoria especializada, nas cidades e bairros com maior índice de homicídios de jovens.

20.11 Criar Agências Comunitárias de Resolução de Conflitos, contando com agentes mediadores;

- 20.12 Ampliar mecanismos de multiplicação de princípios da Justiça Restaurativa, com maior participação das comunidades;
- 20.13 Considerando que a maior taxa de vitimização encontra-se entre os jovens, a política de segurança deve atuar de forma integrada com as medidas de incentivo ao esporte, à cultura e ao lazer, reforçando os laços comunitários e o direito à convivência familiar e comunitária;
- 20.14 Promover o respeito aos direitos pela mídia e adotar providências legais pertinentes à responsabilização das emissoras e à reparação de danos morais coletivos;
- 20.15 Priorização de políticas educativas e de redução de danos com relação ao uso de drogas, sejam elas lícitas ou ilícitas.

21. Controle de armas

- 21.2 Criar uma política estadual de controle do uso e da circulação de armas de fogo e munição para Ceará;
- 21.3 Criar ações de sensibilização pública sobre os riscos da sociabilidade armada, bem como implicando ações de desarmamento da população;

Segurança Pública e População Negra

“VIOLÊNCIA LETAL: E O PSOL COM ISSO?”

Se mantivermos o mesmo ritmo, o estado do Ceará será responsável pela morte de mais de 7 mil pessoas no ano de 2018. Somente ano passado, 5.134 pessoas foram assassinadas nas terras alencarinhas. Em comparação com o ano de 2017 (janeiro), os crimes letais intencionais aumentaram mais de 34% demonstrando o colapso da política de segurança pública do atual governo. Fortaleza lidera mais da metade desses homicídios. Em 2015, a capital cearense já era a campeã em homicídios e mortes violentas, segundo o Atlas da Violência. Dois anos depois, ocorrências letais intencionais chegaram a 1.978, alta de 96,5% em relação a 2016.

Os dados são importantes para nos garantir uma dimensão aproximada da barbárie em andamento, mas não dão conta do impacto e aprisionamento pelo medo de todas as esferas da vida pública. Erguemos cada vez mais alto e em mais quantidades os muros e cercas que nos separam. Não nos olhamos, não nos vemos, não nos encontramos e continuamos apartados e segregados. Portanto, nossa primeira e vital tarefa revolucionária é vencer o medo e as narrativas de ódio e de morte. É preciso, fundamentalmente, reconhecer e valorizar a pulsão de vida e esperança espalhadas por cada canto das cidades, bicos, favelas, distritos rurais e assentamentos. São iniciativas de encontro, produção comunitária, economias criativas, coletivos de juventudes, agricultoras e agricultores comprometidos com a preservação da natureza, pescadores e marisqueiras que apontam em suas práticas um jeito de (re)existir e ser.

A segunda tarefa é de vencer o discurso fácil e raso sobre os homicídios. A violência letal tem endereço certo, tem alvo preferencial nos corpos pretos. São negras e negros que estão estirados nos lastros

estatísticos, são vidas negras invisibilizadas até na morte. Dizer que a violência atinge à todas as pessoas é verdade, mas também é um jeito de não colocar o dedo na ferida do racismo de estado, fundante do *ethos* social tupiniquim. Entendemos como prioritária a tarefa de visibilidade em todas as suas formas, para que as vidas negras não sejam mais a base larga e trágica das estatísticas de morte no estado do Ceará. Terceira tarefa, e não menos importante, é criar um portfólio de metodologias e políticas públicas com foco na redução de homicídios, sejam elas:

1. FIM DA IMPUNIDADE PARA CRIMES DE HOMICÍDIOS – Implementação imediata de inquérito e investigação de TODOS os casos de homicídios no estado do Ceará; Aumento de efetivo da polícia judiciária; Julgamento célere para crimes contra a vida, principalmente contra Crianças, adolescentes e mulheres.
2. PROTEÇÃO DA VIDA – Ampliação dos programas de proteção à pessoas ameaçadas; Efetivação de políticas sociais para população mais vulnerável (Crianças, adolescente, mulheres).
3. MUDANÇA DO PARADIGMA DE SEGURANÇA PÚBLICA – Fim das ações arbitrárias e da política de enfrentamento aos pobres; Implementação de ações urbanísticas e ambientais nos assentamentos precários; Programa de inserção e qualificação para egressos; Prioridade para ações de investigação/inteligência/prevenção.
4. DISTENSIONAMENTO SOCIAL – Prioridade para metodologias e ações que promovam a mediação dos conflitos; Prioridade para negras e negros em projetos e programas sociais, visto que são as vítimas preferenciais da violência letal; Redirecionamento de toda a política de educação para promoção da inclusão e vivência não violenta dos conflitos; Redistribuição do erário conforme a necessidade de cada área (Quem mais precisa, recebe maior investimento); Prioridade para iniciativas comunitárias com alto escalonamento e baixo custo.

Construiremos outras narrativas de vida para os nossos e as nossas. A morte do povo preto é um projeto. Nossa proposta é a subversão das lógicas e implementação de políticas para a garantia da vida, dos afetos e dos sorrisos. Venceremos!

CULTURA, ARTE E COMUNICAÇÃO

A Secretaria de Cultura do Ceará foi a primeira a ser criada no Brasil, há cinquenta anos. Chega a 2018 com uma estrutura deficiente para dar conta da sexta capital mais populosa do país, num celeiro de diversidade e de manifestações culturais.

Numa breve análise desse período, podemos constatar que ao longo desses cinquenta anos a secretaria alternou fases de efervescência e inércia. A partir de 2007, mais especificamente no Governo de Cid Gomes, a Secult-CE amargou um período de desmonte e estagnação. Gestões desprivilegiadas,

ações descontinuadas, pouco ou nenhum diálogo com a classe artística. As demandas prioritárias da classe foram completamente desconsideradas.

Em 2012, numa reação ao marasmo e por iniciativa do Fórum de Linguagens, a classe artística cria o Movimento Arte e Resistência - MAR e ocupa a Praça do Ferreira por dias, apresentando seu protesto e suas reivindicações a uma gestão surda e ineficaz. Em 2015, o Governo de Camilo Santana assume, com a perspectiva de continuidade do governo anterior. Apesar do quadro de descrédito da classe artística, a Cultura foi usada como uma das principais bandeiras de campanha, tendo como compromisso principal a garantia de 1,5% do orçamento para a pasta da Cultura.

Um estudo da execução orçamentária da pasta da Cultura transparece a dificuldade no cumprimento da meta estabelecida. Houve um esforço real dos gestores em estabelecer novos canais de diálogos com os artistas e com os trabalhadores da cultura. No entanto, o mesmo esforço não se materializou concretamente em recursos. Nos dois primeiros anos de gestão, o montante total de recursos dedicado à Secretaria de Cultura e ao Fundo Estadual de Cultura chegou a ser inferior ao último ano do Governo de Cid Gomes.

A falta de estrutura da própria secretaria tornou-se mais evidente, ao longo das últimas gestões. A dificuldade para viabilizar os processos administrativos se fez notar em diversos níveis: processos de tombamento do Patrimônio acumulados; prestações de contas de convênios incompletas ou não analisadas, contribuindo para a situação de inadimplência de vários sujeitos; dificuldade na operacionalização de programas e ações, por falta de pessoal e competências específicas para algumas áreas.

Em 2018, último ano da atual gestão, é lançado o primeiro concurso público para a secretaria, uma das principais demandas da classe artística. Ainda que tenha sido amplamente celebrado, como uma valorosa conquista após anos de luta, o concurso chega de forma tardia e é implementado apresentando baixos salários para algumas categorias. A fim de sanar as discrepâncias, portanto, faz-se urgente a criação e efetivação do Plano de Cargos e Carreiras da Secult.

É preciso pontuar, também, acerca do modelo de gestão da cultura proposto até aqui, onde temos a concentração de todos os equipamentos do Estado sob a administração de uma mesma Organização Social (OS), que é o Instituto Dragão do Mar. Os trabalhadores da cultura acabam submetidos a uma só fonte de contratação, seja em Fortaleza ou no interior. A burocratização excessiva, a cada pagamento, e os atrasos injustificáveis na liberação dos recursos, criam um círculo vicioso insuperável nos processos administrativos, evidenciando um nível maior de precarização. Esse modelo centralizador já se mostrou problema em outras áreas da gestão, como a Saúde.

Os atrasos na liberação dos recursos, por sua vez, explicitam a dificuldade em efetivar o compromisso com a destinação de 1,5% da receita corrente líquida do executivo para a pasta da Cultura,

conforme consta no Plano Estadual de Cultura. Se os recursos chegam muito tardiamente, a execução orçamentária fica comprometida e muitos processos são interrompidos.

A implementação do Plano Estadual de Cultura, em consonância com o Plano Nacional de Cultura, é um marco fundamental para pensarmos as políticas públicas para a cultura, no âmbito do Ceará. Os processos de elaboração dos planos (nacional, estadual e municipal) serviram, sobretudo, para aproximar sujeitos e sistematizar as demandas em propostas objetivas. Esse acúmulo já aponta as diretrizes para uma política efetiva de Estado, e não mais de governo, como se desenha até aqui.

Mas, se temos as metas já estabelecidas no Plano, é preciso garantir os recursos necessários para implementação dessas metas. Os repasses do Governo do Estado para a secretaria parecem não acontecer com a regularidade devida, considerando que a execução orçamentária permanece baixa a maior parte do ano, sendo alavancada apenas no segundo semestre. Isso compromete a continuidade das ações e a manutenção dos equipamentos, a exemplo do Centro Cultural Bom Jardim, que chega a ficar meses parado, a espera de recursos para realizar as ações planejadas. Com os equipamentos subutilizados e as atividades descontinuadas, todo o trabalho fica comprometido.

De onde partimos:

Assumimos a cultura como um direito, assim como a saúde, a educação e a moradia, conforme nos garantiu a constituição de 1988 e está inscrito nos principais documentos de direitos humanos, a exemplo do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Direitos decorrem da dignidade inerente à pessoa humana, que contribuem para o enfrentamento da miséria e da pobreza. São esses direitos que nos empenhamos em manter, hoje, considerando o difícil contexto em que vivemos, após a efetivação do golpe, no Brasil.

Pelo seu forte potencial emancipatório, acreditamos que cabe à Cultura um papel estratégico num programa de governo. A Cultura deve ser vista como um campo de afirmação da diversidade em todos os territórios e linguagens artísticas, assim como em todos os campos de produção de saber.

É urgente pensarmos numa Economia da Cultura que não priorize o fortalecimento das indústrias criativas. Nesse sentido, as experiências colaborativas e em rede têm muito o que ensinar. Os novos arranjos produtivos que se criam nos bairros e nas comunidades, abrem caminho para o surgimento de novos fluxos e relações. Daí a importância de diversificarmos as fontes de financiamento para a cultura, ampliando os mecanismos de fomento, desburocratizando alguns processos e favorecendo o acesso à produção e à circulação de bens culturais. Isso implica em criar estratégias para descentralização de ações e recursos, valorizando iniciativas de grupos e coletivos da periferia de Fortaleza e do interior do Ceará, contribuindo para sua manutenção. Com o cuidado de não estimularmos uma visão mercantilista da arte e da cultura, reduzindo-as a produtos comercializáveis.

Para que as políticas de cultura possam, de fato, se efetivar como políticas de Estado, é fundamental que as propostas caminhem em consonância com o Plano Estadual de Cultura, fortalecendo o Sistema Estadual de Cultura. Para tanto, faz-se necessário assumir a relevância do Fundo Estadual de Cultura, ampliando-o, bem como garantir, pelo menos, a destinação de 1,5% da receita corrente líquida do executivo para a pasta da Cultura.

Não pretendemos inventar a roda. No Ceará, ao longo dos últimos 20 anos, assim como em todo território nacional, acompanhamos as lutas e os processos organizativos da classe artística, em torno de suas reivindicações. Torna-se imprescindível valorizar e legitimar as instâncias participativas da sociedade civil na gestão, incluindo o Conselho Estadual de Cultura, o Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural, os fóruns setoriais de linguagens e movimentos sociais, bem como abrir novos canais de diálogo com a sociedade civil, constantemente.

A co-gestão nos equipamentos culturais do Estado deve ser estimulada, a exemplo da gestão do Centro Cultural Bom Jardim, com participação efetiva da sociedade civil nas definições de prioridades e na construção de políticas públicas adequadas para cada equipamento (ocupação, programação, projeto pedagógico).

Considerando que Cultura e Meio Ambiente não se separam, e que modos de vida e modos de fazer de uma comunidade também são bens culturais, defendemos que o Patrimônio ganhe mais relevância nas políticas públicas de cultura, a começar pela agilidade nos processos de tombamento. É importante propor um plano consistente de ações articuladas, transversais e interinstitucionais com foco na defesa e preservação do Patrimônio, considerando sua relação com o meio ambiente, fortalecendo iniciativas que fomentem a educação para o Patrimônio, com o objetivo de suscitar a formação de atitudes preservacionistas na sociedade.

Entendemos que a cultura deve ser uma das estratégias para o enfrentamento da violência a que estamos sujeitos, porque permite a criação de laços de sociabilidade e pertencimento numa comunidade, diminuindo as fronteiras (geográficas e sociais) e reduzindo a desigualdade.

O enfrentamento da violência não deve se concentrar apenas no alto investimento em aparato e em pessoal para combatê-la. Um plano de Governo que de fato considere todos os dados e entenda a violência como fruto da desigualdade, não pode se abster de prever o aumento de políticas públicas nas áreas mais vulneráveis, reforçando o cuidado com a prevenção. Não pode haver enfrentamento da violência, sem enfrentamento da desigualdade. E essa desigualdade também se expressa, sobretudo, na falta de acesso aos direitos básicos, dentre eles a cultura. A cultura protege, porque amplia a visão de mundo das pessoas; educa para a diversidade; alarga a disposição para a construção coletiva da vida comum. Tudo isso é segurança, segurança cidadã, segurança humana.

Nossos princípios:

Temos como princípios básicos e irredutíveis: a inversão de prioridades na definição das políticas culturais e na distribuição de recursos públicos, de forma a favorecer o acesso das minorias e dos grupos de maior vulnerabilidade aos bens culturais; participação, co-gestão, transparência e democratização na formulação das políticas; a Cultura contra a desigualdade social e econômica; a Cultura e o Patrimônio Cultural em relação com o ecossocialismo; a Cultura como estratégia para o enfrentamento da violência. Para isso, é importante priorizar a produção de bens simbólicos, através de processos colaborativos com a sociedade civil, em detrimento da valorização da arte e da cultura como mercadoria.

A inversão de prioridades na definição das políticas culturais e na distribuição de recursos públicos:

Defendemos a priorização do acesso à cultura e à arte para grupos vulneráveis e minorias, criando programas, leis e editais, desburocratizados, facilitando o acesso a esses dispositivos, desde a inscrição até prestação de contas. Essas ações devem ser feitas em parceria com a sociedade civil. O principal objetivo é apoiar processos continuados de trabalho, que favoreçam o aprendizado a partir da experiência criativa e coletiva, mais do que na geração de produtos que alimentem o mercado.

Participação, co-gestão, transparência e democratização na formulação das políticas:

Acreditamos que o dinheiro público deve ser gerido de forma pública, com transparência e gestão compartilhada. A função reguladora do Estado deve partir do princípio da valorização de uma política pública de cultura inclusiva, democrática, emancipadora, contrapondo-se à lógica da mercantilização, ampliando os direitos e minimizando a precarização dos trabalhadores da cultura. É vital ampliar o debate sobre a Economia da Cultura, considerando os novos arranjos produtivos que vão surgindo, e as experiências apontadas pela Economia Solidária. Não fortalecer um modelo empreendedorista que vise apenas a adequação ao mercado formal. É da ordem da cultura a invenção de novos modos de fazer e, portanto, novos modos de vida, que possibilitam outras relações, afetivas, sociais e econômicas. É nessa invenção que uma gestão para a cultura deve apostar! O Estado é um agente de interesses públicos, defendendo bens simbólicos que não se submetem à lógica do mercado, como os direitos humanos, as inovações estéticas e a construção coletiva.

A Cultura Contra a Desigualdade Social e Econômica:

O papel emancipador da cultura passa pelo fortalecimento de uma disposição comunitária, sobrepondo-se a interesses individuais e centrando-se em valores que alimentam a alteridade. Para isso, permanecer em diálogo constante com os Direitos Humanos e a luta contra as opressões (o machismo, o racismo, o patriarcado, a homofobia, a transfobia, a misoginia, o genocídio e o etnocídio dos povos

indígenas e negros), no trabalho contínuo pela descolonização da cultura. Esse esforço deve mobilizar, portanto, iniciativas e ferramentas que façam frente às desigualdades sociais e econômicas, à intolerância racial, à opressão de gênero e, de maneira geral, à tendência economicista que mercantiliza todas as esferas da vida, incluindo a arte e a cultura.

A Cultura, o Ecosocialismo e o Patrimônio.

O Ecosocialismo é uma proposta estratégica que resulta da convergência entre a reflexão ecológica e a reflexão marxista, socialista. É uma crítica à ecologia não socialista, ao ecologismo de mercado (o "capitalismo verde"), que considera possível reformar o capitalismo e desenvolver um capitalismo mais respeitoso ao meio ambiente. A partir da ideia de justiça ambiental, percebemos que as consequências negativas da degradação ambiental são concentradas, sistematicamente, sobre as populações mais pobres e vulneráveis. A segregação social é também ambiental.

O sistema climático terrestre tem sido impactado fortemente pela ação do homem, e esse fator é determinante para pensarmos um outro modelo de desenvolvimento. O capitalismo, que visa o lucro acima da vida, expropria, devasta, saqueia e polui. Essa é uma realidade que ameaça profundamente a própria existência da espécie humana e de inúmeras outras espécies que conosco compartilham este planeta. As camadas mais expoliadas da população são as mais expostas aos seus efeitos dessa degradação. Isso inclui os povos originários e as comunidades tradicionais, bem como os seus modos de vida e suas culturas, que se vêem constantemente ameaçados por esse modelo de desenvolvimento que justifica o progresso em nome do lucro. O zelo e a salvaguarda dessas tradições e saberes também estão no âmbito da Cultura.

Conforme preceito institucional, cabe ao Estado identificar, promover e proteger o Patrimônio Cultural, nas suas vertentes material e imaterial, por serem as manifestações das nossas matrizes culturais, portadoras de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Nesse sentido, cabe-nos reforçar que as paisagens fazem parte do Patrimônio de um povo, assim como os modos de vida das comunidades tradicionais. Cultura e meio ambiente não se separam.

A Cultura como Enfrentamento a Violência.

Fortaleza é uma das cidades mais desiguais do mundo, e a capital mais violenta do Brasil. Em 2017, foram mortos 981 adolescentes no Ceará. Desse total, 42% dos homicídios concentraram-se em Fortaleza. Em Fortaleza, ainda, em 2018, foram 281 jovens assassinados, de janeiro a março. Esses são dados do

Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, que entre suas recomendações para a prevenção de homicídios na adolescência aponta a importância da qualificação urbana dos territórios vulneráveis, explicitando a importância do apoio às atividades culturais e artísticas em espaços públicos, a fim de prevenir conflitos e fortalecer a criação de espaços de convivência.

O diagnóstico preciso apresentado pelo Comitê não deixa dúvidas: a morte tem endereço. São os jovens negros das periferias, os que mais morrem. Os homicídios concentram-se em poucos bairros, onde é possível constatarmos a ausência maior das políticas públicas.

O aumento crescente no índice de homicídios, no Ceará, reflete-se também no aumento de sua população carcerária. Temos um sistema socioeducativo em absoluto colapso, fato que rendeu ao Governo do Estado do Ceará, em 2015, uma notificação oficial da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), órgão integrante da Organização dos Estados Americanos (OEA), cobrando melhorias. Além disso, o Sistema Carcerário do Ceará finalizou o mês de janeiro de 2018 com mais de 28 mil encarcerados, entre regime fechado, semiaberto e aberto, evidenciando também uma superlotação que tende a aumentar. Isso alimenta um círculo vicioso que, ao invés de prevenir a violência, a potencializa.

Ao tempo que os territórios em que mais ocorrem mortes possuem muitos adolescentes e jovens expostos à violência, Fortaleza e várias cidades do Ceará viram surgir diversos movimentos culturais advindos desses lugares, com forte crítica social e política. Esses movimentos produzem novos sentidos sobre si, sobre as cidades e suas desigualdades, inventando novas experiências estéticas. O Estado do Ceará, no geral, utilizou apenas a força das instituições de segurança para dialogar com essas experiências. É preciso valorizar a vida que pulsa nas periferias das cidades na forma de arte e cultural, criando ações específicas nessa direção.

Propostas:

1. Apoiar a produção cultural vinda das periferias, de juventudes do campo e da cidade, e de comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas e costeiras, preservando e potencializando seus modos de vida.
2. Realizar editais e apoiar eventos que tenham como foco a promoção da diversidade.
3. Apoiar formas colaborativas e em rede de produzir cultura e arte, a partir de programas e editais desburocratizados, nas diversas linguagens, inclusive em parceria com outras secretarias.
4. Rever o modelo de gestão dos equipamentos culturais do Ceará, ampliando espaços de gestão.
5. Propor iniciativas interinstitucionais no sentido de desburocratizar o financiamento da cultura no estado do Ceará.

6. Propor formas diversificadas de fomento e financiamento para a cultura, em parceria com outros agentes, ampliando as políticas públicas para além da política de editais e o acesso aos recursos públicos.
7. Efetivar o 1,5% da receita corrente líquida do executivo para a pasta da Cultura.
8. Fortalecer do Sistema Estadual de Cultura e do Fundo Estadual de Cultura.
9. Manter e ampliar o programa dos Pontos de Cultura, estimulando e sistematizando a troca de saberes entre os Pontos.
10. Apoiar e manter os editais existentes.
11. Fortalecer as instâncias participativas da sociedade civil na gestão, incluindo Conselho Estadual de Cultura, o Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural, e os fóruns setoriais de linguagens.
12. Efetivar o Plano de Cargos e Carreiras da Secult.
13. Ampliar o número de Mestres da Cultura reconhecidos, e desenvolver ações educativas sistemáticas de troca, partilha, sistematização e repasse desses saberes.
14. Criar um programa permanente de apoio à intercâmbios e circulação da produção artística cearense.
15. Criar iniciativas de apoio a espaços alternativos, contribuindo para a manutenção de grupos e coletivos com trabalho continuado, favorecendo a descentralização e interiorização dos recursos públicos e contrapondo-se a uma política de eventos.
16. Criar um programa permanente e sistemático de educação para o Patrimônio, utilizando iniciativas de comunicação (mídia e canais oficiais), envolvendo diferentes secretarias, instâncias, instituições e iniciativa privada, de forma ampla e participativa, em conjunto com a sociedade.
17. Promover a transversalidade da arte e da cultura nos setores da vida social, em parceria com outros agentes e instituições.

Cultura e Juventude

18. Garantir a participação das juventudes na elaboração das políticas públicas na área de arte e cultura.
19. Garantir recursos no orçamento estadual para o fomento de projetos culturais destinados à juventude, priorizando tanto aqueles produzidos pelos/as jovens, como aqueles que enfoquem temas sobre a cultura afro-brasileira e indígena, em consonância com o que prevê o Plano Estadual de Cultura.
20. Fomentar espaços populares para manifestação cultural e artística da juventude, sobretudo nos bairros com grandes índices de violência juvenil.

21. Apoiar a implementação de rádios comunitárias e rádios livres nas escolas públicas.

Cultura e Pessoas com Deficiência

1. Garantir que espaços culturais, de lazer e esporte como teatros, cinemas, estádios, auditórios e outros estejam acessíveis, inclusive no que se refere à comunicação, e com reserva de espaços para pessoas com deficiência, em conformidade com a Legislação Vigente.
2. Incentivar a difusão e a formação artística voltadas às pessoas com deficiência.

Pessoas com Deficiência e Área da Comunicação:

3. Fazer com que a comunicação institucional de Governo do Estado tenha formato acessível e deixe claro que as pessoas com deficiência são também público beneficiário das diversas políticas e ações governamentais.
4. Realizar campanhas de conscientização sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência em articulação com o Conselho Estadual (CEDEF).
5. Investir na dotação de acessibilidade nas TVs Públicas, com adoção de mecanismos como audiodescrição e janela de Libras.
6. Garantir que as pessoas com deficiência sensorial tenham acesso aos serviços públicos, através da disponibilização de atendimento em libras e impressão em braille.
7. Adotar as normas de acessibilidade nos portais digitais públicos mantidos pelo Governo do Estado e demais instituições públicas estaduais, entendidos como parte fundamental do direito à comunicação para o exercício da cidadania das pessoas com deficiência sensorial.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

O contexto brasileiro na década de 1980 caracterizou-se substancialmente pela luta nacional com vistas a redemocratização, a partir de anseios como as eleições diretas para presidente da República, com o movimento das “Diretas Já”, que culminou com a eleição de Tancredo Neves, um civil, em 1985. Logo após a promulgação da Constituição Federal de 1988 trouxe consigo novos princípios e diretrizes para organização do Estado nacional, a partir de garantias democráticas sem precedentes históricos no país.

Consoante ao eco dos inúmeros movimentos da sociedade civil em prol da ampliação de novos direitos sociais, políticos, econômicos e culturais no Brasil, é que se deu a gestação e a promulgação da Constituição Federal de 1988 que, dentre inúmeras contribuições de relevância significativa para a redemocratização, estabeleceu a instauração da Seguridade Social como um conjunto articulado de políticas e ações direcionado aos cidadãos brasileiros, seja em caráter contributivo ou universal.

A Seguridade Social brasileira, instituída a partir da Constituição Federal de 1988, é composta pela Previdência Social, Saúde e Assistência Social, numa articulação perene e constante entre as três políticas, de forma a oferecer aos cidadãos brasileiros, ações, projetos, programas e serviços que garantam seus direitos humanos fundamentais relacionados às referidas áreas.

Cabe salientar que as três políticas têm distintas formas de organizar-se, assim como também diferem quanto ao público-alvo ao qual se destinam. Em termos gerais, a Previdência Social é a política que se organiza na forma de um seguro social de provisão de recursos financeiros a indivíduos através de contribuição prévia por parte de empregadores e empregados, portanto tem caráter contributivo.

Enquanto isso, a Saúde tem caráter universal, portanto é dirigida a todos os cidadãos brasileiros, através do Sistema Único de Saúde (SUS), o que é bastante similar à provisão das ações, programas, projetos e serviços da Assistência Social. Esta constitui-se em uma série de iniciativas de proteção social destinadas a todos os indivíduos que dela necessitarem, numa perspectiva universalista. Foi que fora aprimorada em 2005, a partir da promulgação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A Constituição Federal de 1988 estabelece ainda, de acordo com o parágrafo único do artigo 194, alguns objetivos para a organização da Seguridade Social brasileira, no que compete ao poder público, a saber, a universalidade da cobertura e do atendimento, a uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais, a seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços, a irredutibilidade do valor dos benefícios, a equidade na forma de participação no custeio, a diversidade da base de financiamento e o caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados.

Assim, com base nos objetivos centrais anteriormente dispostos, é que se consolidam as iniciativas realizadas no âmbito do Estado brasileiro democrático, fazendo emergir novas formas e práticas do que seria a Seguridade Social, bem como sua disposição na esfera pública nacional. Apesar do inegável avanço democrático da constituição e da previsão de articulação legal das políticas que lhes compõem, a sociedade vem problematizando a coexistência paradoxal entre os princípios e garantias da Constituição Federal de

1988, por meio da Seguridade Social, e as diretrizes neoliberais, presentes no país desde a década de 1990, vindo estas a pautar as discussões sobre a oferta de serviços públicos e privados.

Como a própria Carta Magna dispõe, a integração das ações de iniciativas dos poderes públicos e da sociedade no que tange à Seguridade Social, é uma máxima a ser devidamente realizada. Com isso, a própria disposição da Seguridade Social brasileira que, embora represente uma garantia conquistada pela organização da sociedade civil no período de redemocratização do país, vem sendo paulatinamente minada em suas principais contribuições, tendo em vista, dentre outras perspectivas, as diretrizes do paradigma neoliberal que vem adquirindo centralidade no que se refere às iniciativas de ordem pública estatal, empresarial e, até mesmo da sociedade civil.

No Brasil, a partir dos anos 1990, o neoliberalismo, caracterizado como uma nova determinação econômica presente em escala mundial, passou a ser utilizado como orientação para a elaboração das políticas sociais brasileiras, bem como para os mais variados aspectos do cotidiano na esfera pública e privada. Sobre o neoliberalismo, Laurell (1997) identifica que nessa política econômica as quatro estratégias concretas da sua implantação são o corte dos gastos sociais, a privatização, a centralização dos gastos sociais públicos em programas seletivos contra a pobreza e a descentralização.

O neoliberalismo trouxe consigo a exacerbação das características do regime do Capital, somando-se a estas a retirada do Estado como provedor essencial das demandas da população; sobretudo se estiverem relacionadas à geração de trabalho e renda ou ainda à assistência social às parcelas populacionais mais carentes dos meios e recursos necessários à sua sobrevivência. No conjunto de tendências e políticas que são peculiares a este sistema econômico e social, os interesses pessoais se sobrepõem aos coletivos, sobretudo se estiverem em jogo os lucros dos grandes capitalistas, o que corresponde, nos dias atuais, aos empresários do sistema financeiro.

As intervenções estatais relacionadas ao incentivo do mercado econômico e financeiro são consideradas práticas aceitáveis para o neoliberalismo. Entretanto, a atuação do Estado no tocante à concessão de benefícios às populações com baixo poder aquisitivo ou em situação de risco social contradiz uma das diretrizes fundamentais deste regime econômico: o livre mercado como um dos meios para o desenvolvimento econômico e social, em que os benefícios sociais são considerados incentivos à acomodação e improdutividade das classes populares.

A partir desse período, a família passou a ser considerada como responsável maior pelos cuidados de seus membros, especialmente quando em situação de risco social como a velhice, as deficiências de todos os tipos e as doenças. Nesse contexto histórico, não somente esta, mas também a política de Assistência Social vêm sendo socialmente chamadas para suprir eventuais lacunas de (des) proteção social.

A Assistência Social como Política Pública de Caráter Não Contributivo e a Lei Orgânica da Assistência Social: Definições, Princípios, Diretrizes e Organização.

A constituição da Assistência Social ainda é um fenômeno histórico de brevidade no Brasil, tendo em vista ter sido datado da promulgação da Constituição Federal de 1988, que lhe conferiu o caráter de política pública, portanto com orçamento com previsão legal e princípios básicos de organização. A partir da Constituição, em 1993 temos a instituição da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) (Lei nº 8.742, de 07 de Dezembro de 1993), que estabelece normas, princípios, critérios e diretrizes para a política de Assistência Social que, somente a partir de então, vem a ser considerada como um direito social de todo e qualquer cidadão, independente de comprovação de renda, fortalecendo o caráter universal de suas ações.

A referida legislação conceituou, em seu artigo 1º, o que poderia ser então definido como assistência social, que se caracteriza como política de seguridade social não contributiva, e provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. Nesse sentido, podemos auferir que a assistência social está substancialmente vinculada à oferta de ações, projetos, programas e serviços especialmente destinados a sujeitos que não possuem condições de manter a provisão de sua própria existência.

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, as posteriores legislações que versaram sobre a organização da assistência social passaram a utilizar-se de expressões, definições e idéias consoantes ao que fora anteriormente assegurado pela Carta Magna. Para isto, basta atentarmos às disposições artigo 2º da LOAS que corroboram com o que está previsto no artigo 203 da CF, pelo fato de ambas afirmarem, no que concerne aos objetivos da assistência social, que:

- I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

O artigo 2º, da Lei 8.742, de 07 de Dezembro de 1993, estabelece que são objetivos da assistência social:

- I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V - a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

Com esse exemplo de congruência entre as disposições legais, podemos afirmar ainda que ações da assistência social, a partir do final da década de 1980, vieram a apresentar uma homogeneidade legal no

que concerne à natureza e à organização de suas ações. Tal fato é positivo, tendo em vista que, dessa forma, podem ser diminuídas as possibilidades de existência de iniciativas substancialmente diferenciadas do que se apregoa em nível nacional, podendo culminar em novas configurações de velhas práticas que outrora já caracterizaram essa política, como a caridade, o clientelismo e a filantropia.

Seguem então, nessa mesma lógica de harmonia legal, os incisos I e II do artigo 204 da Constituição Federal de 1988, e o artigo 5º da LOAS, que tratam das diretrizes pelas quais devem reger-se as ações da assistência social.

I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

O artigo 5º, da Lei 8.742, de 07 de Dezembro de 1993, estabelece que são diretrizes da assistência social:

I - descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo;

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;

III - primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.

Apenas a partir da instituição da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que a política de assistência social passou a ter uma organização mais fundamentada, baseada em legislação própria e específica, contribuindo para uma certa homogeneização normativa das ações que viriam a ser executadas posteriormente.

Com base nas considerações do artigo 4º, da Lei 8.742, de 07 de Dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS), podemos afirmar que a assistência social rege-se pelos princípios da supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica, universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas, respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade, igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais, divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

É somente através da LOAS, que são dados no país alguns parâmetros mais consolidados sobre a organização da assistência social brasileira. A referida legislação, que alterou esta última, em seu artigo 2º, dispõe que a Lei passe a vigorar acrescida da seguinte compreensão:

A assistência social organiza-se pelos seguintes tipos de proteção:

I - **proteção social básica:** conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;

II - **proteção social especial:** conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos.

Por meio de todas as contribuições da Constituição Federal de 1988 e da Lei Orgânica da Assistência Social é que o Brasil pode principiar suas primeiras ações na assistência social de forma mais organizada e com a devida previsão legal. Nesse contexto, em que pesava a necessidade de reforços aos marcos teóricos supramencionados, no sentido de oferecer-lhes ainda mais precisão e consistência, é que em 2004 se deu a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

O novo documento trouxe consigo outros elementos que se somariam às garantias legais anteriores, inovando em muitos outros aspectos, seguindo o caminho do aprofundamento dos direitos sociais, embora com uma ênfase até então inovadora como a centralidade da matricialidade sócio-familiar que viria a contrapor-se à dimensão genérica com que a LOAS a considerava.

A Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social: a consolidação legal dos direitos. O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), por meio da Resolução nº 145, de 15 de Outubro de 2004, aprovou a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) que trouxe em seu bojo, a reiteração dos conceitos, princípios e diretrizes que a Constituição Federal de 1988 e a Lei Orgânica da Assistência Social dispunham acerca da Assistência Social. No entanto, tal documento, menos que ser instrumento de redundância de outras legislações, constitui-se como dispositivo inovador de orientações concernentes à caracterização dos usuários da política, os tipos de proteção social afiançados, novos conceitos e bases de organização da assistência social que viriam a fundamentar a gestão da nova política, prevendo ainda orientações quanto ao financiamento, controle social, política de recursos humanos, informação, o monitoramento e avaliação das ações.

Dentre algumas das principais inovações trazidas pela PNAS está o eixo estruturante do sistema que é a matricialidade sociofamiliar. Compreendeu-se, a partir de então, que a atenção aos usuários dos serviços de assistência social deveria ser orientada e referenciada pelas demandas dos grupos familiares, objetivando

a emancipação dos sujeitos no que diz respeito à autonomia e à capacidade de reivindicação e criticidade. Segundo a PNAS:

[...] a centralidade da família com vistas à superação da focalização, tanto relacionada a situações de risco como a de segmentos, sustenta-se a partir da perspectiva postulada. Ou seja, a centralidade da família é garantida à medida que na Assistência Social, com base em indicadores das necessidades familiares, se desenvolva uma política de cunho universalista, que em conjunto com as transferências de renda em patamares aceitáveis se desenvolva, prioritariamente, em redes socioassistenciais que suportem as tarefas cotidianas de cuidado e que valorizem a convivência familiar e comunitária”. (2004, p. 42)

Além disso, foram definidos ainda dois patamares de proteção social: básica e especial (de média e alta complexidade), de modo a garantir as seguintes seguranças: segurança de sobrevivência (de rendimento e autonomia); acolhida e convívio ou vivência familiar.

A proteção social básica será aquela a garantir a prevenção de situações de risco social, assegurando, para tanto, o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários para indivíduos em situação de vulnerabilidade social, assim como a provisão de meios ou benefícios que possibilitem um acesso mínimo a geração de trabalho, emprego e renda.

Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero, por deficiência, dentre outras). O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) é a unidade de execução da proteção social básica.

Enquanto isso, a proteção social especial divide-se entre média e alta complexidade. Enquanto a primeira é destinada a famílias e indivíduos que tiveram seus direitos fundamentais violados em razão da ocorrência de violências, prática de ato infracional e conseqüente cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, tendo como unidade de execução os Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS), esta última é direcionada a sujeitos que estão em situação de risco social face ao rompimento dos vínculos familiares e comunitários, tendo como unidades de execução os espaços de acolhimento institucional, como os Centros Educacionais para jovens em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado, Casas-Lares, dentre outros.

A Resolução de Nº 33, de 12 de dezembro de 2012, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), estabeleceu a instituição da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Couto (2009), ao tratar acerca dos avanços políticos e sociais trazidos a partir da afirmação do Sistema Único de Assistência Social, destaca que “a sua consolidação como sistema implica a determinação de oferta contínua e sistemática de uma rede constituída e integrada, com padrões de atendimento qualificados e pactuados, com planejamento, financiamento e avaliação” (pág. 209). Tal assertiva vem a reforçar as contribuições já trazidas pelas legislações e normativas anteriores à Resolução de Nº 33, de 12 de dezembro de 2012, que instituiu o SUAS, contribuindo especialmente para o

enriquecimento do debate que suscita problematizações concernentes não somente aos avanços das garantias dos planos legais, mas também da materialização de seus dispositivos.

O contexto contemporâneo brasileiro, que pauta suas discussões sobre a assistência social tendo como pano de fundo a instituição do Sistema Único de Assistência Social, orienta sua atenção, a partir de então, para a consolidação factual dos direitos sociais assegurados nas diversas normativas nacionais e, até mesmo, internacionais. Perspectivas como a descentralização político-administrativa, participação e controle social, continuidade das ações, programas, projetos e serviços, qualidade dos serviços prestados, gestão e financiamento, passam a ser máximas inscritas não apenas nos documentos oficiais, mas ideias a serem materializadas no cotidiano das unidades da rede socioassistencial.

Propostas:

1. Criação da Secretaria de Assistência Social e realização de concurso público para preenchimento de seu quadro funcional;
2. Este órgão, que é responsável pelo comando da assistência social à nível estadual, NUNCA realizou concurso público, tendo um alto número de trabalhadores terceirizados e contratados temporariamente em nível de precarização.
3. - Construção de unidades públicas de acolhimento de idosos em Fortaleza e uma em cada macro-região no interior do estado do Ceará;
4. - Extinção da Superintendência Estadual de Atendimento Socioeducativo (SEAS);
5. - Fortalecimento do CREAS Regional.

Assistência Social e Pessoas com Deficiência

Nosso país, apesar de suas riquezas, é marcado pela desigualdade e pela pobreza, sendo que as pessoas com deficiência se encontram dentro dos grupos mais excluídos. Para se ter uma ideia em termos de proporção, as pessoas com deficiência representam 27,7% da população no Ceará, segundo dados do IBGE.

As pessoas com deficiência e seus familiares enfrentam diariamente barreiras que impedem o pleno exercício de seus direitos, nas diversas localidades deste Estado. Além do preconceito e da discriminação, as chamadas barreiras de atitude, a falta acessibilidade nos órgãos e espaços públicos, ainda é uma realidade, como rampas para cadeirantes e piso tátil para cegos, sinalização em braile ou marcações táteis nas calçadas para pessoas com deficiência visual, centrais de intérpretes de Libras em quantidade suficiente para atender a demanda da comunidade surda e acompanhamento especializado para pessoas autistas, para citar alguns exemplos.

Os serviços de referência em reabilitação (SERs) e a concessão de órteses e próteses são precários e insuficientes, como pouca cobertura, havendo longas filas de espera que passam de cinco anos para que

uma pessoa com deficiência física receba uma cadeira de rodas ou para que uma criança autista receba atenção da rede pública.

A rede de serviços e da proteção social como os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) estão sendo sucateados pela falta de recursos. E na Rede de Atenção Psicossocial faltam profissionais de diversas áreas e equipamentos. Nas escolas faltam salas de recursos multifuncionais, professores do AEE e profissionais de apoio capacitados para garantir uma educação inclusiva e de qualidade.

Sem acesso aos seus direitos básicos, mulheres e crianças com deficiência são muito mais vulnerabilizados pelo descaso público. Mulheres com deficiência que sofrem violência, por exemplo, têm dificuldades de recorrer às delegacias e equipamentos de proteção à mulher. Crianças com deficiência estão muito mais sujeitas à ocultação, violência e ao abandono e a Política Estadual para dar resposta à essa situação é igualmente negligente.

A Lei Brasileira de Inclusão, a Lei das Pessoas Autistas e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência são, com frequência, ignoradas no Estado do Ceará que não tem uma Política Estadual para Pessoas com Deficiência.

Nesse sentido nosso Plano de Governo considera importante para garantir a cidadania plena dos Cearenses que vivem com alguma deficiência:

1. Compreender a universalidade, a indivisibilidade e a interdependência de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, bem como a necessidade de que todas as pessoas com deficiência tenham a garantia de poder desfrutá-los plenamente;
2. Incluir as questões relativas à deficiência como parte integrante das relevantes estratégias de desenvolvimento;
3. Combater a discriminação contra qualquer pessoa, por motivo de deficiência, inclusive através da negação dos ajustes razoáveis, que configura uma violação da dignidade e do valor inerente ao ser humano;
4. Promover a compreensão de que as pessoas com deficiência fazem parte da diversidade humana combatendo os estereótipos relativos à deficiência;

POLÍTICA DE MULHERES

Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres.
Rosa Luxemburgo

Historicamente e em parâmetros internacionais, a condição da mulher até o século passado era, sobretudo, a de não-cidadã. Em alguns países, tal condição permanece em dimensões institucionais e ainda encarada como uma tradição imutável. No Brasil, um país cujo campo político era/é dedicado à figura masculina, enquanto as funções domésticas relegado ao feminino, as dificuldades de construir o espaço público também um lugar das e para as mulheres continua sendo tarefa incessante e árdua. O patriarcado aliado ao sistema capitalista segue oprimindo e explorando as mulheres e mantendo-as sob o domínio característico da masculinidade.

Apesar de ter crescido o número de políticas voltadas para a diminuição da violência contra a mulher, como a implementação da Lei Maria da Penha, os dados dos últimos anos revelam que a violência aumentou. Segundo os dados dos próprios Ministérios Públicos Estaduais, foram oito casos de feminicídio por dia entre março de 2016 e março de 2017 no Brasil. Foram 2925 casos em 2017, 8,8% maior do que no ano anterior. No Ceará, no mesmo recorte temporal, foram registrados 173 de feminicídio, quarto maior registro no país. De 2015 à 2017, houve um aumento de 20% dessa tipificação de crime contra a mulher, sobretudo, sobre a vida das mulheres negras que compõem o perfil mais periférico, subalternizado, mais dependentes economicamente dos seus companheiros e mais propensas aos silenciamentos diante das violências machistas que sofrem, além das pressões objetivas e subjetivas para desistirem de levar o processo criminal adiante.

Apesar desse quadro, as políticas de enfrentamento à violência contra a mulher ainda são débeis, contando o Ceará com apenas nove delegacias em todo o seu território, o que o faz o quarto pior Estado em relação ao número de delegacias especializadas nacionalmente. Dezesete municípios já deveriam ter Delegacias de Defesa da Mulher (DDM) garantidos pela emenda nº17 do artigo 185 da Constituição estadual de 1989 que obriga o Estado a instalar Delegacias da Mulher em municípios com mais de 60.000 habitantes.

Iniciativas comprometidas com a luta contra a opressão/exploração das mulheres

a) *Emancipação* - Viabilização de espaços de participação das mulheres com poder de decisão e controle social, na criação e efetivação de políticas para as mulheres, considerando os recortes de gênero, raça, etnia, orientação sexual e gerações; - Viabilização de campanha permanente de

documentação para as mulheres trabalhadoras rurais e da periferia das cidades. - Adequação do PAISM3 às condições de vida e especificidades do trabalho das mulheres rurais; - Viabilização um programa específico e permanente de qualificação e reciclagem de profissionais da área de educação, saúde e segurança pública, que considere os temas dos direitos humanos, democracia, desigualdades de gênero, ética, superação do racismo e respeito às etnias como temas estruturadores das relações sociais. - Viabilização de projetos produtivos para as mulheres que considerem a pluriatividade como estratégia de manutenção da agricultura familiar. - Reavaliação do modelo de assistência técnica via Ematerce, que considera apenas o homem como chefe de família e agricultor, deixando para as mulheres/agricultoras, ações ligadas à esfera produtiva. - Realização de amplo diagnóstico, com a participação dos movimentos de mulheres, sobre o papel e a participação das agricultoras e pescadoras na agricultura, pecuária e extrativismo, a ser coordenado pela Secretaria de Agricultura do Estado. - Implantação uma estratégia de ações afirmativas em todas as políticas públicas direcionadas ao meio rural (Assistência Técnica e Extensão Rural, Crédito, Sementes); - Realização Campanha de visibilidade das ações das agricultoras na convivência com o semiárido, como forma de valorizar a profissão de agricultora. - Implantação uma política pública de conservação e uso da biodiversidade numa perspectiva agroecológica, através de Casas de Sementes; - Realização de uma campanha permanente de combate à violência sexual contra às mulheres. - Fomento à abordagem do tema Educação Sexual e Diversidade nas Escolas Estaduais; - Incentivo à criação de cooperativas de mulheres trabalhadoras do campo;

b) Violência contra a mulher - Construção de medidas de prevenção à violência contra as mulheres, através de ações permanentes nas escolas, nos locais de trabalho, nas unidades de saúde e nos espaços de sociabilidade da juventude. - Viabilização de Centros de Referência e Casas Abrigo para acolhimento de mulheres em situação de violência, em cidades de médio porte, com pessoal qualificado para o exercício da função, disponibilizando os equipamentos necessários ao atendimento integral da mulher, além de garantir a manutenção e o funcionamento dos já existentes; - Ampliação do número de delegacias da mulher, nos municípios que atendem ao estabelecido em lei, com pessoal qualificado para o exercício da função; - Qualificação dos profissionais das delegacias para desenvolver o melhor tratamento para os casos de violência; - Qualificação do corpo da segurança pública do Estado acerca das questões sociais de gênero e as formas de abordagem e tratamento específicos.

c) saúde da e para mulher

- Fortalecimento, em toda a rede estadual, de atendimento à saúde, a perspectiva de saúde integral da mulher nos seguintes termos:

*Implementar emergências ginecológicas integrais para atender, além das mulheres grávidas, as mulheres não gestantes que necessitem de atendimento de urgência para questões específicas do sistema reprodutor feminino;

*Realizar formações permanentes para todos os profissionais da área da saúde (médicos/as, enfermeiros/as, psicólogos/as, etc) visando capacitá-los numa perspectiva de saúde integral das mulheres, atentando-se para as especificidades das mulheres lésbicas e negras, possibilitando, assim, atendimento de qualidade para todas. Ainda em período de gestação, as violações à saúde da mulher se fazem presentes. A primeira delas é a obrigatoriedade de continuar com a gravidez, uma vez que, mesmo nos casos em que o aborto é legalizado (estupro, risco de vida para a mulher e fetos anencéfalos), o acesso a este procedimento na rede pública não é simples, sendo poucos os hospitais que o realizam e fazendo com que as mulheres tenham que recorrer à clínicas clandestinas ou métodos inseguros de interrupção da gravidez. Vale citar também, neste ponto, os casos das mulheres que têm abortos – espontâneos ou provocados – e chegam aos hospitais para ter atendimento e realizar procedimentos para a integridade da sua saúde, mas têm atendimento negado ou o sofrimento prolongado. Num país em que o abortamento clandestino figura como umas das cinco principais causas nos índices de mortalidade materna, torna-se criminoso não garantir sequer os casos legalizados. A segunda questão diz respeito ao número excessivo de partos cesáreos realizados a cada dia, concedendo ao Brasil, em 2017, o segundo lugar mundial em cesarianas - atualmente, 57% dos nascimentos se dão desta forma, ainda que o recomendado pela Organização Mundial de Saúde seja de apenas 15%. O quadro apresentado tem menos a ver com a suposta segurança desse formato de nascimento mais relação com a mercantilização dos procedimentos médicos, assim como do direito à saúde, e com o controle exercido sobre a sexualidade da mulher, já que tira dela o protagonismo no momento do parto e o transfere para o médico. Por fim, se adenda a isso os altos índices de violência obstétrica, atingindo uma em cada quarto parturientes. Alguns exemplos de violência na hora do parto são os exames feitos de forma dolorosa, gritos, falas agressivas do profissional para com a paciente, humilhações e falta de esclarecimento quanto aos procedimentos realizados, além da realização de procedimentos sem a autorização da gestante, como a episiotomia e o uso de ocitocina para a aceleração do parto.

- Ampliação, na rede de saúde pública estadual, os hospitais aptos a efetivar o procedimento de aborto nos casos já previstos em lei e efetivar o atendimento aos casos de aborto legal nos hospitais aptos para tal procedimento mas que ainda não o fazem.

- Fomento à capacitação continuada dos profissionais de saúde em relação aos procedimentos de aborto, tendo como marco questões relativas à mortalidade materna, a autonomia da mulher e a laicidade do Estado. - Efetivação de uma campanha permanente de incentivo ao parto natural, visando dialogar tanto com os profissionais como com as usuárias do sistema de saúde.
- Capacitação permanentemente profissionais dos diversos campos da saúde para a humanização dos procedimentos de parto, visando diminuir os índices de violência obstétrica.

POR NÓS E POR MARIELLE – EM DEFESA DAS MULHERES NEGRAS, ABOLIR A ESCRAVIDÃO E A EXPLORAÇÃO CAPITALISTAS

Em 2018 completamos 130 anos da declarada abolição da escravatura no Brasil. A dita abolição incluiu nossa população negra em um sistema explorador e opressor, assentado em desigualdades cumulativas, na qual nosso povo negro é destinado ao lugar de servo do sistema capitalista, sistema esse forjado sobre a estrutura secular do racismo

As marcas desse sistema capitalista e de sua reprodução trazem consequências que afetam diretamente nossa população negra, na superexploração, na desigualdade social e no pauperismo. Ao lado do processo de acumulação e reprodução do capital temos a produção da miséria e das variadas formas de exploração. Karl Marx em sua análise evidencia que a formação do capitalismo e o processo de acumulação de Capital tem sua gênese balizada pela violência, desigualdade e muita exploração

Vivenciamos hoje grandes transformações em diversos campos, que ocorrem em paralelo à ampliação dos processo de marginalização e de práticas racistas e discriminatórias. Notoriamente, no momento atual, discussões em torno da diversidade, desigualdade e discriminação na sociedade, ou seja, as concepções da questão social, tomam a forma de um processo desencadeado pela chamada globalização capitalista. Vivemos um período histórico de retrocesso, em que nossas pautas negras e feministas assumem centralidade política, ocupando assim um importante espaço de debate nas aproximações entre Estado e movimento negro com o objetivo de formular políticas públicas que superem a universalidade da questão social mediadas de gênero, relações étnico-raciais e regionais que caracterizam a luta da classe trabalhadora na contemporaneidade.

Mas 2018 já entrou para a história também como o ano do martírio de Marielle Franco. Para além de ser uma parlamentar do nosso partido, Marielle encarnava praticamente todos os valores, dores e lutas do nosso povo preto, em especial de sua parte feminina. Favelada, mãe solteira, bissexual, socialista. Sua execução - ainda não elucidada – foi um atentado contra todas as mulheres negras de nosso país. Não a toa, a luta por justiça para Marielle parte dos mesmos conceitos de revisão das políticas de segurança pública que penalizam, criminalizam e matam as populações periféricas dos nossos grandes centros urbanos, entrelaçando pobres, juventude,

negros e negras, enfim todos excluídos e excluídas das riquezas apropriadas e acumuladas pelo capital.

Nesse sentido, o Governo da Frente de Esquerda confere prioridade estratégica às lutas e demandas das mulheres negras, destacando seus seguintes compromissos:

1. Eliminar a violência e as violações que mantêm a mulher negra em primeiro lugar nas estatísticas de feminicídio e encarceramento em massa. Defendemos uma nova perspectiva de segurança pública, uma Segurança Cidadã que se distancie do sistema de Justiça prisional estruturalmente racista, patriarcal e elitista que vivenciamos.
1. Combater a violência contra a mulher por meio de políticas públicas que promovam a assistência integral às vítimas de violência doméstica, sexual, moral, psicológica e patrimonial, ampliando e estruturando serviços específicos especializados com atendimento humanizado, expandindo as Delegacias da Mulher 24 horas com atendimento psicossocial e por meio de campanhas sócio educativas.
2. Direito das mulheres de decidir sobre seu próprio corpo: defendemos a educação sexual voltada para prevenção de doenças e gravidez indesejada. Abrir o debate com a sociedade sobre a necessidade de se garantir para as mulheres o direito à interrupção voluntária da gravidez até a décima segunda semana de gestação como sua escolha exclusiva e até a décima quarta semana de gestação para casos de estupros.
3. Pelo fim da violência obstétrica. Defesa da licença parental para que homens e mulheres possam dividir os primeiros cuidados com as crianças, adaptação e afins.
4. Apoiar a regulamentação do trabalho sexual para que as profissionais do sexo tenham direitos trabalhistas e previdenciários garantidos bem como políticas públicas que combatam o preconceito e o estigma moralista da sociedade que impede o acesso aos direitos humanos e sociais básicos
5. Apoio à socialização do trabalho doméstico, com ampliação de serviços comunitários e coletivos como creches, restaurantes e lavanderias, com garantia de acesso universal.
6. Combate à violência, garantindo às mulheres o ter acesso à rede de enfrentamento à violência contra a mulher
7. Pelo direito das mães trans à licença maternidade de 180 dias, quando tiverem filhos por meio de adoção ou outra forma de concepção. Apoio à luta para que os pais trans e cis tenham direito à licença paternidade no mesmo tempo da licença maternidade de seus cônjugues, como forma de divisão da responsabilidade com os cuidados com a criança.

Educação das Relações Étnico-Raciais pressupõe a inclusão da história e cultura dos diferentes grupos étnico-raciais no currículo escolar, com especial atenção ao contexto onde a escola está inserida e aos grupos historicamente estigmatizados, assim como há a uma enorme necessidade de saudar a dívida histórica com o povo negro, bem clamamos pela urgência de ações, para a aplicação desses conhecimentos dentro das salas de aula, no cotidiano desses estudantes.

A Lei 10.639/03, que já completou quinze anos, mas tem tido pouco efeito prático a sua aplicação nas escolas, ao ponto que não dispomos de dados de quantas escolas das redes municipais e nem na rede estadual. Retirando as ações pontuais em datas “comemorativas” chega a ser praticamente inexistente, ou limitando-se a Semana da Consciência Negra que lembra mais não educa, só mostra a ponta do iceberg da dívida sociocultural e econômica que existe, não constrói outra história, muito menos outra nação. Ou seja, não passa de ações pontuais de valorosas professoras e valorosos e professores e guerreiras guerreiros que são sensíveis à causa antirracista.

A maioria das escolas brasileiras ainda não a implementou de fato, existindo apenas ações pontuais, superficiais, descontextualizadas e sem continuidade, em datas como 13 de maio e 20 de novembro. No caso da lei 11.645 em datas como 19 de abril, Dia do Índio e o Dia do Folclore.

Temos dar maior importância a uma educação que contemple a diversidade étnica e cultural do povo brasileiro e da humanidade. Acreditamos que fazer valer as leis 10.639/03 e 11.645/08, suas respectivas diretrizes curriculares nacionais e as políticas educacionais afirmativas, continua sendo um dos maiores desafios no fazer e no pensar educacional dos brasileiros e, sobretudo, das/os cearenses.

Muitos Terreiros Sagrados são violados em todos os cantos do país pela força policial, acionado muitas vezes pelo proselitismo religioso de denominações ditas cristãs. Fortalecida pelo projeto de poder defendido por muitas/os que se dizem comprometidos com a causa negra, que em nome da governança alinham-se com o mais puro conservadorismo entre esses fundamentalistas racistas. A polícia ver negras/os quanto suspeitas/os e nos tratam com total desrespeito e violência sabendo-se que sua ação é coberta pela impunidade, encoberto pelo corporativismo, o militarismo e o racismo institucional.

Desse ponto de vista se faz necessário acampar com força a bandeira da desmilitarização, mesmo que se somando com a pequena burguesia que provou um tanto do veneno perigoso da ação repressora do Estado brasileiro. Porém, não nos parâmetros que eles querem, mas do nosso. “Os brancos nunca estarão conosco nas coisas importantes”, mas, nas que estiverem que nos interessa nós temos que estar e tencionar o processo. Se quisermos construir um projeto de nação do povo negro e neste processo começar pelo nosso Estado, não podemos nos eximir do confronto de ideias, não nos serve desmilitarização pela desmilitarização.

O combate à intolerância religiosa é um pressuposto nas questões de igualdade étnico-racial, se um povo não pode professar sua crença, esse povo não pode ter efetiva autonomia, nem bem-viver. O colonizador impôs sobre o povo o seu modo de pensar, crer e agir, o povo negro clama pela sua consciência que perpassa pela forma de adoração e/ou ligação com suas entidades. Lutamos pela efetivação de um Estado verdadeiramente laico.

E quem vai expor nossa visão? É preciso salientar que por trás da campanha pela desmilitarização há um leque de ideais e possibilidades com capacidade de alteração estrutural do sistema, que tem que ir além do simples fato do policial dizer não à algumas ordens esdruxulas de seus superiores.

A taxa de desemprego é consideravelmente maior entre negros e pardos do que entre brancos, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O Desemprego fechou 2016 com taxa média de subutilização de 20,9%, diz IBGE.

Na desagregação por cor ou raça, a taxa de desocupação das pessoas que se declararam de cor preta ficou em 14,4% no quarto trimestre de 2016, enquanto a taxa entre a população parda foi de 14,1%. Os resultados são maiores que o da média nacional, de 12,0%, e bem mais elevados do que o registrado pela população declarada como branca, que teve taxa de desemprego de 9,5% no quarto trimestre de 2016.

Os trabalhadores ocupados de cor preta ou parda ganhavam, em média, em 2015, 59,2% do rendimento recebido pelos trabalhadores de cor branca. O IBGE destacou, porém, o fato de que, em 2003, o percentual não chegava à metade (48,4%).

Propostas para fortalecer a inserção da população negra no mercado de trabalho:

- Precisamos construir modelos diferenciados e contextualizado de trabalho no campo baseado em princípios e valores cooperativistas, autogestionário, coletivos e comunitários, que se apresentam como uma das formas alternativas ao modelo proposto pela burguesia agrária e implementado pelo Estado brasileiro, que historicamente tem patrocinado a organização espacial em função da acumulação de capital e dos grandes proprietários fundiários, em detrimento do campesinato ou dos povos do campo.
- Nossos objetivos sociais têm que de garantir projetos diferenciados, alimentação para as famílias, vagas nos programas de emergência e de datas comemorativas, atividades promovidas pelo sindicato dos trabalhadores rurais e pelas entidades parceiras.
- As experiências camponesas e camponeses que promovem a dinâmica nas feiras locais dos municípios, desencadeando a circulação de alimentos e o equilíbrio do preço de mercado dos alimentos.
- Temos que quebrar com os círculos de dependência no ponto em que os camponeses deixam a sua renda nas mãos da figura do atravessador.
- Temos que fortalecer e ampliar as práticas alternativas de produção para os agricultores camponeses, tais como a diversificação com o plantio de frutas nativas, a utilização dos recursos naturais disponíveis manejando, conservando e produzindo na vegetação nativa.
- Estabelecimento de conselhos populares com expressiva presença da população negra de controle de gestão de empresas públicas, cooperativas, grandes e pequenas empresas, tendo como meta o combate às diversas formas de precarização, racismos, assédios e discriminação nas relações de trabalho.
- Proibição de novas formas de terceirização no âmbito do Governo do Estado do Ceará.

- Criação de uma política salarial estadual, superando diferenças salariais por condições de cor e gênero, valorizando a classe trabalhadora do Estado do Ceará. Estabelecer como meta alcançar o salário mínimo definido pelo DIEESE, com aumento salarial progressivo até alcançar 10% do faturamento das empresas.
- Criação do salário Mínimo Estadual.
- Fortalecimento das Empresas Públicas.
- Redução significativa e progressiva das Terceirizações de empresas privadas e substituições por empresas autogestionárias e cooperativas.
- Cancelamentos dos contratos de Parceria Público-Privado (PPPs) existentes, sem indenizações.
- Defesa e garantia do direito constitucional de greve a todas/os as/os trabalhadoras/es.
- Criar uma Política Estadual de Re(Q)ualificação Profissional, junto às cooperativas e empresas públicas como forma de gerar novas aptidões e capacidades produtivas e intelectuais ao processo de trabalho, ressignificando e reconhecendo saberes populares.
- Regulação da oferta de trabalho de forma a garantir estabilidade laboral, integrado à políticas de acesso ao trabalho por meio da integração entre procura de trabalho em centros públicos de avaliação de aptidões para criação de setores econômicos que consigam aliar pleno emprego, trabalho digno e metas sociais e públicas de produção de bens e serviços.
- Garantia do primeiro emprego para juventude integrado com o processo de aprendizado profissional e universitário com garantia de direitos trabalhistas e ações de reserva de postos de trabalho na economia popular.
- Criação e implementação de um Plano de Regulação e Controle de todos agentes empresariais desde o grande empreendedor, as cooperativas, as empresas públicas e pequenas empresas na garantia de direitos trabalhistas, igualdade de gênero, respeito às opções de afetividade e de sexualidade, respeito às diferenças culturais e étnicas, expressões afro-brasileiras e de povos originários com ações afirmativas, garantia de trabalho digno e jornada de trabalho compatível com a satisfação do tempo livre para autorrealização pessoal.
- Lutar pelo Fortalecimento e Reconhecimento dos espaços de auto-organização da classe trabalhadora, sindicatos, movimentos sociais e greves de trabalhadores com ou sem autorização da direção sindical.
- Promover um Marco Regulatório que garanta a extensão dos direitos de organização de base e representação sindical em todas as empresas do Ceará.
- Trabalhar incessantemente pela extinção das metas de produtividade.
- Defender com muita força, determinação e capacidade articuladora nas instâncias trabalhistas a Participação nos Lucros e Resultado (PLR) de 8% sobre o Lucro Líquido (LL), com incorporação ao salário base de todas as categorias laborais.

OUTRAS MEDIDAS – MUNDO DO TRABALHO

1. Instituir o Programa Territórios Sustentáveis do Ceará, que alcance as populações residentes nas comunidades quilombolas.
2. Apoio à gestão das prefeituras e secretarias de municípios onde existam comunidades quilombolas no planejamento de suas políticas e serviços públicos, na capacitação dos servidores, na busca e gestão de mais recursos para implementar projetos que possam beneficiar toda a população nas áreas da saúde, educação, infraestrutura, entre outras.
3. Apoio ao desenvolvimento e melhoria da economia por meio das cadeias produtivas potenciais e desenvolvidas (como a castanha, caju, pesca, mariscagem, movelaria, madeira, pecuária, agricultura, turismo comunitário, etnoturismo, etc), considerando a conservação de áreas protegidas e a preservação de culturas tradicionais.
4. Apoio direto às secretarias de meio ambiente para garantir a conservação, as licenças de novas atividades nos municípios onde existam comunidades quilombolas e o Cadastro Ambiental Rural (CAR).
5. Criação e implantação de uma política agrícola estadual voltada às comunidades quilombolas e seus remanescentes, que receberão dos órgãos IDACE e SDA tratamento especial diferenciado, assistência técnica e linhas especiais de financiamento público, destinados à realização de suas atividades produtivas e de infraestrutura, com a definição de um percentual orçamentário anualmente reservado para atender tal política.
6. Viabilização de projetos que assegurem à população negra, especialmente a quilombola, a assistência técnica rural, a simplificação do acesso ao crédito agrícola e o fortalecimento da infraestrutura de logística para a comercialização da produção.
7. Implantação de uma política de cotas no serviço público estadual para provimento de cargos efetivos, em comissão e funções de confiança destinadas a ampliar a participação de negros, buscando reproduzir a estrutura da distribuição étnica estadual, observados os dados demográficos oficiais, levando-se em conta além da população negra que é composta por pretos e pardos, a população indígena e a quilombola.

OUTRAS MEDIDAS - CIDADANIA E EDUCAÇÃO:

8. Apoio às comunidades e lideranças em sua organização, buscando melhorar a sua participação em reuniões de conselhos e conferências, contribuindo para o exercício de seus direitos e deveres.
9. Construção de uma Proposta Pedagógica de Licenciatura Quilombola em parceria com as organizações quilombolas, o Movimento Negro do Ceará e as organizações sindicais docentes das universidades estaduais.
10. Implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08 que tratam da obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Indígena nas redes de ensino.

11. Garantia de políticas afirmativas para negros e negras nas escolas e universidades públicas, com políticas de permanência e assistência estudantil (alimentação, residência, transporte, bolsas de trabalho e acadêmicas), com ampliação da cotas raciais para graduação e pós-graduação.
12. Garantia de cotas raciais nos concursos públicos para o serviço público estadual.

VIOLÊNCIA LETAL: E O PSOL COM ISSO?

Se mantivermos o mesmo ritmo, o estado do Ceará será responsável pela morte de mais de 7 mil pessoas no ano de 2018. Somente ano passado, 5.134 pessoas foram assassinadas nas terras alencarinhas. Em comparação com o ano de 2017 (janeiro), os crimes letais intencionais aumentaram mais de 34% demonstrando o colapso da política de segurança pública do atual governo. Fortaleza lidera mais da metade desses homicídios. Em 2015, a capital cearense já era a campeã em homicídios e mortes violentas, segundo o Atlas da Violência. Dois anos depois, ocorrências letais intencionais chegaram a 1.978, alta de 96,5% em relação a 2016.

Os dados são importantes para nos garantir uma dimensão aproximada da barbárie em andamento, mas não dão conta do impacto e aprisionamento pelo medo de todas as esferas da vida pública. Erguemos cada vez mais alto e em mais quantidades os muros e cercas que nos separam. Não nos olhamos, não nos vemos, não nos encontramos e continuamos apartados e segregados. Portanto, nossa primeira e vital tarefa revolucionária é vencer o medo e as narrativas de ódio e de morte. É preciso, fundamentalmente, reconhecer e valorizar a pulsão de vida e esperança espalhadas por cada canto das cidades, becos, favelas, distritos rurais e assentamentos. São iniciativas de encontro, produção comunitária, economias criativas, coletivos de juventudes, agricultoras e agricultores comprometidos com a preservação da natureza, pescadores e marisqueiras que apontam em suas práticas um jeito de (re)existir e ser.

A segunda tarefa é de vencer o discurso fácil e raso sobre os homicídios. A violência letal tem endereço certo, tem alvo preferencial nos corpos pretos. São negras e negros que estão estirados nos lastros estatísticos, são vidas negras invisibilizadas até na morte. Dizer que a violência atinge à todas as pessoas é verdade, mas também é um jeito de não colocar o dedo na ferida do racismo de estado, fundante do *ethos* social tupiniquim. Entendemos como prioritária a tarefa de visibilidade em todas as suas formas, para que as vidas negras não sejam mais a base larga e trágica das estatísticas de morte no estado do Ceará.

Terceira tarefa, e não menos importante, é criar um portfólio de metodologias e políticas públicas com foco na redução de homicídios, sejam elas:

- FIM DA IMPUNIDADE PARA CRIMES DE HOMICÍDIOS – Implementação imediata de inquérito e investigação de TODOS os casos de homicídios no estado do Ceará; Aumento de efetivo da polícia judiciária; Julgamento célere para crimes contra a vida, principalmente contra Crianças, adolescentes e mulheres.
- PROTEÇÃO DA VIDA – Ampliação dos programas de proteção à pessoas ameaçadas; Efetivação de políticas sociais para população mais vulnerável (Crianças, adolescente, mulheres).

- MUDANÇA DO PARADIGMA DE SEGURANÇA PÚBLICA – Fim das ações arbitrárias e da política de enfrentamento aos pobres; Implementação de ações urbanísticas e ambientais nos assentamentos precários; Programa de inserção e qualificação para egressos; Prioridade para ações de investigação/inteligência/prevenção.
- DISTENSIONAMENTO SOCIAL – Prioridade para metodologias e ações que promovam a mediação dos conflitos; Prioridade para negras e negros em projetos e programas sociais, visto que são as vítimas preferenciais da violência letal; Redirecionamento de toda a política de educação para promoção da inclusão e vivência não violenta dos conflitos; Redistribuição do erário conforme a necessidade de cada área (Quem mais precisa, recebe maior investimento); Prioridade para iniciativas comunitárias com alto escalonamento e baixo custo.

Construiremos outras narrativas de vida para os nossos e as nossas. A morte do povo preto é um projeto. Nossa proposta é a subversão das lógicas e implementação de políticas para a garantia da vida, dos afetos e dos sorrisos. Venceremos!

A COR DA FÉ: O NOSSO TAMBOR NÃO SE CALARÁ

Historicamente, o racismo tem o seu papel na opressão contra as religiões afro-brasileiras, agindo como forma de dominação ideológica. Não é de hoje que os corpos pretos são mortos fisicamente, religiosamente e psicologicamente, mas é num cenário de crescimento do conservadorismo, que se vê o aumento das políticas de ódio, antes velada, agora escancarada, inclusive, pelo próprio parlamento, na figura da bancada fundamentalista.

Uma dessas cruéis é a intolerância religiosa com cultos de matriz afro-brasileira, criminalizando e demonizando tudo que simboliza a ancestralidade, materializada no Candomblé e na Umbanda. Ofensas, invasões, terreiros apedrejados e queimados, isolamento social e agressões a símbolos sagrados são noticiados cotidianamente na imprensa de massa e nas mídias sociais independentes.

Profissionais e agentes públicos despreparados para lidar com religiões e crenças diferentes são figuras constantes nesse cenário de crescimento da intolerância religiosa. Assim, configura-se um estado racista, escravocrata, opressor e capitalista. Embora as políticas afirmativas para a população negra tenham sido construídas nos últimos anos, pouco de efetivo foi realizado para “pagar a conta”, colocando o negro fora das tomadas de decisões, sejam essas de ordem econômica, cultural ou política.

Segundo o Ministério dos Direitos Humanos, em seu Balanço Geral de Igualdade Racial, publicado em 9 de janeiro de 2018, foram realizadas 921 denúncias de âmbito nacional contra racismo em geral. Isso corresponde a 0,56% das denúncias oficiais registradas pelo *Disque 100*. Um número, assustadoramente, muito pequeno. Menor ainda, são os números sobre as violações de direitos no Ceará. Em 2017, os casos registrados de discriminação racial/étnica foram apenas 14, e sobre intolerância religiosa, não houve nenhuma. Vale salientar que o Conselho Estadual de Igualdade Racial (COEPIR) não tem dados sobre

essas denúncias de violações, segundo o próprio conselho, e que muitos casos, por diversos motivos políticos e culturais, não são notificados.

Uma prova de que ainda vivemos numa sociedade colonial, é a situação do indivíduo negro no cerne das religiões afro-brasileiras, é que um indivíduo branco, dentro ou fora da religiosidade, permanece intacto da sua identidade racial. Combater as relações preconceituosas, que forçam a segregação racial e social é urgente para superar esse colonialismo. Não há outra saída para a intolerância que não seja por educação decolonizada, assim como punição dos crimes de ordem racista por vias legais.

Propostas para combater o racismo cultural e religioso:

- Debater política racial (reconstrução humana – preservar a identidade cultural)
- Pensar uma educação para as relações étnicorraciais. (Lei 10.639/2003).
- Fortalecer fóruns permanentes de educação e diversidade étnicorracial.
- Qualificar o órgãos e conselhos de promoção de igualdade racial.
- Punir com leis efetivas (cobrar a execução da legislação – tipificação do crime de intolerância religiosa).